

SILMÁRIA FÁBIA DE SOUZA SOARES

ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e
institucionalização de uma polícia federal brasileira

UFMG
BELO HORIZONTE
2015

SILMÁRIA FÁBIA DE SOUZA SOARES

ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e
institucionalização de uma polícia federal brasileira

Orientadora: Dra. Priscila Carlos Brandão

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-graduação do
Departamento de História da
UFMG

UFMG

BELO HORIZONTE
2015

Soares, Silmária Fábria de Souza

Entre dados e controvérsias [manuscrito] : a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira / Silmária Fábria de Souza Soares. - 2015.

160 f. : il.

Orientadora: Priscila Carlos Brandão.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2 Militares – Teses. 3. Inteligência - Teses. 4. Brasil – História – Teses. I. Antunes, Priscila Carlos Brandão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO
historiaufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pela aluna **Silmaria Fabia de Souza Soares**, intitulada “**ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**”, no dia 05 de outubro de 2015 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense

(por quem assina a presidente da Comissão, Profa. Dra. **Priscila Carlos Brandão**)

“A proteção da população contra a ação da delinquência geralmente conta com amplo apoio. O problema se coloca quando essa intervenção estatal é direcionada contra setores sociais que questionam a ordem social [...]. Da perspectiva democrática, o recurso à violência estatal é um traço característico do exercício do governo e resulta da crença na eficácia geral das sanções físicas quando se consideram esgotados os canais de diálogo.”

Enrique Serra Padrós, 2008, p. 151-152.

Sumário:

Resumo.....	04
Abstract.....	05
Agradecimentos.....	06
Lista de Abreviaturas.....	08
Preâmbulo.....	11
Introdução.....	12
Marco conceitual e teórico.....	17
Metodologia.....	18
Capítulo I: Base Teórica: conceito e contextos.....	28
I.I – Discutindo conceitos: Institucionalismo, tempo presente e culturas políticas.....	28
I.II- Inteligência: origem, conceito e função.....	35
Capítulo II: O Departamento de Polícia Federal e seus antecedentes históricos (1944-1967)	50
II.I – Criação do DFSP: o desejo de uma polícia nacional.....	50
A Transferência para a nova capital.....	59
II.II – Golpe militar e uma nova proposta para a criação de uma polícia efetivamente federal	70
Capítulo III: Transição e consolidação democrática.....	88
A Polícia Federal e a transição.....	90
Romeu Tuma, o Diretor-Geral.....	100
A Assembleia Constituinte.....	104
Mudanças e permanências: o CDO.....	109
Considerações Finais.....	137
Referências Bibliográficas.....	147
Fontes de Pesquisa.....	153

Resumo

Nesta pesquisa analisamos o processo de criação e institucionalização da Polícia Federal, avaliando o impacto da presença militar na definição de suas funções e abrangência. Para tanto, o desenho da formação institucional dessa polícia foi feito a partir da análise da atuação dos seus respectivos setores de informação/inteligência. Para compreendermos a formação do Departamento de Polícia Federal, foi necessário primeiro retomar as origens do órgão que o antecedeu, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), criado em 1944 durante a ditadura de Getúlio Vargas. Compreender a transição do DFSP para o DPF foi de fundamental importância para perceber a consecução do objetivo dos militares, ao imiscuir-se de forma direta nos setores de segurança pública e polícia judiciária em todo o país. Nesse sentido, a pesquisa permitiu uma releitura da atuação da polícia federal em termos de atuação na repressão durante a ditadura militar, a qual lhe era atribuída, fundamentalmente, a responsabilidade pela censura. Também foi analisada a atuação da PF no processo de transição para a democracia e as estratégias utilizadas para protegê-la de possíveis retaliações do novo governo democrático. Analisamos como buscou assegurar suas prerrogativas e esferas de atuação durante o funcionamento da Assembleia Constituinte. Por fim, consideramos a gestão do antigo delegado da Polícia Civil de São Paulo, Romeu Tuma, fruto da influência dos militares, até o início do processo de consolidação do corporativismo policial engendrado pelos delegados de polícia federal no começo dos anos 2000.

Abstract

In the present research we analyze the process of creation and institutionalization of the Brazilian Federal Police, evaluating the impact of the military presence in the definition of its functions and scope. The design of the institutional formation of this police was done after the analysis of the performance of its respective sectors of information/intelligence. To understand the formation of the Department of Federal Police, it was necessary, at first, to go back to the origins of the agency that existed before it, the *Departamento Federal de Segurança Pública* (“Federal Department of Public Security”), created in 1944 during Getúlio Vargas’s dictatorship. The understanding of the transition from the “Federal Department of Public Security” to the Department of Federal Police was relevant in order to realize the consecution of the military’s goals when being inserted in a direct way in the sectors of public security and judiciary police throughout the country. The research, therefore, allowed the re-reading of the performance of the federal police in terms of repression during the military dictatorship, when it became in charge of censorship. It was also analyzed here the performance of the federal police in the process of transition to the democracy and the strategies applied in order to protect it from possible retaliations of the new democratic government. The way it found to ensure the prerogatives and the scope of performance during the 1988 Constituent Assembly was analyzed. Finally, we look into Romeu Tuma’s management, a former chief officer of the Civil Police of São Paulo under the influence of the military, and the beginning of the process of consolidation of the police corporatism initiated by the commissioners of the federal police in the early 2000s.

Agradecimentos

Todos aqueles que conviveram bem perto de mim sabem o quanto essa caminhada foi difícil e árdua, mas nem por isso deixou de ser gratificante e saborosa. Por isso, esta sem dúvida é a parte mais difícil. Agradecer independe do tamanho da bibliografia lida ou do número de fontes analisadas, a gratidão está nos momentos grandiosos, mas também naquele curto olhar que diz “eu estou com você” ou “eu acredito em você”. Por isso não posso negar o medo de cometer alguma injustiça como também não posso me furtar de nesse momento externar minha gratidão àqueles que acompanharam mais de perto essa trajetória.

Agradeço assim a Deus, que me mostrou a cada dia o quanto sou preciosa aos seus olhos e me amou, fortaleceu e iluminou meus passos. À professora e orientadora Dra. Priscila Carlos Brandão, sou eternamente grata pelo incentivo, acompanhamento, paciência e parceria ao longo de toda minha jornada acadêmica e principalmente durante o mestrado.

Os amigos não poderiam ficar de lado, sem vocês a caminhada não teria o mesmo sabor e alegria. Dessa forma, registro os meus sinceros agradecimentos aos amigos e colegas do Centro de Inteligência Governamental (CEEIG/UFMG), da graduação e do mestrado em História. Especialmente aos amigos Gabriel Casela, Luciana Lage, Gislaine e Glauber. Anelise e Lorena, jamais esquecerei o carinho, cuidado e parceria para que a caminhada fosse possível. A amizade sincera de Camila, Juliano (o querido July), Nathalia, Maria do Carmo (Cacá), Antônio, Ariane e dos meus “padrinhos mágicos”, Getúlio e Kátia, foi fundamental para seguir adiante.

Agradeço a CAPES pela bolsa de mestrado. Aos professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, em especial aos professores

Rodrigo Patto Sá Motta, João Pinto Furtado e Luiz Carlos Villalta pela importância que tiveram na minha formação ao longo da graduação e do mestrado. Aos funcionários da secretaria, Mauricio e Edilene, registro minha admiração pela organização e presteza com que me atenderam e me orientaram quanto às questões burocráticas do curso.

Agradeço a minha família, meu grande tesouro. À minha mãe Maria, mulher de ferro e de flor, sou eternamente grata pela força e bons conselhos. Sempre foi para mim a prova de que diplomas e sabedoria podem ocupar lugares muito diferentes na vida de um ser humano. Aos meus irmãos (babás de plantão), cunhados e sobrinhos, meu muito obrigada pelos sorrisos e descontração quando tudo estava tenso demais. Ao meu grande amor, meu esposo e amigo, Wanderlai Soares, agradeço pelo apoio incondicional, ao meu pedacinho, Marina, agradeço por me fazer forte quando me sentia um pássaro sem asas. Estendo meus agradecimentos à irmã e amiga que conquistei desde 2006, Priscila. Com seu apoio, sabedoria, conhecimento e humildade pude materializar meus sonhos acadêmicos, pude dizer sem reservas o que sabia e o que não sabia, pude ouvir críticas que só me fizeram crescer, pude sorrir e chorar, mas jamais desistir. Essas pessoas me fizeram mais forte e me fazem mais feliz, sem elas essa conquista não seria possível.

Lista de Abreviaturas

- ACM: Antônio Carlos Magalhães.
- ADPF: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.
- AI 5: Ato Institucional nº 5.
- ANC: Assembleia Nacional Constituinte.
- ANSEF: Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- BS: Boletim de Serviço.
- CDN: Conselho de Defesa Nacional.
- CEEIG/UFMG: Centro de Estudos Estratégicos e Inteligência Governamental da Universidade Federal de Minas Gerais.
- CENIMAR: Centro de Informações da Marinha.
- CI: *Counterintelligence* (Contra Inteligência).
- CIA: *Central Intelligence Agency*
- CIE: Centro de Informações do Exército.
- CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.
- CISA: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.
- CODI: Centro de Operações de Defesa Interna.
- COIE: Centro de Operações de Inteligência Especializada.
- CONAPEF: Conselho Nacional da Polícia Federal.
- CSSN: Conselho Superior de Segurança Nacional.
- DASP: Departamento de Administração do Serviço Público.
- DCDP: Divisão de Censura de Diversões Públicas.
- DEA: *United States Drug Enforcement Administration*.
- DEOPS/SP: Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo.

- DESPS: Delegacia Especial de Segurança Política e Social.
- DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública.
- DG: Diretor Geral.
- DGI: Diretoria Geral de Identificações.
- DIC: Divisão de Intercâmbio e Coordenação.
- DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda.
- DNI: Departamento Nacional de Informações.
- DOI: Destacamento de Operações e Informações.
- DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.
- DPF: Departamento de Polícia Federal.
- DPS: Divisão de Polícia Política e Social.
- DPM: Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.
- DPT: Divisão de Polícia Técnica.
- DRE: Divisão de Repressão a Entorpecentes.
- DSN: Doutrina de Segurança Nacional.
- ESG: Escola Superior de Guerra.
- FENAPEF: Federação Nacional dos Policiais Federais.
- FHC: Fernando Henrique Cardoso.
- GEB: Guarda Especial de Brasília.
- GSI: Gabinete de Segurança Institucional.
- JK: Juscelino Kubitschek.
- MPF: Ministério Público Federal.
- OBAN: Operação Bandeirantes.
- OPS: *Office of Public Safety*.
- PF: Polícia Federal.

- PRF: Polícia Rodoviária Federal.
- PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
- RIAN: Rede Internacional Antinarcóticos.
- SAE: Secretaria de Assuntos Estratégicos.
- SANTER: Seção Antiterrorismo.
- SCDP: Serviço de Censura de Diversões Públicas.
- SEI: Serviço Especializado de Investigações.
- SENAD: Secretaria Nacional Antidrogas.
- SFICI: Serviço Federal de Informações e Contra Informações.
- Sigab: Serviço de Informação do Gabinete.
- SIM: Serviço de Informações da Marinha.
- SISNI: Sistema Nacional de Informações.
- SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna.
- SNI: Serviço Nacional de Informações.
- SOIP: Serviço de Operações de Inteligência Policial.
- SR-SP: Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo.
- UNE: União Nacional dos Estudantes.
- USAID: *United States Agency for International Development.*

Preâmbulo

O Departamento de Polícia Federal (DPF), popularmente conhecido pela sigla PF (Polícia Federal), foi criado a partir do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que reorganizou toda a estrutura da administração pública federal. Com o decreto, o então Departamento Federal de Segurança Pública, antigo DFSP, passou a ser denominado Departamento de Polícia Federal.

Permeado por uma visão tecnocrata, tal decreto procurou flexibilizar o modelo administrativo, definindo os vários entes descentralizados que ainda hoje regem o nosso sistema: sociedades de economia mista, autarquias, fundações etc. Os impactos práticos dessa legislação foram muitos e alteraram a forma de implementação de políticas públicas no país, assim como toda a estrutura institucional da polícia brasileira no nível federal.

É possível identificar no país, nos últimos anos, um pequeno debate relacionado à data de criação da Polícia Federal, que ao invés de remontar a este decreto de 1967, remontaria ao ano de 1944, momento de criação do antigo DFSP. Existe, atualmente, uma política de memória da própria Polícia Federal que buscou “reinventar sua invenção”, deslocando-a da recente ditadura militar, para a ditadura que a antecedeu, a de Getúlio Vargas. Desvendar os meandros da construção dessa política constitui o maior desafio de nosso trabalho. A análise da trajetória da antiga instituição, o DFSP, servirá como “fio de Ariadne” da história institucional que buscamos compreender neste trabalho.

Introdução

A pesquisa que ora apresentamos tem como principal objetivo analisar o processo histórico de criação e institucionalização¹ do Departamento de Polícia Federal, considerando os impactos da influência militar na definição de suas áreas de atuação, o que será feito a partir de uma análise da criação do seu setor de informações/inteligência.²

O DPF foi criado em 1967 no contexto da ditadura militar com a missão de prover:

- a) os serviços de política marítima, aérea e de fronteiras;
- b) a repressão ao tráfico de entorpecentes;
- c) a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- d) a censura de diversões públicas (Constituição da República Federativa do Brasil de 1967).

Não obstante todos esses mandatos, a análise de sua institucionalização recairá sobre a área de informações, “a menina dos olhos” dos militares e posteriormente dos delegados, por ter se tornado extremamente representativa das mudanças de enfoque dadas pelo DPF ao longo dos anos.

O recorte cronológico abrange desde sua criação em 1967 até o ano de 2003, quando houve a nomeação do delegado Paulo Lacerda para a Direção Geral do órgão. Lacerda foi nomeado em um período que a Polícia Federal atravessava uma de suas

¹Entendendo institucionalização como um “processo através do qual organizações e procedimentos adquirem estabilidade e valor.” (CEPIK, 2003, p.14).

²O termo informações nesta pesquisa é equivalente ao termo inteligência, embora a emergência desse termo no Brasil tenha sido efetivamente adotada somente a partir de 1990, como um mecanismo necessário para “acobertar e superar uma identidade deteriorada” que se formou na atividade de informações durante o regime militar, expresso principalmente pelo SNI, como veremos mais adiante nesta dissertação. Para o estudo mais aprofundado sobre o estigma deixado pelo termo *informações* ver ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

piores crises financeiras. Após a nomeação desse delegado, é possível identificar um maior esforço institucional de se nomear apenas delegados para a Direção Geral do DPF, provocando uma ruptura histórica no que diz respeito à influência de militares sobre as ações do órgão.

Sabendo que o resultado de uma pesquisa, seja ela de mestrado ou doutorado, também é o resultado de uma busca pessoal, marcada por imensos desafios, que na realidade tem por objetivo contribuir em algum ponto para o aprimoramento da vida em sociedade ou simplesmente para a melhor compreensão dela, consideramos, à bem da verdade, ressaltar que a intenção inicial não era a de pesquisar a Polícia Federal, tendo sido a jornada como bolsista de Iniciação Científica que me levou a um caminho precipuamente não planejado. Inicialmente, o desejo de pesquisa estava relacionado às questões ligadas ao Oriente Médio e ao espectro ideológico do terrorismo. Não obstante, o esboço de um projeto nessa linha de pesquisa não foi possível, por me faltar uma questão específica para conduzir a pesquisa. Talvez a falta dessa pergunta tenha sido a grande oportunidade para direcionar minha vida acadêmica como historiadora. Enquanto não sabia o que pesquisar sobre o Oriente Médio, dediquei-me apenas às tarefas de bolsista, relacionadas à pesquisa de minha orientadora, que pesquisava a institucionalização do Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública. Em meio às transcrições de entrevistas por ela realizadas, com delegados e agentes da Polícia Federal, surgiram vários espaços de reflexão nos depoimentos, algumas ausências que me causavam incômodo, na medida em que era possível perceber, em meio ao contexto democrático, resquícios de um comportamento e de uma cultura

autoritária, presente no *modus operandi* investigativo e nas relações institucionais dessa polícia, percebida, pela sociedade em geral, como exemplo de eficiência.³

O que era então um problema no desejo de pesquisar sobre o Oriente Médio tornou-se uma constante na área de inteligência: as perguntas. Por que a Polícia Federal foi criada naquele contexto específico? O que fazia e como fazia? Quais os principais fatores pesaram na transição dos seus objetivos, na mudança paradigmática do combate ao inimigo interno? Quais fatores influenciaram a atuação do órgão entre o fim da Guerra Fria e o começo do século XXI? Como ocorreu este processo, no qual foi se desvinculando de uma prática balizada pelo combate ao “subversivo”?⁴ Por que determinados comportamentos e práticas ainda marcam a atuação dessa polícia? O diálogo com a professora Priscila Brandão foi a faísca para elaborarmos as questões e iniciar minha incursão na pesquisa do mestrado.

O resultado dessa jornada acadêmica é o que pretendemos apresentar nesta dissertação. Respostas estas que não se impõem como verdades absolutas, pois bem sabemos que não é esse o papel da História, nem tampouco o dever do historiador, mas respostas possíveis diante das diversas fontes analisadas e confrontadas, uma vez que nos possibilitam compreender melhor a sociedade na qual vivemos e, mais ainda, compreender o papel do homem no processo de construção das instituições.

³ Pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros divulgada em setembro de 2007, na qual foram entrevistados brasileiros de todas as Unidades da Federação – com distribuição proporcional à população – aponta a Polícia Federal como a instituição mais confiável, com aprovação de 75,5% da população entrevistada, seguida pelas Forças Armadas com aprovação de 74,7% dos entrevistados. Outro dado relevante nesta pesquisa e que demonstra a credibilidade depositada nessa instituição pela sociedade em geral, é o fato de 25,1% (maior índice da pesquisa) dos entrevistados considerar que a Polícia Federal é a instituição mais relevante no combate à corrupção. Disponível em http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem_instituicoes.pdf. Acessado em 21 de julho de 2014.

⁴O termo subversivo durante a ditadura militar significava muito mais do que uma referência “àquele que subverte uma ordem estabelecida”, possuindo um caráter pejorativo, pois foi atribuído pelos militares e apoiadores do regime a todo aquele que apresentasse alguma crítica ou comportamento contrário ao regime, sendo ele revolucionário ou não.

Para tecer a análise em torno dos questionamentos lançados (e que procuraremos responder ao longo dessa dissertação) sobre a instituição “Departamento de Polícia Federal”, que ganhou um grande destaque midiático em função das operações desencadeadas no combate ao crime organizado na última década, fez-se necessário elaborar uma trajetória. A linha condutora da análise do processo de institucionalização da Polícia Federal a partir de um estudo sobre o seu setor de informações/inteligência, parte da problemática da emergência e do fim da Guerra Fria. O combate à subversão, orientado pela lógica da Guerra Fria, teria orientado a sua criação e o processo de uma efetiva federalização da polícia no Brasil, ao passo que o declínio da Guerra Fria, ocorrido nos anos finais da década de 1980, teria redirecionado o trabalho operacional da Polícia Federal, deslocando sua área de informações/inteligência do seu tradicional papel de polícia política,⁵ marcado pelo combate ao inimigo interno, para uma atuação direcionada ao combate à criminalidade complexa, principalmente o tráfico de drogas.

Embora a temática que envolva o regime militar e a perseguição aos comunistas ou àqueles a quem o Estado denominou “subversivos” seja bastante explorada no meio acadêmico, em boa medida essas pesquisas estão mais voltadas para o estudo dos diversos órgãos repressivos militares que atuaram durante a ditadura militar. Dentro deste debate, a área de informações da Polícia Federal perdeu espaço para análises sobre

⁵Polícias políticas são as instituições, dentro do estado, responsáveis pela tarefa de perseguir os opositores do regime. Como os sistemas de informação/inteligência nos países da América Latina foram construídos baseados na Doutrina de Segurança Nacional, as atividades desenvolvidas por esses órgãos estavam focadas na neutralização do que poderia ser considerado como influência soviética dentro dos países ocidentais. Tal ameaça externa acabou por transformar em inimigo todo aquele que fosse “externo” ao centro de poder (BRUNEAU e DOMBROSKI, 2003, p.3). No Brasil, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, foi a partir da década de 1920 que passou a ter um departamento policial especializado em atividades de repressão política, o que não significa que esse tipo de atividade não tenha sido anteriormente realizado pela polícia. A repressão política realizada pela polícia já existia antes de 1920, porém não a partir de um departamento propriamente dito. A estruturação de departamentos para atuar especificamente na área de repressão política tornou-se ainda mais extensa e efetiva durante a ditadura militar, com a presença dos diversos órgãos de informação e repressão. Comunistas eram considerados como os principais inimigos do Estado, sendo os dois termos, comunistas e subversivos, entendidos como análogos. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das Sombras. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, vol.42, nº1, 2006.

a censura realizada pela instituição durante a ditadura, sendo a discussão historiográfica no Brasil sobre o tema, no período pós-ditadura, praticamente inexistente. Dessa forma, a presente pesquisa visa contribuir para o entendimento da atividade de informações/inteligência sob uma perspectiva histórica, pois mesmo tendo alguns trabalhos que versem sobre esses serviços, ainda não conhecemos pesquisas que enfoquem o trabalho com a Polícia Federal e o seu processo histórico de institucionalização.

Marco Conceitual e Teórico

Para a realização de nossa pesquisa, será importante manipular alguns conceitos da história, tais como história do tempo presente e história oral, mas será ainda mais fundamental abordar questões sobre instituições, seja pela perspectiva da história – história institucional – seja pela abordagem da ciência política – o novo institucionalismo. Cremos que tais conceitos nos ajudarão a compreender as estruturas, o funcionamento dos setores de inteligência na Polícia Federal, bem como as complexidades inerentes ao seu funcionamento, o que nos incita a ir muito além das políticas declaratórias e da legislação.

Neste trabalho, o conceito de institucionalismo é crucial para a compreensão da criação, estruturação, atuação e funcionamento da Polícia Federal. Discutir o conceito de instituição e entender o seu papel na sociedade foi de essencial importância tanto para perceber o papel da Polícia Federal enquanto um ator político, como também para o entendimento da esfera de atuação dessa instituição, cercada por interesses diversos. É através desse conflito de valores, interesses e percepções acerca da função de tal instituição, que percebemos os entraves e avanços que marcaram a trajetória da área de informações/inteligência da Polícia Federal, dentro do recorte temporal a que nos propusemos considerar.

Ao analisarmos a instituição, procuraremos identificar as normas que orientam as ações dentro da instituição, assim como direcionaremos o nosso olhar para o que há de humano nos grupos que compõem essa instituição – olharemos para os seus valores. É pensando na conformação dessa percepção e na análise de sua alteração, que buscamos orientação no conceito de Culturas Políticas, pois nos interessa saber como esses valores motivaram e movimentaram todo um processo de institucionalização deste

aparato coercitivo. De igual forma, guia-nos “a preocupação em se conhecer como a dinâmica interativa entre os agentes sociais de uma dada realidade promove a cristalização de valores, imagens e símbolos suficientemente significativos para a mobilização política” (CERQUEIRA, 1996, p. 77). Pois bem, sabemos que se determinadas práticas se sobressaíram dentro da instituição Polícia Federal, foi porque houve determinados valores que sustentaram tais ações e corroboraram para sua manutenção.

Uma análise do debate relativo ao conceito de inteligência também será fundamental para entendermos do que estamos falando, ou seja, sobre o que é o nosso objeto de análise, assim como para compreender a especificidade histórica que estas instituições/áreas de inteligência possuem no Brasil e em vários países da América Latina, cuja criação foi amplamente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).⁶

Metodologia

Um dos principais desafios nos estudos acadêmicos sobre inteligência diz respeito à disponibilidade e confiabilidade dos dados sobre sua organização, prioridades funcionais e metodologia. As fontes normalmente mais acessíveis (jornais, memórias etc.) estão mais preocupadas em realizar denúncias ou apologias do que em explicar e descrever. Tendo em vista essas limitações, a metodologia de trabalho proposta inclui a análise e o manuseio de cinco tipos diferentes de fontes:

Fontes Documentais: levantamento e análise de projetos, decretos, portarias e leis que dizem respeito ao Departamento de Polícia Federal. Também serão levantadas as atas da

⁶ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) surgiu no segundo pós-guerra e tem suas origens na Doutrina de Contenção do Comunismo internacional, também conhecida como Doutrina Truman, formulada em 1947. No Brasil, ela foi amplamente propagada pela Escola Superior de Guerra (NAPOLITANO, 2015, p.10).

audiência pública realizada para avaliar a relação existente entre a Polícia Federal e a CIA (Central Intelligence Agency) ao longo dos anos de 1990 além de outros documentos oficiais conexos às questões abordadas. Dentre esses documentos, será indispensável destacar o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, que cria o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), a Lei nº 4.483 de 16 de novembro de 1964, que reorganiza o DFSP já como um projeto do regime militar, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, que delimita a atuação do DFSP como polícia judiciária, o Decreto-Lei nº. 200 de 25 de fevereiro de 1967 que altera o nome do DFSP para Departamento de Polícia Federal, como temos atualmente, além de documentos do Ministério do Exército disponíveis no Arquivo Público do Rio de Janeiro e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que nos permitirá avaliar as delimitações e funções do DPF já no regime democrático.

Periódicos: Embora jornais e revistas sejam fontes problemáticas, a consulta a diferentes publicações no país possibilitará contrastar visões sobre os mesmos eventos e acompanhar a repercussão pública da discussão sobre a atuação da Polícia Federal. Tais periódicos serão fundamentais para nos permitir lançar novos olhares sobre essa instituição em momentos distintos. A análise do Jornal *O Semanário*, por exemplo, será muito relevante por trazer reportagens sobre a atuação do DFSP no começo da década de 1960. Já para a análise do processo de transição democrática pela qual passou o DPF, terão destaque o jornal *Folha de São Paulo* e as revistas *Prisma*, publicada pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, *Veja*, *Istoé*, *Caros Amigos* e *Carta Capital*, revistas de circulação nacional, que nos permitirão mapear as mudanças de paradigmas da instituição ao longo dos anos.

Entrevistas: Serão analisados diversos tipos de entrevistas. Algumas realizadas pela orientadora - Profa. Priscila Carlos Brandão⁷ - junto a membros da Polícia Federal, para o desenvolvimento de sua própria pesquisa, sendo alguns depoentes integrantes da ativa e outros já aposentados; entrevistas publicadas em trabalho acadêmico, produzidas por Bruno Rocha Lima; como também serão analisadas entrevistas realizadas junto a membros do Exército que participaram do processo de criação e institucionalização da Polícia Federal e de sua área de inteligência, realizadas pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas). Os relatos, realizados em períodos distintos, possibilitarão o confronto de visões e a percepção da construção da memória sobre a Polícia Federal que revelarão muito sobre suas mudanças e permanências. Entre esses nomes, citamos o Coronel Amerino Rapozo Filho, que atuou no SNI e foi alocado no DFSP com a função de reestruturá-lo, imediatamente após o golpe em 1964; Luiz Macena, Agente de Polícia Federal ainda na ativa, que entrou para o DFSP com apenas 13 anos, em 1963; Libério Rodriguez de Moraes, Agente de Polícia Federal que entrou para o DFSP em 1961 e tem uma memória muito clara relativa ao momento do golpe; Daniel Lorenz Azevedo, Delegado de Polícia Federal que atuou na área de inteligência da Polícia Federal desde a ditadura e esteve na condução do processo de transformação pelo qual o DPF passou no começo dos anos 2000; Francisco Carlos Garisto, Agente de Polícia Federal que entrou para o DPF em 1976 e foi um dos responsáveis pela criação do primeiro sindicato da Polícia Federal, assim como colaborou na criação da Federação Nacional dos Policiais Federais, FENAPEF.⁸

⁷ Ressalto que o apoio da professora Dra. Priscila Carlos Brandão foi fundamental para o acesso as fontes desta pesquisa, principalmente o acesso às fontes orais.

⁸ “A Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF foi criada em 1990 para coordenar, representar, proteger e defender os servidores do Departamento de Polícia Federal.” Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/fenapef/conteudo/index/13>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

Internet: A consulta à *internet* em geral e aos *sites* especializados, será imprescindível à condução do projeto. Uma grande parte dos dados e informações sobre a atuação do DPF estão acessíveis na rede, tais como debates acadêmicos, matérias especializadas, dados como estrutura orgânica, orçamento, editais etc. A consulta ao *site* da Câmara dos Deputados foi indispensável para o acesso e confronto da legislação pertinente. A pesquisa nos *sites* do arquivo Ana Lagoa e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional forneceu precioso material para a compreensão do DFSP dentro do recorte temporal abordado, informações que puderam ser complementadas com as reportagens retiradas dos sites das revistas *Primas*, *Carta Capital*, *Veja* e *Isto é* e de publicações disponíveis nos *sites* da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF).

Pesquisa à produção acadêmica sobre os serviços de Inteligência. A consulta às fontes secundárias tem um valor extremamente importante nesta pesquisa. Mais do que viabilizar o mapeamento do objeto de estudo, possibilitará o embasamento teórico para a análise institucional da polícia. Entre as principais obras, podemos citar os trabalhos de Martha Huggins *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina* e Luiz Reznik *Democracia e Segurança Nacional*, que abordam a emergência das polícias políticas no país, assim como os trabalhos de Elizabeth Cancelli *O Mundo da Violência* e Nilo Oliveira *A Configuração do sistema nacional de Repressão no Governo JK*, que mapeiam historicamente estes órgãos enquanto sistemas repressivos.

O primeiro passo para a construção da análise foi a compreensão do desenvolvimento histórico do que hoje denominamos Polícia Federal. Nesse sentido, a leitura das fontes nos levou a uma primeira necessidade, a de compreender o contexto histórico de criação de uma polícia que atuasse em âmbito federal. Sobre esse processo,

procuramos resgatar traços de uma identidade institucional como também os diversos interesses e preocupações que foram marcando sua trajetória. Através do estudo do processo histórico de criação e institucionalização, é possível perceber como a Polícia Federal atuou em diferentes contextos históricos, acompanhando, de forma relativa, as transformações sociopolíticas da sociedade brasileira.

Além de buscar compreender o seu desenvolvimento histórico, a pesquisa suscita também a compreensão e identificação dos limites legais de ação da instituição. Assim, recorreremos à legislação para estabelecer as devidas delimitações relacionadas à ação da Polícia Federal, que atua como policiamento repressivo-investigativo.

Nos últimos anos, a Polícia Federal tem, paulatinamente, liberado documentação para consulta em acervos públicos. A disponibilidade dessas fontes foi incrementada, sobretudo, pelas requisições definidas pela Comissão Nacional da Verdade.⁹ Esses acervos estão disponíveis nos Arquivos Nacionais de Brasília e do Rio de Janeiro. Não obstante as consultas às várias fontes no Arquivo Público do Rio de Janeiro no ano de 2014, os elementos privilegiados por este trabalho são a legislação correlata, em confronto com a imprensa e depoimentos orais.

A análise de fontes orais incorpora novos elementos e perspectivas, que imprimem um caráter subjetivo maior do que as fontes consideradas tradicionais. No entanto, a utilização de fontes orais possibilita ao historiador realizar interpretações sem

⁹ “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (disponível em www.cnv.gov.br, acesso em 20 de julho de 2015). Apesar de se concentrar no período da ditadura militar, a expansão da data foi um mecanismo de reduzir a resistência das Forças Armadas à sua implementação (NAPOLITANO, 2015, p. 332). Mesmo não tendo poder de punir, o trabalho da CNV tem sido fundamental para a reconstrução de um período da história do Brasil ainda marcado pelo silêncio, pela falta de punição e, principalmente, pela dor de muitos homens e mulheres torturados pelo sistema repressivo e pela dor de familiares que perderam entes queridos durante o regime militar.

a rígida separação entre o sujeito e o objeto de pesquisa (FERREIRA & AMADO, 2006, p. XVI).

Se, ao longo do século XIX, a confiança do trabalho histórico estava intimamente ligada ao documento escrito como principal fonte, no decorrer do século XX, o uso de fontes orais foi destacado, evidenciando as potencialidades da testemunha ocular, da sua potencialidade descritiva, narrativa e explicativa na escrita da história (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 35). Uma produção histórica que se originou as margens da academia, como também da política (PORTELLI, 2009, p. 9), desenvolvida com o objetivo de aprofundar a relação entre presente e passado, foi possibilitada pelo trabalho da memória. Esse tipo de análise precisa ter sempre claro que apesar de a memória pertencer ao passado, a tarefa de recordar pertence ao presente. Recordar é um ato do presente, pois o passado não está dado, ele é sempre revisto e re-significado por diversos prismas, dando à memória um caráter plural, abrindo ao historiador, miríades de interpretações, pois “a coisa mais importante no trabalho com fontes orais (...), é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho de relação e (...), levanta questões políticas e questões éticas.” (PORTELLI, 2009. p. 3).

Nesse processo dialógico de construção da narrativa histórica baseado também em relatos orais, fica evidente que o trabalho do historiador é fruto das suas escolhas, pois partimos da premissa de que, independente do tipo de fonte a ser utilizada, sejam elas fontes documentais, orais, iconográficas, materiais, cabe ao historiador o mesmo trato ético e responsável no processo de leitura e escrita da história. Apesar da relação mais dinâmica que é estabelecida quando se trabalha com fontes orais, o uso desse tipo de fonte exige o mesmo cuidado teórico e metodológico das demais fontes, evidenciando no caso das fontes orais, o uso consciente e respeitoso dos relatos que

foram confiados à pesquisa. Esse tratamento é dado para que não se possa dar margem e alimentar uma visão sensacionalista que existe em torno dos temas de repressão, polícia etc. E temos que assumir que, para a narrativa que pretendemos construir, os relatos orais serão de extrema relevância, uma vez que as relações cotidianas dentro da Polícia Federal, ou seja, aquelas que nem sempre estão previstas nas legislações, dizem-nos muito sobre a instituição e seus valores, abrindo novos caminhos de compreensão e crítica com relação à sua atuação.

Como possibilidade rica de interpretação para esse trabalho, utilizamos das fontes orais com o intuito de compreender o funcionamento da instituição, pautando nossa pesquisa em aspectos relacionados à sua origem, à dinâmica de trabalho dentro da instituição, seu funcionamento e os meios de perpetuação de práticas e valores. Procuramos, nas entrevistas, coletar relatos ligados à prática profissional, acerca da estrutura, história e meios dos setores de informações/inteligência.

O uso da fonte oral foi primordial para a construção da análise, uma vez que informações relativas à polícia são muitas vezes sigilosas. Além do sigilo exigido pela instituição em relação à várias questões (ainda hoje o órgão se pauta por um excesso de secretismo), deparamo-nos com o receio dos entrevistados em falar da sua profissão e atuação, fornecendo depoimentos, mas sempre fazendo ressalvas acerca da importância do sigilo e da proteção de informações consideradas estratégicas para a atividade policial, bem como do sigilo de algumas identidades, por medo não de causar vulnerabilidade ao órgão, mas represálias em termos institucionais. Aliás, muitas vezes ficou claro ao longo das entrevistas que muitas informações não podem ser divulgadas, não pela ameaça que constituem à sociedade, mas por denunciarem a incompetência, os fracassos e o cometimento de infrações.

Tendo clara a “delicadeza” da situação, o diálogo empreendido com alguns entrevistados exigiu uma relação de confiança com o entrevistador, o que nos faz ressaltar o cuidado e responsabilidade que foi estabelecido com os relatos cedidos a essa pesquisa e o uso das informações reveladas. Não nos coube o papel de “julgar” os entrevistados, sobretudo aqueles que vivenciaram o período da ditadura dentro de uma instituição responsável pela coerção física, mas sim perceber o modo como a Polícia Federal foi se estruturando enquanto instituição, considerando os interesses de seus dirigentes, e como estabeleceram valores, normas e atitudes que conformaram os comportamentos. Interessa também analisar como reagiram e se adequaram ao processo de transição política para a democracia.

Para melhor abarcarmos as discussões e alcançar os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trará, além da contextualização inicial do objeto de pesquisa, discussão sobre os conceitos que norteiam nossa análise e nos servem de referencial historiográfico. Assim como irá desenvolver um arsenal teórico, em uma segunda parte, o primeiro capítulo se prestará, também, a mostrar caminhos de análise. Para isso, discutiremos o conceito de inteligência, sua origem e desenvolvimento em três matrizes distintas (Diplomacia, Guerra e Segurança Interna) e procuraremos demonstrar como o desenvolvimento da atividade de inteligência no Brasil (e na Polícia Federal) esteve intrinsecamente ligado à segurança interna.

O segundo capítulo se prestará a análise do processo de criação da Polícia Federal, considerando sua gênese e seus antecedentes históricos. Na primeira parte, discorreremos sobre o contexto da ditadura Vargas, considerando as obras clássicas de Luiz Reznik, Elizabeth Cancelli e Matha Huggins, e a necessidade de criar uma polícia que representasse nos estados, a mesma linha de conduta, ordem e organização que a

capital, idealizado por meio da criação de um Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Tal análise se faz necessária por duas questões: em primeiro lugar, para desmistificar o debate em torno da criação do DPF, que remonta à ditadura militar e não a 1944, como desejam fixar os dirigentes do DPF desde 2004. O outro fator é que, apesar de o DPF não ser uma continuidade do DFSP, existem legados importantes do segundo órgão para o primeiro, sobretudo em termos de pessoal e, conseqüentemente, valores.

Dentro dessa análise relativa aos antecedentes, destaque será dado ao ano de 1960, extremamente paradigmático no quesito “legados” para a criação da Polícia Federal, uma vez que homens do antigo DFSP passaram a compor o DPF criado em 1967. O ano de 1960 está relacionado à inauguração de Brasília e à demanda por segurança pública para aquele novo *locus* de atividade política, econômica e social, assim como também se refere ao momento de transferência dos funcionários do Rio de Janeiro, antiga capital, para a nova. Por isso, o segundo capítulo também se dedicará ao momento em que foi inaugurada a nova capital brasileira e, então, reelaborado o Departamento Federal de Segurança Pública através da conciliação de policiais da Polícia Civil do então estado da Guanabara e de vigilantes da Guarda Especial de Brasília, a extinta GEB.¹⁰ Já a análise da segunda parte abordará a emergência da ditadura, procurando visualizar o projeto político dos militares no campo da repressão como forma de assegurar seus interesses. A efetivação desse objetivo ocorrerá por meio da elaboração de dois projetos, quais sejam, a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) e do Departamento de Polícia Federal logo após o golpe civil-militar de 1964, quando houve mudança na legislação que estruturava o sistema repressivo. Ainda

¹⁰ A Guarda Especial de Brasília foi criada no fim da década de 1950 e se caracteriza como um organismo paramilitar com função de vigiar os canteiros de obras da construção da nova capital em Brasília. Agia com imensa truculência e infundia mais temor do que respeito.

que a criação do SNI não seja um foco central de nossa análise, abordaremos um pouco a sua lógica de criação, como forma de compreender a lógica implementada pelos militares para o sistema repressivo naquele primeiro momento.

No terceiro capítulo, trataremos da transição democrática, buscando demonstrar como esse processo foi marcado por avanços e retrocessos em termos de segurança pública, expressos no processo conflitivo existente entre as práticas já arraigadas e o novo sistema político. A análise contida nesse capítulo será dividida em duas partes, sendo que a primeira parte estabelecerá um debate historiográfico a respeito da transição e situará os mecanismos utilizados pela Polícia Federal para assegurar proteção àqueles policiais que, de alguma forma, contribuíram para a repressão política. Para tanto, procuraremos analisar como foi a reação da Polícia Federal dentro do processo de transição. Na segunda parte, faremos uma análise da PF no período de condução de um civil que ficou durante muitos anos na função de Diretor-Geral, o delegado Romeu Tuma. Sobre a gestão desse delegado, procuraremos analisar a manutenção de determinadas práticas e prerrogativas da instituição, identificadas, sobretudo, no período de elaboração constitucional, assim como também o primeiro redirecionamento da área de informações. Essas alterações poderão ser observadas por meio da análise da criação e extinção do Centro de Dados Operacionais (CDO). Por fim, abordaremos o processo de rotatividade entre civis e militares que ocorre até o ano de 2003, quando assumiu o delegado Paulo Lacerda e iniciou uma era de gestão exclusiva dos delegados, marcando definitivamente o posicionamento de ruptura do DPF com os militares. Vale adiantar que essa separação é em relação às pessoas, mas que práticas militarizadas ainda sobrevivem dentro da instituição.

CAPÍTULO I – Base Teórica: conceitos e contextos

I.I Discutindo conceitos: Institucionalismo, tempo presente e culturas políticas

Quando falamos de institucionalização, estamos nos referindo a um “processo através do qual, organizações e procedimentos, adquirem estabilidade e valor” (CEPIK, 2003, p.14) perante a sociedade. Logo, interessa-nos identificar as mudanças e legados ao longo da trajetória da Polícia Federal que nasce, sobretudo enquanto polícia política, para essa nova organização, que ocupa grande lugar na arena política do país e na qual a sociedade hoje deposita confiança e credibilidade para solucionar crimes e “defender” a democracia.

Para além da enxuta definição proposta por Cepik, partimos da premissa neoinstitucionalista que “minimiza a dependência do Estado politicamente organizado com relação à sociedade, em favor de uma interdependência entre instituições sociais e políticas relativamente autônomas” (MARCH & OLSEN, 2008, p.127), possibilitando assim, outras lógicas de ação e interpretação das instituições, considerando seus aspectos simbólicos e culturais, atribuindo-lhes maior autonomia e considerando-as atores políticos. Dessa forma, entendemos e consideramos para a nossa análise, a Polícia Federal como uma instituição na qual os indivíduos a ela agregados têm seus comportamentos regulados por regras explícitas, são portadores de poder e disputam recursos escassos, demonstrando, assim, interesses e objetivos próprios que refletem na sua atuação e na sua inserção perante a sociedade.

Segundo March e Olsen, durante o século XX, as análises sobre as instituições eram realizadas considerando-as apenas como espaços destinados aos comportamentos políticos. Não obstante, como sugerem os autores, o novo institucionalismo amplia a visão sobre o papel das instituições, percebendo e valorizando a relação dinâmica que exercem, uma vez que também refletem as escolhas, os interesses e a cultura de

determinada sociedade. Como afirma Levi, “para se analisar a mudança institucional, é necessário entender não só a distribuição de poder dentro da instituição, mas também as consequências, intencionais ou não, de decisões individuais no contexto de interações estratégicas” (LEVI, 1991, p.93).

Ao considerar o papel dinâmico que as instituições exercem, Amy Zegart, através de uma visão modificada do novo institucionalismo desenvolvida na sua tese de doutoramento, propõe que além do dinamismo presente na conformação e atuação das instituições, o papel dos atores e os dilemas com os quais estão envolvidos levam a conclusões diferentes quando se trata de agências de segurança nacional em contextos democráticos¹¹ (ZEGART, 1999). Segundo Zegart, existem dois tipos opostos de instituições governamentais. O primeiro seria aquelas instituições que atuam na área de políticas públicas reguladoras e distributivas. Essas instituições despertam o interesse de diversos grupos, possuem funções bem definidas e independem uma das outras, como por exemplo, as instituições de educação, saúde, transporte etc. Além de serem independentes, a estrutura e organização dessas agências despertam grande interesse nas discussões parlamentares, como também estão sob o maior controle do Congresso. Ao contrário do interesse despertado por esse tipo de instituição, de acordo com Zegart, as agências voltadas para área de segurança nacional têm características específicas, pois não despertam o amplo interesse parlamentar e congressional, uma vez que diversas das suas atividades são realizadas em segredo, o que também dificulta a disponibilidade de informações sobre as atividades exercidas por essas agências. Ou seja, enquanto o conhecimento da população sobre as instituições governamentais responsáveis pela educação, saúde e transporte é amplo, com relação às instituições destinadas à segurança pública é bem mais restrito, devido à própria natureza da atividade. A partir

¹¹ A autora realizou minuciosa análise sobre a criação de três agências de segurança nacional dos Estados Unidos e seu posterior desenvolvimento (National Security Council, o Joint Chiefs of Staff e a Central Intelligence Agency).

dessas diferenças, Amy Zegart demonstra que a dinâmica de criação das instituições de segurança é marcada pela presença do Poder Executivo na elaboração e definição do seu desenho organizacional, no lugar das discussões parlamentares e do Congresso Nacional, e por apresentar grande interdependência burocrática, pois essas instituições disputam recursos e missões. Diante disso, Zegart conclui que a organização e o desenvolvimento das instituições de segurança nacional são determinados primeiramente pelas escolhas feitas no momento da sua criação, em segundo lugar, pelos interesses e ações dos atores ao longo da atuação da instituição e, em terceiro lugar, pelas influências externas sofridas pela instituição que podem alterar a sua estrutura organizacional, independente da vontade dos seus atores. Diante do quadro analítico proposto por Amy Zegart, fica evidente como a mudança institucional quando se trata de agências de segurança nacional é algo complexo e difícil, pois envolve escolhas e grupos diversos com interesses voltados para outras áreas de maior visibilidade e apoio popular.

Ao considerarmos que “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (CHAVEAU & TÉTARD, 1999. p.15), também lançamos mão do conceito de *tempo presente* e história do presente, ou seja, o relato histórico de períodos os quais o historiador tenha vivenciado ou que estejam muito próximos dele, para construirmos a base de análise a que propomos nesta pesquisa.

A pesquisa histórica sobre fatos inseridos no *tempo presente*, ao contrário do que nos parece, não é algo tão novo no fazer história. Durante a década de 1970, a “história do presente” realmente não obteve espaço no plano editorial, o qual estava voltado para a Nova História, herdeira dos *Annales*, e no estudo da longa duração, que tinha foco nas estruturas duráveis. Mas apesar de ser “pouco cristalizado no plano editorial”, o

presente já era algo vivo no pensamento histórico e tanto March Bloch como Lucien Febvre, já atestavam sua importância: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente. A análise do presente podia dar a régua e o compasso à pesquisa histórica” (CHAVEAU & TÉTARD, 1999, p. 10).

Ao abraçarmos a análise de March Bloch e Lucien Febvre sobre o compasso à pesquisa histórica, tomamos consciência do papel da subjetividade no fazer história. Como já sabemos, não é possível se isentar ou negar a subjetividade; mesmo se o trabalho estiver relacionado há um passado muito distante, o olhar do historiador será lançado e suas marcas ficarão, pois o fazer história é um processo dinâmico e, como afirma Sirinelli, “assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la,” (SIRINELLI, Jean-François, 1990) seja em relação ao passado, seja em relação ao presente.

Nesta pesquisa, pretendemos examinar a trajetória do Departamento de Polícia Federal brasileiro – ou simplesmente PF, como é amplamente conhecido, compreendendo-o dentro de um processo de confronto entre valores que perpetuaram ao longo de sua trajetória, em princípio como uma polícia, sobretudo orientada para o combate à subversão, em um momento marcado por ações ilegais (muito além da autonomia proposta pelo AI-5) criada em contexto autoritário, para posteriormente se tornar uma instituição de segurança pública orientada por valores democráticos.

No entanto, ressaltamos que, apesar de procurar identificar padrões de comportamento que se institucionalizaram, não temos como objetivo delimitar ou identificar dentro da Polícia Federal uma determinada cultura política. Recorreremos à definição de cultura política aqui entendida como “(...) um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996, p.86), como uma ferramenta que

nos ajudará a compreender alguns aspectos que moldam um determinado comportamento, que tende a ser duradouro e que estrutura o modo de agir de determinado grupo em sua relação com o político. Ou seja, não nos importa qualificar os atos da instituição Polícia Federal dentro de uma cultura política específica, mas perceber como as crenças, valores e atitudes dos membros dessa instituição definiram padrões de comportamentos que solidificaram durante o período da ditadura e que tiveram o desafio de se alterar com o processo de democratização. As mudanças realizadas, considerando a cultura institucional, será um dos focos privilegiados de análise. Sendo assim, trabalhar com determinados aspectos das culturas políticas nos auxiliará na compreensão dos fatores culturais e políticos que moldaram a atuação da Polícia Federal durante a ditadura e o impacto que produziram no processo de reestruturação pelo qual a instituição passa dentro do que poderíamos chamar de “consolidação democrática”.

Teorizado na década de 1960, o conceito de culturas políticas teve como principal referência a Escola de Cultura e Personalidade nos Estados Unidos, que se propôs a estudar a cultura, afastando-se da concepção biológica, e observar nas sociedades contemporâneas os padrões culturais distintos. Com essa perspectiva de estudo, Almond e Verba buscaram por meio de uma abordagem psicológica, entender um padrão comportamental em um determinado ambiente relacionado à autonomia do indivíduo nas decisões políticas (BROTTO, 2009, p.03). Por meio da cultura política, demonstraram que o funcionamento e a estabilidade das sociedades contemporâneas se relacionam com as dimensões micro (atitudes) e macro (estruturas) políticas, definindo três tipos de culturas políticas: paroquial, de sujeição e de participação, com o objetivo de hierarquizá-la e colocar a democracia como ideal e modelo de participação (COSTA, 2011).

Na década de 1980, o conceito de cultura política foi utilizado pela historiografia francesa com o objetivo de se consolidar metodologicamente como campo de pesquisa dentro da história política. Entendendo a necessidade de valorizar o espaço nacional e as diferentes culturas políticas, Serge Berstein avançou o debate conceitual com a investigação dos comportamentos políticos no decorrer da história e definindo culturas políticas como um conjunto coerente de elementos relacionados entre si, oferecendo um repertório de adesão e interpretação do mundo ao seu redor, com leituras semelhantes dos eventos do passado e do presente. “Essa proposta de grelha de leitura do político através da cultura política só tem evidentemente interesse de oferecer a possibilidade de melhor fazer compreender a natureza e o alcance dos fenômenos que é suposto explicar” (BERSTEIN, 1998, p. 352).

Berstein argumenta que o nascimento de uma cultura política é uma resposta aos problemas contemporâneos e que demanda tempo para se consolidar na sociedade, devendo ser analisada diante da identidade do indivíduo e de um fenômeno coletivo, buscando explicar o comportamento político dos indivíduos e grupos sociais. Dessa forma, a experiência dos indivíduos pode ser uma chave de inovação entre a cultura e a política, à medida que a individualidade e a subjetividade também enfatizam os conflitos coletivos, nos quais o indivíduo é capaz de transformar a cultura política. Dentro dessa perspectiva conceitual das culturas políticas, a análise do confronto de valores desenvolvidos no âmbito da instituição, entre os diferentes cargos, pode contribuir para compreendermos a Polícia Federal como instituição e espaço de convivência entre diversas culturas políticas, analisando a reformulação e a adequação das agências de segurança ao contexto democrático, em que os indivíduos devem respeitar as normas e regras vigentes, assumindo postura ética e profissional condizente

com as responsabilidades das instituições de segurança e de inteligência, com a coleta, a análise e a proteção de informações relevantes para os tomadores de decisões.

Como uma instituição que integra o estado brasileiro, a Polícia Federal tem a sua parcela de responsabilidade na consolidação democrática, pois tende a ser mediadora e garantidora de legitimidade na relação entre Estado e sociedade, não devendo restringir a democracia na relação entre estabilidade econômica e pacto social como foi uma característica relevante na sua trajetória.

Desta forma, na trajetória política brasileira coexistem práticas tradicionais enraizadas no contexto das relações corporativas, elitistas, oligárquicas, patrimonialistas e populistas, estabelecidas entre Estado e Sociedade Civil, que acabam por fragilizar o fortalecimento de uma cultura democrática. Esta análise permite considerar a existência de uma cultura política híbrida, refletida na internalização e naturalização de práticas sociais que atribuem pouca relevância das instituições democráticas representativas. (BROTTO, 2009, p.12)

Partimos da premissa de que houve uma mudança institucional dentro da Polícia Federal, de uma instituição fortemente marcada por suas conotações de polícia política, para uma polícia focada no combate à criminalidade complexa. No entanto, o que procuraremos demonstrar, é que é possível identificar, paralelamente às mudanças ocorridas, a permanência de diversos comportamentos, valores e regras que remetem ao momento de sua criação, associado a comportamentos patrimonialistas e autoritários anteriores à própria ditadura militar, período em que foi criada.

I.II Inteligência: origem, conceito e função

Para entender a origem da Polícia Federal e a prática da atividade de informações/inteligência em suas atividades, faz-se necessário a compreensão do conceito de inteligência e do que havia no contexto de segurança interna, criando assim, necessidades e justificativas para a organização de uma polícia que se desejasse de atuação nacional. Diante disso, abordaremos primeiramente o conceito de inteligência e a organização dos órgãos de segurança e informação/inteligência no Brasil, o que também nos possibilitará a melhor compreensão dos legados em relação a essa atividade e a criação da Polícia Federal.

A expressão “informação é poder” não é novidade para a grande maioria das pessoas e, de certa forma, está ligada à vida cotidiana e à necessidade de estarmos informados sobre diversos assuntos, colocando em situação privilegiada aquele que está mais bem informado. Se para a vida cotidiana a informação é um fator de “diferenciação”, no campo político e estratégico a expressão “informação é poder” ganha ainda mais veracidade. Pensando no campo pessoal ou profissional, essa lógica de ação – informar-se para tomar boas decisões – pode realmente ser, muitas vezes, algo muito simples, mas quando pensamos em decisões e ações que envolvam o poder do Estado e seu papel de garantir segurança aos seus cidadãos, a relação entre informação e poder torna-se mais complexa e extremamente mais relevante.

Obter e proteger informações não são ações recentes na gestão de determinadas decisões que produzem impacto público. A prática da espionagem é um meio milenar de coletar informações, que remonta aos escritos bíblicos¹² e aos manuais de guerra da antiguidade, a exemplo da obra de Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, escrita no século IV a.c,

¹² No Antigo Testamento (Josué 2,1-7), Josué envia espiões para reconhecer a terra e a cidade de Jericó.

na qual o autor destaca a importância dos espões como ferramenta fundamental para se obter êxito nas batalhas e estar à frente do inimigo.

Apesar da antiga necessidade de se informar e de coletar informações, a atividade de inteligência contemporânea se distingue da mera prática da espionagem. Segundo Marco A. C. Cepik, se compreendermos o conceito de maneira muito restrita, inteligência e espionagem estarão sim, diretamente relacionados, pois segundo o autor, em uma conceituação mais restrita, inteligência é a coleta de informações sem a autorização ou conhecimento por parte do alvo da ação; dessa forma, inteligência e espionagem é o mesmo que roubo de segredo ou de informação secreta.

Por buscar um dado que é negado, na qual atores diferentes visam superar a segurança do adversário para obter informações sem o seu consentimento ou conhecimento, a atividade de inteligência é um conflito informacional que tem no segredo, uma peça-chave. Não obstante, para Cepik as atividades dos serviços de inteligência vão além da espionagem, como também da noção ampla de informações coletadas e organizadas para o processo decisório. O autor aplica para o entendimento desse conceito uma dimensão mais analítica, na qual inteligência se diferencia da coleta ou da noção restrita de espionagem devido à sua capacidade explicativa e de gerar previsões para melhor orientar as ações dos tomadores de decisões, dentro de determinadas instituições. A atividade de inteligência é resultado de uma metodologia de trabalho específico, que ocorre dentro de um processo em que há conflito entre vontades e que envolve a coleta, análise e disseminação de informações relevantes para o processo de tomada de decisões do Estado, em áreas de política externa, defesa nacional e provimento de ordem pública (CEPIK, 2003, p.13). Assim como Marco A. C. Cepik, Priscila Brandão Antunes também restringe a atividade de inteligência como de uso exclusivo do Estado e suas agências, caracterizando-a como uma das ferramentas de

atuação do Poder Executivo no seu dever constitucional de garantir a segurança do cidadão, as relações externas, a integridade territorial e a ordem constitucional (ANTUNES, 2002, p. 13-14).

Para obtenção das informações necessárias e relevantes para o processo decisório, ou seja, para obter o produto da inteligência, é necessário que os dados passem por um processo definido como ciclo da inteligência. A principal contribuição da ideia de ciclo é perceber como a informação se transforma para ser empregada com precisão e como ela vai adquirindo valor informacional ao longo do processo. Segundo Cepik, para o ciclo acontecer, teoricamente, os responsáveis pela tomada de decisões identificam lacunas e necessidades informacionais, estabelecem prioridades e as transferem para as agências públicas de inteligência que, por fim, transformarão essas necessidades em requerimentos informacionais para os setores de coleta e análise (CEPIK, 2003, p. 32-33). A coleta de informações é feita por diversas fontes (humanas, de sinais, imagens, fontes ostensivas etc) e o processo de análise em inteligência visa produzir informações úteis aos tomadores de decisões, com bases nos dados que foram coletados. Como já abordamos anteriormente, a inteligência tem capacidade preditiva e com base nas informações recebidas dos órgãos de inteligências, os governantes poderão auxiliar suas ações, diminuindo assim os riscos e as falhas nas ações políticas.

Ao restringir a atividade de inteligência para uso em áreas de política externa, defesa nacional e provimento de ordem pública, Marco A. C. Cepik estabelece três matrizes de origem para a atividade de inteligência: a diplomacia, a guerra e segurança interna.

Boa parte dos órgãos de inteligência teve origem na diplomacia, a exemplo do *Secret Intelligence Service* britânico. Ao longo dos séculos XVI e XVII, as relações diplomáticas serviam tanto como mecanismos de negociações, como para obter

informações, oriundas principalmente da espionagem. Ainda não era possível distinguir ou delimitar um papel específico que separasse a obtenção de informações das relações comuns da diplomacia. Assim, a atividade de inteligência estava profundamente atrelada à formulação e implementação de políticas. Somente a partir do século XVII que as três principais potências, Inglaterra, França e Espanha, começaram a organizar setores dedicados à organização de arquivos e à salvaguarda de informações consideradas relevantes para o país e para as relações que mantinham com os demais (CEPIK, 2003, p. 91-93). Com relação à segunda matriz de origem dos órgãos de inteligência – a guerra – a presença da atividade de inteligência é ainda mais antiga e ligada à espionagem e reconhecimento do campo adversário, a exemplo do que já salientamos em relação aos manuais de guerra de *Sun Tzu* ou a própria Bíblia. Não obstante, segundo o autor, teria sido a partir das guerras napoleônicas que a atividade de inteligência adquiriu funções mais amplas que não apenas a espionagem. Foi com as mudanças introduzidas na área militar realizadas por Napoleão, que a busca por informações ganhou maior amplitude e a análise de dados de diversas origens começou a compor o trabalho da inteligência. Napoleão sabia que a compreensão do inimigo não poderia ficar restrita apenas à espionagem, várias informações e dados de jornais, livros, mapas, correspondências se faziam necessários para orientar suas decisões e garantir vantagens sobre o inimigo, tornando a produção de inteligência um foco privilegiado do fazer a guerra. A partir da I Guerra Mundial, o desenvolvimento da atividade de inteligência veio adquirindo cada vez mais abrangência e cientificidade no campo civil e militar e, desde então, cada uma das Forças Armadas acabaram por desenvolver setores voltados para a atividade de inteligência ou “informações”, como ficou conhecida no Brasil a área de inteligência. No Brasil, Exército e Aeronáutica desenvolveram “órgãos de informações” apenas na década de 1960 (na Marinha o órgão era anterior ao golpe),

entretanto, como veremos posteriormente, a sua utilização não estava destinada ao serviço bélico propriamente dito, mas sim, ligados à terceira matriz de origem da atividade de inteligência, a segurança interna.

Segundo Cepik, a inteligência de segurança ou inteligência interna tem sua origem na primeira metade do século XIX, quando os movimentos inspirados na Revolução Francesa e os movimentos operários anarquistas foram percebidos como ameaças para a ordem vigente. Seria então necessário desenvolver e utilizar de diversos mecanismos para desarticular esses movimentos considerados subversivos. A expansão dessas atividades voltadas para a segurança interna levou à organização em diversos países, entre eles o Brasil, dos atuais serviços de informações/inteligência interna, que na maioria dos casos estão organizados dentro das próprias polícias, não compondo assim um órgão à parte, como ocorre nos Estados Unidos com a divisão de segurança nacional do FBI (CEPIK, 2003, p. 100-101). No Brasil, cada polícia (Militar, Civil e Federal) possui uma diretoria e vários setores de inteligência.

Ao estabelecer as três matrizes para a atividade de inteligência, Cepik salienta a complexidade de se constituir fronteiras organizacionais entre qualquer uma dessas matrizes, como também destaca a dificuldade em delimitar e definir as áreas e missões da atividade de inteligência. Com o final da Segunda Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria com a polarização ideológica, o desenvolvimento da atividade de inteligência se intensificou nos dois seguimentos: o primeiro relacionado ao *fazer a guerra* e o segundo destinado ao controle e “combate” as populações consideradas subversivas (ANTUNES, 2002, p. 46-47).

No Brasil, principalmente durante a ditadura militar, é possível perceber que a atividade de informação/inteligência seguiu a lógica do segundo seguimento, pois seu desenvolvimento está intimamente ligado às questões políticas ideológicas e se

constituiu em um forte aparato de perseguição aos opositores do governo. O uso da informação/inteligência durante a ditadura se destinou por um lado, a suprir o governo de informações que pudessem manter o seu *status quo*. Por outro, procurou defender os interesses do governo de qualquer um que fosse contrário à ordem vigente, atuando, para tanto, de maneira extremamente repressiva. A mesma lógica é percebida dentro da Polícia Federal e do órgão que a antecedeu, o Departamento Federal de Segurança Pública, como será visto no segundo capítulo, quando analisaremos a institucionalização da atividade de informação/inteligência dentro da PF. Veremos que sua estruturação procede da mesma lógica de perseguição e repressão aos opositores do governo, sendo ela como um todo constituída enquanto órgão de segurança do governo federal, atuando em todos os estados, através da Divisão de Polícia Política e Social, por meio de parceria com os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS)¹³ estaduais com presença institucional dentro de todos os estados. Entretanto, antes de iniciarmos a discussão sobre a atividade de informações/inteligência no Brasil durante a recente ditadura, faz-se necessário compreender o surgimento de tal atividade no contexto brasileiro, para melhor compreendermos os seus desdobramentos e utilização.

O início do que seria um setor responsável pela produção de informações/inteligência teve início no Brasil já em 1927, com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), durante o governo de Washington Luís.¹⁴ Possuía caráter consultivo sobre assuntos que variavam desde a esfera econômica às questões morais relacionadas à defesa da Pátria. Criado dentro do contexto de forte tensão política marcada pelo movimento tenentista e pela crise econômica internacional que afetava a

¹³ Os Dops eram inicialmente Delegacias de Ordem Política e Social, mas ganharam status de departamento e assim tiveram suas atribuições extremamente ampliadas, principalmente no que diz respeito à repressão e tortura. Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura: Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 200.1

¹⁴ O Conselho de Defesa Nacional foi criado através do Decreto nº 17.999 de 29 de novembro de 1927. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 21 de fevereiro de 2014.

produção do café, a criação do Conselho de Defesa Nacional estava focada no acompanhamento e controle nas disputas políticas e ideológicas que marcaram a década de 1920 no Brasil (ANTUNES, 2002, p. 45). Em 1934, já no governo de Getúlio Vargas, o Conselho de Defesa Nacional passou a se chamar Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e foram criadas a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional. Ainda durante o Estado Novo, Getúlio Vargas realizou novas redefinições para o Conselho Superior de Segurança Nacional ampliando, assim, o número de órgãos voltados para o estudo das questões relativas à segurança nacional, sem, contudo, alterar suas funções que continuavam restritas à “defesa da Pátria” (ANTUNES, 2002, p.45-46).

Em 1946, foi criado o Serviço Federal de Informações (SFICI) que compunha o Conselho de Segurança Nacional com a função de produzir informações e contrainformações.¹⁵ Segundo Priscila Antunes, a ativação do SFICI se deu apenas em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek (JK), para cumprir o compromisso que o Brasil havia estabelecido com os Estados Unidos de se criar um serviço brasileiro nos moldes da CIA¹⁶ (ANTUNES, 2002, p.47-48). Nilo Oliveira, em sua tese de doutorado, analisa uma vasta documentação produzida pelo órgão e demonstra como a partir de JK ele ganhou abrangência e passou a centralizar todo o fluxo de informações em nível nacional. Para o autor, apesar de algumas “posturas amadorísticas”, o SFICI foi extremamente competente dentro dos seus objetivos de mapear e reprimir os mais variados movimentos de contestação produzidos pela sociedade brasileira ainda no

¹⁵“Contra-inteligência é toda inteligência sobre as capacidades, intenções e operações dos serviços de inteligência estrangeiros. Envolve a implementação de medidas ativas no estrangeiro e a elaboração de mecanismos para a defesa de informações e materiais sensíveis à segurança do Estado.” Ver ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P 196.

¹⁶ A *Central Intelligence Agency* (CIA) foi instituída em 1947, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman assinou a Lei de Segurança Nacional de 1947. A CIA tornou-se responsável pela coordenação de atividades de inteligência do país e correlacionados, como também pela avaliação e disseminação de inteligência que possa afetar a segurança nacional. Disponível em: <https://www.cia.gov/about-cia/history-of-the-cia>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

período democrático (OLIVEIRA, 2013, p. 103-106), não obstante o SNI, criado imediatamente após o golpe, tenha tido essa capacidade aumentada em função de sua maior flexibilidade, capilaridades, pelos mandatos que lhe foram concedidos e, é claro, pelo próprio contexto no qual foi criado.

Ao longo da ditadura militar, a atividade de informação/inteligência foi usada exclusivamente como mecanismo eficaz de combate àqueles que eram considerados ameaças ao regime e aos representantes do *status quo*. Acreditava-se que o Brasil, inserido no contexto internacional da Guerra Fria (assim como vários outros) e da Doutrina de Segurança Nacional, necessitaria criar mecanismos e políticas de combate à ameaça comunista, considerada um dos entraves para o desenvolvimento do país. Por meio da Doutrina de Segurança Nacional, prevalecia, entre boa parte dos militares e da elite brasileira, a ideologia de guerra interna e a crença na necessidade de combate àqueles considerados subversivos, o que naquele período abrangia um grande espectro de “inimigos”. Diante dessa “necessidade” imposta pela doutrina, nada mais lógico do que o governo federal criar um sistema responsável pela execução desse combate, resultando então na criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI) de caráter, sobretudo, informativo (ainda que integrante do processo repressivo) e o Sistema Interno de Segurança (SISSEGIN), criado no início da década de 1970, para coordenar todo o processo repressivo. Pautados na visão de mundo marcado pelo anticomunismo visceral, qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser uma porta de entrada para a subversão (NAPOLITANO, 2015, p. 11). Diante dessa ameaça ‘cada vez mais real’ aos olhares de boa parte da população, principalmente das Forças Armadas e da classe média, salienta Napolitano:

[...] a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nesses segmentos médios. As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditaram piamente que Moscou tramava conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual (NAPOLITANO, 2015, p.48).

O temor ao comunismo e a convicção do dever dos militares em “livrar a população desse mal” também era algo profundamente arraigado e compartilhado nas Forças Armadas. Essa convicção “salvífica” está presente em diversos depoimentos de militares que estiveram envolvidos mais diretamente com o golpe militar

Essa intoxicação [sobre o comunismo] mental que as Forças Armadas passaram a sofrer foi por influência desse período cesarista [período em que as Forças Armadas seriam manipuladas por Vargas]. Terrível doutrina antimarxista, absolutamente intolerante e radical, que não admitia nenhuma meia-luz, nenhuma medida de compreensão. Era um dilema maniqueísta: quem pensa como nós é nosso amigo, quem discorda de nós é inimigo. (Depoimento do General Octávio Costa disponível em Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 77)

Ao assumirem o poder em 1964, os militares quebrariam o que Carlos Fico classifica como um padrão de comportamento moderador, no qual caberia às Forças Armadas “salvar” uma sociedade civil frágil e incapaz de administrar a si mesma para, uma vez “reorganizada”, ser transferida novamente aos civis. O contexto social, econômico e político por que passava o Brasil no pré-golpe teria alterado o relacionamento entre os civis e os militares, que além do descontentamento com as instituições civis, sentiram que a própria instituição estaria ameaçada com a quebra de hierarquia e a indisciplina (FICO, 2014, p. 31). Diante de tais ameaças, um governo efetivamente militar se impôs como responsável por organizar e proteger a nação brasileira do perigo comunista.

Sessenta e quatro foi um movimento para se antepor ao avanço do comunismo e representa um capítulo da guerra fria que estava comprometendo as instituições, sobretudo as militares. Sentia-se isso claramente dentro dos quartéis. [...] O que foi feito era necessário. Se não a nossa situação hoje estaria muito difícil. (Depoimento do tenente-brigadeiro Deoclecio Lima de Siqueira disponível em Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 232).

Os elementos de esquerda que cercavam o governo procuravam, realmente, transformar o quadro institucional por pressões e mudar o regime. Esse é o convencimento de todos nós militares. A insubordinação dentro do Exército já estava num ponto inegável. Alguns sargentos e alguns oficiais subalternos pregavam abertamente a esquerdização do nosso regime. (Depoimento do general-de-exército Antônio Bandeira que foi diretor-geral do DPF entre 1973 e 1974, disponível em Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 213).

Para assegurar tais interesses, o regime militar tinha dois projetos prioritários para o campo da repressão, a saber, a criação do SNI e do Departamento de Polícia Federal, como veremos mais adiante. Como dissemos, nosso interesse aqui não é aprofundar a história do SNI, mas simplesmente abordá-la de modo a evidenciarmos como a lógica de sua criação guarda correlação direta com a forma de criação da Polícia Federal.

O criador e primeiro chefe do SNI foi o general Golbery do Couto e Silva. O SNI foi criado para se dedicar à busca de qualquer informação que pudesse subsidiar as decisões do presidente, como também que pudessem manter o governo informado de toda situação de cunho político e ideológico pelo qual o país atravessava.

Segundo o Coronel Amerino Raposo Filho,¹⁷ que participou do projeto de elaboração do SNI e esteve vinculado a esse órgão até junho de 1967, sua criação “se fazia necessária” diante da conjuntura vivida pelo país. O número de profissionais que atuavam no SNI seria bem reduzido, pois segundo o coronel, as informações naquele

¹⁷ Entrevista realizada por Maria Celina D'Araújo e Samantha Viz Quadrato para o projeto Democracia e Forças Armadas, do CPDOC/FGV Rio de Janeiro, aos 15 de janeiro de 1998. Entrevista gentilmente cedida à autora pela Maria Celina D'Araújo.

momento eram recolhidas através da conversa e dos contatos, de modo informal e pouco sistematizado, sendo definida por ele apenas como um serviço de cúpula, o que justificaria a grande presença de coronéis e tenentes-coronéis atuando nesse serviço. Complementando o aparato de informações que viria a ser o SNI, o Coronel Amerino Raposo Filho também foi autor de um projeto de reestruturação do Departamento Federal de Segurança Pública, seguindo normas americanas. A reestruturação e a criação, propriamente dita, de uma Polícia Federal, além de atender as demandas do novo cenário político de ditadura militar, “se faziam necessárias”, uma vez que as agências regionais do SNI não possuíam poder de polícia judiciária, não podendo processar judicialmente um ato considerado crime contra o Estado.

A partir de 1968, a oposição ao regime militar se tornou mais intensa, marcada principalmente pelo movimento estudantil e pela guerrilha urbana. As passeatas contra o governo e as denúncias de tortura já ganhavam as ruas da mesma forma, mas em proporção infinitamente maior, aumentou também o combate e perseguição por parte do governo. O Ato Institucional de nº5 (AI-5)¹⁸ legitimou e radicalizou sobremaneira a ditadura no Brasil, suprimiu qualquer direito de oposição e abriu as portas para um período de grande violência nos chamados “porões da ditadura”. O recrudescimento teria demandado, na perspectiva dos dirigentes políticos, a criação de um sistema que abarcasse todo processo de busca de informações e, para esse fim, foi criado em 1968, o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que se compunha em uma estrutura não apenas com foco na coleta de informações, mas, sobretudo, voltado para a “espionagem

¹⁸ Ao longo da ditadura militar os governos lançaram mão de vários Atos Institucionais (AI) como mecanismo de cercear a sociedade de seus direitos ampliando, assim, o poder de intervenção do governo. O AI- 5 foi um dos atos considerados mais pesados, pelo fato de suspender a garantia do habeas corpus para determinados crimes, por permitir que o Presidente da República decretasse estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967, intervenção federal, sem os limites constitucionais, por suspender os direitos políticos e restringir o exercício de qualquer direito público ou privado, cassar mandatos eletivos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, dentre outras providências.

Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado em 31 de outubro de 15 de 2015.

e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (FICO, 2001. P. 100).

Além de estar centrado no SNI, compunham o SISNI as Divisões de Segurança Interna, coordenadas pelo SNI, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CIE, CENIMAR, CISA),¹⁹ o Subsistema de Informações Estratégicas Militares, o Departamento de Segurança Interna do Ministério da Justiça, que nos interessa em particular, assim como o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, dentre outros órgãos setoriais. Toda essa estrutura nos faz perceber que a atividade de informação que subsidiava o regime militar era extensa e estava presente em todos os setores da administração pública.

Além de conhecer as ameaças, era necessário combatê-las com eficiência e como os órgãos que compunham o SISNI, em princípio, não eram executantes, os setores mais radicais queriam uma estrutura específica para atuar na repressão, que fosse controlada pelas Forças Armadas (FICO, 2001. p. 112), pois, em nada agradava aos militares a morosidade da justiça em julgar os processos e as punições pouco expressivas por ela aplicadas. Instituído por diretrizes sigilosas elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente, o Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN) foi criado para incrementar o aparato repressivo.

A criação do DPF em 1967 para atuar como polícia judiciária em todo território nacional, colaborando e atuando dentro dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais por meio da sua Divisão de Polícia Política e Social, fazia parte desse

¹⁹ No final da década de 1960, as Forças Armadas também passaram a atuar de forma direta no combate à subversão através dos órgãos de informações que foram criados para este fim. O CIE era o Centro de Informações do Exército, criado em 1967. O CENIMAR pertencia à Marinha e foi criado em 1957 e reformulado em 1968. Já o CISA pertencia à Aeronáutica. Para informações mais detalhadas sobre a criação e desempenho de cada um desses órgãos e sua relação com o regime militar ver ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

projeto dos militares “linha dura” que “acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 24), sendo necessário reforçar e ampliar o controle militar e policial em todo país por meio de Sistema de Segurança Interna que deveria seguir um Planejamento de Segurança Interna elaborado em 1970. Aos poucos e por meio de diretrizes secretas, o regime militar foi estruturando uma grande rede de controle social no âmbito da busca de informações e da repressão.

Inspirados na Operação Bandeirantes (OBAN),²⁰ os componentes do SISSEGIN atuaram como polícia política na desarticulação e extermínio dos inimigos internos, satisfazendo o desejo da ala mais radical de controlar todo o processo de repressão que levou ao uso indiscriminado da força e da violência. Como já dissemos, a atuação indiscriminada desses órgãos de segurança se “explicava” pela noção de guerra interna, que além de buscar o inimigo interno, superestimava a sua capacidade de atuação. Dessa forma, ganharam cada vez mais liberdade de ação sistematizando, assim, o uso da violência e da tortura por parte dos militares. Diante dessas denúncias, o governo quis forjar uma memória de que não havia uma política institucional de repressão, os casos de tortura denunciados não passavam de excessos de alguns subalternos que extrapolariam suas funções, como se esses sistemas não fossem geridos por superiores ligados ao Poder Executivo e como se a tortura não fosse institucionalizada. Esse desejo de limpeza da ala radical também esteve presente no DPF, pois grande parte dos militares que ocuparam o cargo de diretor-geral fazia parte do grupo denominado de “linha dura”.

A “linha dura” queria um governo revolucionário. Eles achavam que o Castelo não era revolucionário, era muito legalista [...] e esse pessoal achava que a Revolução, vamos dizer, durante três ou cinco anos tinha

²⁰ Organização criada em 1969 sob o comando do II Exército (SP), com o objetivo de combater a “subversão e o terrorismo” em São Paulo e Mato Grosso. Ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura: Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 115-117.

que ser revolução mesmo, tinha que limpar a área completamente e estabelecer a sua própria liderança. (Depoimento do general-de-divisão Carlos de Meira Mattos, disponível em Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 115).

O SISNI e SISSEGIN agiam de forma integrada no combate aos grupos de esquerda, sendo os Destacamentos de Operações Internas (DOIS's) responsáveis pela parte operacional do sistema repressivo. Contava com o trabalho integrado das Forças Armadas e das polícias, principalmente da Polícia Federal e das polícias estaduais, que desempenhavam o papel de polícia política. Assim, SISNI e SISSEGIN, mesmo funcionando com normas e objetivos próprios, “interagiam entre si, não apenas compondo um todo que se movimentava tendo em vista um objetivo comum, mas também na medida em que compartilhavam ideias, hábitos e, sobretudo, poder” (FICO, 2001. P. 138). O poder de fato exercido por estes órgãos não se encontrava amparado por normas legais, mas sim pela autonomia e liberdade de ação no uso da força. Quando da distensão, iniciada efetivamente a partir do governo Geisel, houve grande temor por parte dos militares radicais com relação à desarticulação desses órgãos de informação e, principalmente, dos órgãos de segurança, pois a perseguição e combate aos subversivos já não mais se justificavam. Como tentativa de frear o processo de distensão e o fim de sua autonomia ou até mesmo de sua existência, ações terroristas de direita, a exemplo do caso Riocentro,²¹ buscavam manter viva a presença do inimigo interno e “legitimar” a necessidade de manutenção desses sistemas. Como veremos adiante, o DPF também procurou criar mecanismos legais ou institucionais que assegurassem a impunidade dos homens de seu quadro envolvidos no processo.

²¹ No dia 30 de abril de 1981, em uma ação mal sucedida por parte dos militares, duas bombas explodiram no Centro de Convenções do Rio de Janeiro – Riocentro. Uma das bombas estava em um carro no estacionamento e na explosão morreu um sargento do DOI do I Exército e feriu um capitão que estava no volante do carro. A outra bomba estava na casa de força. Ver: Ver ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 98-100.

É justamente considerando o processo de desenvolvimento do sistema repressivo durante a recente ditadura e seu processo de rearticulação, que pretendemos analisar a criação, institucionalização, mudanças e permanências existentes dentro da Polícia Federal, na medida em que a instituição guarda relações diretas com este sistema, conforme veremos a seguir.

Capítulo II: O Departamento de Polícia Federal e seus antecedentes históricos (1944-1967).

II. I Criação do DFSP: o desejo de uma polícia nacional

Em 2004, o Departamento de Polícia Federal publicou um livro comemorativo aos seus “60 anos” e por meio dessa obra procurou fixar uma “nova tradição”, a de comemorar o aniversário do DPF no dia 28 de março de 1944, ao invés do dia 16 de novembro, em referência ao decreto 4.483, de 16 de novembro de 1964.

De acordo com o ex-diretor geral, Paulo Lacerda, que em 2004 mandou constituir um grupo de trabalho integrado por quatro delegados e um perito²² para tirar a dúvida sobre a data de criação do órgão, houve um trabalho “exaustivo” de pesquisa, que deu segurança ao “Conselho Superior de Polícia” para concluir que a data de criação do DPF seria a data de criação do antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).²³

Atualmente, tanto os recentes trabalhos acadêmicos realizados sobre a Polícia Federal,²⁴ como o site oficial,²⁵ (seção do Histórico institucional do DPF), definem como seu marco de criação a data de 1944, quando a Polícia Civil da então capital Rio de Janeiro foi transformada em DFSP.

O órgão que antecede a criação do Departamento de Polícia Federal tem sua origem em um contexto ditatorial. Foi criado durante o governo de Getúlio Vargas, com

²² Portaria 598, de 15 de junho de 2004.

²³ Decreto-Lei 6.378, de 28 de março de 1944.

²⁴ A maioria dos trabalhos que tratam da história dessa instituição foram realizados por agentes ou delegados, em cursos de pós-graduação ou mestrado profissional oferecidos pela própria instituição. Ressalto como importante exceção a dissertação de Mestrado de Bruno Lima Rocha, apresentada ao departamento de Pós-graduação e Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em março de 2004. Ver: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

²⁵ <http://www.dpf.gov.br/institucional/historia>. Acessado em março de 2014.

atuação focada nas funções de polícia metropolitana, polícia política e de manutenção da ordem vigente. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), Vargas teria destacado a necessidade de se criar uma polícia que atuasse de forma mais afinada com sua proposta centralizadora e que corroborasse para a manutenção de um Estado com alta capacidade de intervenção e controle.

Reconhecendo a importância de controlar a polícia para garantir a longevidade e a força de seus regimes, os líderes políticos autoritários latino-americanos, tais como Getúlio Vargas no Brasil e os ditadores militares da região buscavam meios de reorganizar e centralizar a polícia em prol da segurança interna de seus países (HUGGINS, 1998, p. 65).

A consecução do projeto centralizador de Vargas por meio do uso do aparato repressivo foi amplamente apresentado por Elizabeth Cancelli em sua tese de doutoramento “O mundo da violência: o Estado Policial na era Vargas”.

Segundo a autora, o primeiro governo Vargas foi o responsável por institucionalizar um tipo de polícia que seria o braço executivo do regime e agiria conforme o interesse do governo federal (CANCELLI, 1991).

Logo no início de seu governo, Vargas promoveu uma reforma do setor policial ao recompor totalmente o quadro de delegados auxiliares e exonerar vários delegados distritais. A ideia, segundo Cancelli, seria a de sanear e educar a instituição como forma de manter a ordem e, é claro, criar alguma segurança em relação ao “insubordinado” estado de São Paulo (CANCELLI, 1991, p.100). Em 1931, o chefe de polícia Batista Luzardo contrataria dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque para que fosse organizado no Brasil o serviço de repressão ao comunismo.

Em 1933, por meio do Decreto nº 2232, de 10 de maio, Vargas definiu que o serviço policial do Distrito Federal fosse diretamente subordinado à Presidência da República, sob a superintendência do Ministro da Justiça e Negócios Interiores (CANCELLI, 1999, p. 297-298), criando uma série de confusões relativas às

responsabilidades dessa polícia e sua área de atuação. Segundo dados coletados por Cancelli, a chefatura de polícia contava com aproximadamente 3.500 funcionários fixos no Rio de Janeiro, distribuídos em 30 delegacias distritais, além da estrutura central (delegacias e diretorias). “Cada qual com sua atribuição, esquadrinhavam toda a cidade do Rio de Janeiro através das delegacias distritais” (CANCELLI, 1991, p.110). Nesse processo, também foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e a Diretoria Geral de Identificações (DGI). À DGI, coube a responsabilidade pelo trabalho interno e especializado, o que incluía todo o aparato técnico de apoio ao trabalho de investigação do Instituto de Identificação e Estatística Criminal, do Instituto Médico Legal e do gabinete de Pesquisas Científicas. Mas além do processo de modernização pela qual passava esse setor, com o uso de inovações técnicas implementadas no interior da polícia, a maior modificação na estrutura da polícia teria sido a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Apesar de pequena, contava com investigadores extranumerários, em número que o chefe de polícia julgasse necessário.²⁶ Desta forma, teria ainda uma outra vantagem que era a de não ter o seu orçamento subordinado às verbas regulamente previstas para gastos policiais, o que imprimia uma enorme flexibilidade para o sistema repressivo.

Com a criação da DESPS, consolida-se a autonomia da polícia política no âmbito do governo federal, reforçando a lógica de maior regulação e intervenção do Estado na sociedade. A partir de sua reformulação, a polícia do distrito federal passaria a se relacionar com o Estado a partir de suas funções específicas.

Como bem destaca Luiz Reznik, a situação política interna do país estava marcada, naquele momento, pelo crescimento das cidades e dos setores urbanos

²⁶ Esta seria uma estratégia que mantida ao longo da República, principalmente no sistema de repressão, a exemplo do futuro DPF e SNI, permite ao governo se inserir de forma institucional onde e quando lhe interessa, promovendo sua capilaridade.

industriais, os quais produziriam a emergência de grupamentos ideológicos e de movimentos de massa, que precisavam, na perspectiva do governo, ser controlados. Daí a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional, Lei 38, de 04 de maio de 1935, que definiria os crimes contra a ordem política e social.

Aliás, ao longo de todo governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo, havia o desejo e a “necessidade” de se manter a “ordem”: era preciso que toda e qualquer oposição fosse contida. Uma polícia política que atuasse afinada com o governo e em âmbito nacional sempre foi um desejo de Getúlio Vargas.

A criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) em 1938²⁷ evidencia e endossa ainda mais o desejo de Getúlio Vargas em organizar e centralizar no Executivo os aparatos de segurança e demais áreas da administração pública como a polícia política. O DASP estaria ligado diretamente ao presidente da República e seria o responsável por organizar e racionalizar o serviço público, visando a centralização em torno do Poder Executivo. Dessa forma, Getúlio Vargas teria maior controle sobre as diversas questões acerca da política, economia e segurança nacional.

Para os organizadores do DASP, a necessidade de uma Administração Pública racional e científica era uma decorrência natural do aumento da responsabilidade do poder Executivo nos tempos modernos, particularmente por garantir os investimentos econômicos. Assim, afirmavam, não havia dúvida quanto à necessidade crescente da intervenção do poder estatal em todos os setores da atividade nacional e, para isso, a racionalização administrativa era indispensável (OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Com a emergência do Estado Novo e da II Guerra Mundial, cria-se uma situação extremamente paradoxal no Brasil, na qual a política interna, caracteristicamente centralizadora, autoritária e nacionalista, necessita ir de encontro a uma política externa que pregava a descentralização e a democracia. O apoio de Vargas aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial teria tornado evidente a contradição entre a luta em

²⁷ Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em 29 de julho de 2015.

defesa das democracias liderada pelos Estados Unidos e a ditadura varguista. Prova disso foi o Manifesto dos Mineiros²⁸ em 1943, que já anunciava o descontentamento de grande parte da elite mineira com a ditadura de Vargas, evidenciando sua contradição com o apoio aos Estados Unidos. No mesmo ano, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também surgiu como forte opositora à ditadura.

Visando fomentar a capilaridade do sistema repressivo brasileiro, face o espaço político ganho pela oposição e em comunhão com as perspectivas do DASP, o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, sugeriu a criação de uma polícia que atuasse em todo país (OLIVEIRA, 2013, p. 21- 22), sob condução do governo federal.

Em 1941, numa mensagem secreta, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, atento ao desenrolar da 2ª Guerra Mundial, afirmava ao Ministro da Justiça a necessidade de ser criado um serviço secreto de informações que teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública e que seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contraespionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior (LEITÃO; SILVA, 1998, p. 78).

Não obstante concordassem com a necessidade de um serviço secreto que visasse a segurança interna do país, os militares discordaram da sugestão do Ministério da Justiça de se criar um órgão de informações que ficasse sob responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal. Defendiam que as funções de segurança, interna ou externa, seriam de sua competência e, portanto, deveria ficar sob responsabilidade do Ministério da Guerra (OLIVEIRA, 2013, p. 23).

Como forma de solucionar o problema, o próprio Ministério da Justiça sugeriu que se criasse um serviço de informações independente da polícia, diretamente

²⁸Em 1943, membros da elite mineira, entre eles, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga divulgaram um manifesto público intitulado Manifesto do Povo Mineiro, distribuído clandestinamente em virtude da censura à imprensa. Por ter sido a primeira manifestação aberta contra a ditadura e por ter como assinantes membros da elite, esse documento adquiriu grande relevância como também abriu as portas para outras manifestações contrárias à ditadura varguista. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros> arquivo consultado em março de 2014.

subordinado à Presidência da República, o que também não foi bem aceito, agora pelo DASP. Por meio da Exposição de Motivos Reservada nº 2.888, de 17 de outubro de 1942, o DASP reafirmou sua tese de que não seria necessária a criação de um órgão para desempenhar a tarefa, que essas funções poderiam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal. Neste sentido, solicitou autorização ao presidente da República para proceder à revisão da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, “com objetivo de atribuir a esse órgão jurisdição nacional para as atividades de natureza política, conservando-lhe o âmbito local para as funções de Polícia Civil” (RORATTO; CARNIELLI, 2006, p. 11).²⁹

Segundo documentos analisados e citados por Roratto e Carnielli, a sua proposta de reformulação implicaria na criação de dois grandes grupos: o primeiro, responsável pelas atividades de caráter meramente local e o segundo de caráter nacional, padronizando a atividade de defesa e segurança em todo o território nacional. Seria um “Serviço Especializado de Investigações”, que se estenderia a todo território nacional e, em caso de necessidade, ao exterior, realizando investigações de caráter confidencial e secreto, informando o chefe de polícia sobre todas as questões de interesse para a segurança nacional. Na proposta, esse serviço incluiria as funções que foram atribuídas ao Serviço de Investigações e Pesquisas, na realidade, o serviço secreto vinculado à DESPS. A DESPS seria transformada na Divisão de Polícia Política Social (DPS), com a criação de uma delegacia política e social em cada estado. O DASP propunha que a Divisão de Polícia Política e Social ficasse responsável por executar as funções da DESPS na capital, à exceção das funções atribuídas ao Serviço Especializado de Investigações, o SEI. Na minuta elaborada pelo DASP, caberia ao SEI desempenhar as funções de inteligência no âmbito federal (RORATTO; CARNIELLI, 2006, p. 11 - 14).

²⁹ Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_4603bcdce2210.pdf. Acesso em 27 de abril de 2015.

O Departamento Federal de Segurança Pública seria criado por Vargas por meio do Decreto-Lei 6378 de 28 de março de 1944 que transformava a Polícia Civil do Distrito Federal. Entretanto, o decreto aprovado não foi condizente com a proposta anteriormente apresentada, pois ele excluiu todo o texto relativo ao Serviço Especializado de Investigações e deixou para a Divisão de Polícia Política Social (DPS), o controle político e social.

Em termos normativos, o DFSP tinha uma organização bem ampla. Em seu organograma eram apresentadas quatro Divisões: de Polícia Política e Social (DPS), Polícia Técnica (DPT), Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM), Intercâmbio e Coordenação (DIC). Seis delegacias especializadas: Defraudações e Falsificações, Roubos e Furtos, Costumes, Tóxico e Mistificações, Jogos e Diversões, Vigilância e Menores. Além dessas estruturas, o DFSP compunha-se de 30 distritos policiais, Serviço de Tráfego, Serviço de Transportes, Serviço Médico e Serviço de Administração, Guarda Civil e dois institutos: Felix Pacheco e Instituto Médico Legal.³⁰ Segundo Sombra, houve amplo debate sobre a transformação da Polícia Civil do Rio de Janeiro em polícia de âmbito federal, a escolha foi feita com base na estrutura dessa polícia, pois era a mais próxima do poder central, o que em tese, facilitaria seu controle e incrementaria sua utilização (SOMBRA, 1996, p.39).³¹

Apesar de extenso organograma, a Divisão de Polícia Política e Social foi a estrutura de maior destaque em relação à atuação da polícia em âmbito federal, o órgão mais importante dentro da estrutura institucional do DFSP. O que até então era apenas uma delegacia especializada, tornou-se uma Divisão de Polícia Política e Social (DPS).³² A partir de então, caberia ao DFSP, em tese, a responsabilidade pela guarda das fronteiras do Brasil (essa função seria desempenhada em parceria com os poderes

³⁰Decreto-Lei nº 6.378, de 28-3-1944, art. 3º.

³¹Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/publicacoeslivros.htm>. Acesso em 15 de abril de 2015.

³² Decreto-Lei nº 6.378, de 28-3-1944, art. 1º.

estaduais na medida em que não foram dadas as condições – estrutura e quadro de pessoal – suficiente para o DFSP desempenhar a função), “a manutenção da ordem pública e a garantia do regime político e social vigente, além de orientar as polícias estaduais e dos territórios nestas atividades” (SOMBRA, 1996, p.37).

A “manutenção da ordem” por meio dessas parcerias foi o grande foco do DFSP, fazendo com que muitas vezes o Departamento fosse confundido com a sua principal Divisão, a Divisão de Polícia Política e Social e visto meramente como uma polícia política uma vez que, mesmo nos governos democráticos que sucederem Vargas e Dutra, continuaram a utilizá-lo de forma sistemática na perseguição aos comunistas, conforme nos mostra Nilo de Oliveira, em sua análise sobre o sistema repressivo que atuou durante o governo de Juscelino Kubistchek (OLIVEIRA, 2013).

Na realidade, a transformação da Polícia Civil do Rio de Janeiro em DFSP era o resultado de um projeto de centralização pensado por Vargas desde o início da década de 1930. Em 1936, o chefe da polícia de Vargas, Filinto Müller,³³ durante o Congresso dos Chefes de Polícia realizado no Rio de Janeiro, já discutia sobre a possibilidade de fortalecer a polícia do Distrito Federal, assim como sua atividade de repressão contra o comunismo em todo o território nacional.

O projeto político de Vargas, como afirma Elizabeth Cancelli, amparava-se na violência e coerção policial, negava a luta de classes e concebia a sociedade como um corpo orgânico fiel à mítica da violência. Dessa forma, era indispensável um aparato policial capaz de controlar a sociedade como um todo, sendo a violência policial o sustentáculo do regime político por propagar o mito do “terror”.

³³ Filinto Müller foi promovido a capitão e nomeado delegado especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal em 1932 e após um mês neste cargo foi nomeado “chefe de Polícia interino, em substituição a João Alberto. Em abril de 1933 foi efetivado no cargo, por decreto assinado pelo chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e pelo ministro da Justiça, Antunes Maciel. Filinto Müller ocuparia o cargo até julho de 1942”. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 30 de agosto de 2014.

O exercício puro e simples do terror, implantado pelo Estado, através e com a polícia, representava a prova incontestável de que tudo apregoado pelo Estado tornava-se verdadeiro: as crises, o perigo comunista, a ganância anti-cristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional da política do komintern, os maus hábitos, ou tudo aquilo que fosse apontado como causador de algum dano (CANCELLI, 1991, p. 57).

Entretanto, se até mesmo uma proposta de cooperação causava inquietude nos governos estaduais, receosos com a ideia de uma interferência em seu território sob autoridade do governo federal, é de se supor a reação negativa diante da proposta de criação de uma polícia federal com presença institucional em todo o país. Na disputa entre federalização e centralização vigente desde o século XIX, os estados optaram por criar seus próprios Departamentos de Ordem Política e Social como forma de opor e resistir ao crescimento do poder coercitivo do governo federal, cooperando apenas e somente em questões de interesse recíproco, a exemplo das questões relativas à perseguição de inimigos “da ordem”. A responsabilidade pela manutenção da segurança pública continuava nas mãos dos estados.

Mesmo com a influência exercida por Filinto Müller nos estados e o contexto do Estado Novo, o projeto de criação de um polícia de âmbito federal conseguiu ser barrado pelos estados em função desse temor de que ocorresse interferência federal em funções que eram de sua responsabilidade (REZNIK, 2004, p.131).

Assim, o DFSP ficou limitado por seu quadro de efetivos e tinha o seu poder de jurisdição restrito ao Distrito Federal. O decreto previa a elaboração de convênios com as polícias estaduais, os quais deveriam suprir as limitações do órgão em todo o país.³⁴ Nesse contexto, o papel de polícia política exercido pela DPS se destacou e somente nesse setor de repressão podemos falar na possibilidade de cooperação sistêmica entre

³⁴ “As Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberão orientação do D.F.S.P. sobre assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança do país.” Decreto-Lei nº 6.378, de 28-3-1944, art. 13º.

as polícias estaduais e o DFSP, que definia as diretrizes para a perseguição e violência interna.

No entanto, o surgimento do DFSP não afetou de modo significativo a existência autônoma dos Dops estaduais, que seguiram monitorando e caçando os inimigos de sempre (MOTTA, 2006, p.58). A existência dessa cooperação também não quer dizer que as informações começaram a fluir entre os estados; o DFSP necessitava, constantemente, incentivar o intercâmbio de informações entre os Dops estaduais, tese marcante na I Conferência de Polícia organizada pelo DFSP em 1951.

Segundo Motta, São Paulo foi o estado que mais apresentou resistência ao projeto de federalização. À polícia do estado de São Paulo pertencia o Departamento de Ordem Política e Social mais bem aparelhado do país e sua Escola de Polícia era referência nacional na formação de policiais (MOTTA, 2006, pg.61-62). Dessa forma, em nada agradaria ou acrescentaria ao estado de São Paulo se submeter à polícia do Distrito Federal. Desde a Primeira República, os estados investiram na criação de uma polícia militarizada (Polícia Militar) como mecanismo para se contrapor ao poder do Exército nacional, reafirmando assim o federalismo que marcou esse período da República Brasileira.

A transferência para a nova capital

Se anteriormente ao *status* normativo de federal, a Polícia Política encontrava entraves em relação à sua atuação, a partir da transferência da capital para Brasília em 1960, já no governo Juscelino Kubistchek, o DFSP passou a enfrentar novos desafios (REZNIK, 2004, p.179). Com a mudança para o Planalto Central, houve uma separação entre a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e o Departamento Federal de

Segurança Pública (DFSP), ao qual a primeira era subordinada. Foi criada uma situação administrativa inusitada, na qual o funcionalismo público, incluindo do DFSP, pôde optar se iria para a nova capital ou se permanecia no recém-criado estado da Guanabara. A então “Divisão de Polícia Política e Social, seus agentes – delegados, investigadores, funcionários em geral – móveis e seu precioso acervo documental” ficaram sob responsabilidade do governo do Estado³⁵ (PEREIRA; REZNIK, 1993, p. 43) e com isso o Departamento Federal de Segurança Pública sofreu grande desfalque de pessoal, parcialmente solucionado em função do aproveitamento do efetivo de vigilantes da Guarda Especial de Brasília (GEB). A GEB era composta em sua maioria por homens responsáveis por vigiar os canteiros de obras da nova capital, acostumados a agir com truculência e sem nenhum tipo de preparo profissional. Seriam esses homens, associados a policiais civis da antiga capital e outros funcionários do governo federal e que optaram em ir para Brasília, que estiveram no cerne do que viria a se tornar em princípio, na ditadura, polícia efetivamente federalizada.

Nilo Oliveira, em sua análise do sistema repressivo implementado durante o governo de Juscelino Kubistchek, traz uma série de evidências sobre os altos níveis de violência implementada sobre a sociedade brasileira em defesa da manutenção da ordem. Mesmo na democracia, houve uma articulação horizontal entre os distintos órgãos responsáveis por desempenhar a função de vigilância, coerção e repressão no país, compondo um sistema nacional. É que apesar do fim do Estado Novo em 1945, o contexto internacional colocava cada vez mais em evidência a importância da Doutrina de Segurança Nacional. Na medida em que o mundo se polarizava entre o capitalismo

³⁵ Após a consolidação administrativa do estado da Guanabara, a DPS foi transformada em 1962 pela Lei nº 263, de 24 de dezembro, em Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara – DOPS, subordinado à Secretaria de Segurança. O DOPS da Guanabara foi regulamentado pelo Decreto nº 28, de 15 de julho de 1963, em que foi estabelecida sua estrutura administrativa composta por: Serviços de Operações com as seções de Atividades Antidemocráticas, Atividades Estrangeiras e de Ordem Pública; Investigações, Fiscalização de Armas e Explosivos e o Técnico; além das Seções de Diligências Especiais e de Administração. Disponível em http://www.aperj.rj.gov.br/g_dep_ord_pol_social.htm. Acessado em 01 de setembro de 2014.

ou socialismo, intensificava a crença na necessidade de impedir que o comunismo ganhasse terreno no Brasil, o que significava manter e/ou aprimorar a violência de Estado (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

O governo de JK foi fortemente marcado por uma tensão entre a tentativa de aprofundamento do sistema democrático (a sociedade estava ansiosa por assegurar o máximo de liberdade possível em função da abertura constitucional) (OLIVEIRA, 2013, p. 281), e o desejo de vários setores do governo, fortemente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional (incluída aí a conivência do presidente) de estabelecer o controle político e social.

Com o objetivo de exercer esse controle, foi articulado um sistema que buscou “mapear a periculosidade subversiva” vigente no país, identificando os lugares onde essa tendência seria mais forte e orientando estrategicamente os governos em seus diferentes níveis sobre a necessidade de implementação e atuação das unidades de Polícias Políticas. Para tanto, a atuação da DPS, mesmo no período democrático, foi fundamental para promover uma integração nacional entre as polícias e os órgãos federais que compunham o sistema de segurança e defesa naquele período. Ajudou a coordenar a articulação entre as agências policiais civis e militares, que foram orientadas por diretrizes emanadas a partir do governo central, com destaque para a atuação tanto da DPS, quanto do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

A atuação do DFSP em duas frentes, a de articulação do sistema repressivo e de polícia de primeiro e segundo níveis (local e estadual), evidencia a implementação do projeto colocado ainda no começo da década de 1950, no qual o DFSP agiria em termos de repressão política em todo o território nacional, o que ocorreria por meio de

convênios, em face da postura dos estados e o papel de polícia judiciária no âmbito local.

Matérias publicadas durante as décadas de 50 e 60 e entrevistas realizadas,³⁶ deixam evidente que apesar da sua “ambição” em ser uma polícia de atuação em toda federação, a ação do DFSP em termos de polícia judiciária esteve limitada ao Distrito Federal.

No dia 30 de agosto de 1956, *O semanário* publicou uma reportagem evidenciando a atuação municipal do DFSP.³⁷ A reportagem (com trechos ampliados abaixo) relata que uma quadrilha de contrabandistas com ações em diversos estados, descoberta pelo Ministério da Fazenda, não pode ser investigada pelo DFSP, já que a ação desse órgão estava limitada ao Rio de Janeiro, cabendo às polícias estaduais realizar tais investigações. A limitação enquanto polícia municipal seria tão evidente, que o Ministério da Fazenda chegou a sugerir, a exemplo do que já acontecia nos Estados Unidos, que eles tivessem uma polícia própria e de atuação nacional, uma vez que o DFSP não atendia a essa demanda.

³⁶ Ver entrevista do delegado Bolívar Steinmetz disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

³⁷ “Falsário e Contrabandistas Agem Como Querem No Brasil”. Jornal *O Semanário*, 30 de agosto de 1956. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> . Acessado em 07 de janeiro de 2015.

O Semanário, 30 de agosto de 1956 (trechos ampliados):

O SEMANÁRIO • ANO I — NÚMERO 22 PÁGINA 5

Falsários e Contrabandistas Agem Como Querem no Brasil

São Paulo, Com 12 Milhões de Habitantes, Arrecada Menos Imposto de Sêlo do Que o Rio ☆ Indústria de Falsificação de Selos Agindo Com a Mesma Tranquilidade da Casa da Moeda ☆ O Departamento Federal de Segurança Pública é na Realidade um Departamento Municipal ☆ Solução: Polícia Própria Para o Ministério da Fazenda
Reportagem de NEWTON CARLOS



ALKMIN — Um ministro preocupado de política

HÁ ALGUNS ANOS, uma repartição do Ministério da Fazenda, setor de Rendas Internas, desconfiou de que determinado cidadão, no Rio, era o centro de uma rede de contrabando que abrangia vários Estados. Sem recursos para uma ação policial, essa repartição recorreu ao Departamento Federal de Segurança Pública, Pedindo que a organização de contrabandistas fosse objeto de uma investigação.

A troca de ofícios continuou durante algum tempo. Na parte dos Estados, as investigações teriam que ser feitas pelas respectivas polícias estaduais, pois a ação do D. F. S. P. é limitada ao Distrito Federal. Resultado: o cidadão e sua organização ainda hoje funcionam normalmente, com pleno conhecimento do Ministério da Fazenda, que não age por absoluta falta de recursos materiais.

3 — O não registro, nas 15 únicas registradoras, dos não lutas de vendas. O processo é longo, o que favorece a fraude entre não constituída jurídica, generalizada. E vendida.

ASPECTO POLICIAL
O Tesouro dos Estados Unidos tem os seus próprios agentes policiais, com a autoridade de agir em todo o país. Foram eles os responsáveis pela prisão de Al Capone, por falta de pagamento de imposto de renda. No Brasil, nem o Departamento Federal de Segurança Pública tem autoridade para diligências fora do Rio. Trata-se, na realidade, de um departamento municipal.

O Ministério da Fazenda, quando necessita de uma ação policial, tem que recorrer às autoridades estaduais, o que quase sempre dá em nada. Segundo seus fiscais, e altos funcionários, a solução seria a criação de um corpo próprio de agentes policiais, em todo o território nacional, aproveitando-se como exemplo os resultados excelentes da experiência americana.

REORGANIZAÇÃO FEDERAL
No ano passado, o Sr. Carlos Licoroso apresentou o projeto autorizando a União, através do Departamento Federal de Segurança Pública, a promover a investigação em qualquer ponto do território brasileiro de certos delitos que afetam a segurança

as atividades administrativas lutas, interessadas em desconhecida quantidade de sua indústria, a partir de que a repartição não interessa somente os Estados em que ocorrem, mas sim todo território brasileiro, através de várias fazendas da União e à própria União, que do porção atingida.

Há um ano, que a proposta dorme com o resto, aguardando Oliveira Brito, na Câmara de Deputados.

FALSIFICAÇÃO DE SELOS
Há pouco, morreu um ex-Deputado, ministro em Brasília, de nome A. Industrial conhecido a falsificação de selos do Estado do Rio de Janeiro, em nome de seu filho, com "falsas-empresas" preventivas. Os decretos de selos falsos se vendem por todo o país, representando um prejuízo de todo tipo, comercial e político.

A respeito de todo isso, escreva o Sr. Alkmim, ministro fazendeiro do Ministério da Fazenda, no Senado Federal e de Legislação da Fazenda.

— Como como não acompanhando a indústria lutas, interessadas em desconhecida quantidade de sua indústria, a partir de que a repartição não interessa somente os Estados em que ocorrem, mas sim todo território brasileiro, através de várias fazendas da União e à própria União, que do porção atingida.

Há um ano, que a proposta dorme com o resto, aguardando Oliveira Brito, na Câmara de Deputados.

FALSIFICAÇÃO DE SELOS
Há pouco, morreu um ex-Deputado, ministro em Brasília, de nome A. Industrial conhecido a falsificação de selos do Estado do Rio de Janeiro, em nome de seu filho, com "falsas-empresas" preventivas. Os decretos de selos falsos se vendem por todo o país, representando um prejuízo de todo tipo, comercial e político.

A respeito de todo isso, escreva o Sr. Alkmim, ministro fazendeiro do Ministério da Fazenda, no Senado Federal e de Legislação da Fazenda.

Um relatório em todo o país arrecada Cr\$ 1.000.000.000 de imposto de selo. O Distrito Federal, com menos de três milhões de habitantes, arrecada 3.000.000.000. A fraude é evidente.

O que acontece com o imposto de consumo, acrescentado também ao imposto de consumo e ao renda, isto é fraude e evasão em cifras astronômicas. Anunciando em valores previstos para a Fazenda Nacional. Está comprovado que uma verdadeira indústria de falsificação de selos funciona entre nós com a mesma tranquilidade da Casa da Moeda, graças, principalmente, à contabilidade política. Há também muita corrupção.

UM DISCURSO E ALGUMAS REVELAÇÕES
Quando tomou posse há poucos dias o novo diretor-geral da Fazenda Nacional, Sr. João de Oliveira Castro Júnior, afirmou que "continuará sua desconfiança a indústria de contrabando lutas à forma de evasão e de fraude". Nesse mesmo dia, falando a um jornal, um anfitrião de nome Leopoldo Coubeir falou revelações sobre alguns meios de burlar o fisco.

O denunciante, ex-então diretor da indústria de contrabando, revelou normas em cinco tipos (enumerados):

1 — Lavagem de selos, e não aproveitamento;

2 — Falta de lançamento nos livros de vendas à vista;

As atividades administrativas lutas, interessadas em desconhecida quantidade de sua indústria, a partir de que a repartição não interessa somente os Estados em que ocorrem, mas sim todo território brasileiro, através de várias fazendas da União e à própria União, que do porção atingida.

Há um ano, que a proposta dorme com o resto, aguardando Oliveira Brito, na Câmara de Deputados.

FALSIFICAÇÃO DE SELOS
Há pouco, morreu um ex-Deputado, ministro em Brasília, de nome A. Industrial conhecido a falsificação de selos do Estado do Rio de Janeiro, em nome de seu filho, com "falsas-empresas" preventivas. Os decretos de selos falsos se vendem por todo o país, representando um prejuízo de todo tipo, comercial e político.

A respeito de todo isso, escreva o Sr. Alkmim, ministro fazendeiro do Ministério da Fazenda, no Senado Federal e de Legislação da Fazenda.

FRALDE EVIDENTE
O Estado de S. Paulo, com quase 11 milhões de habitantes e um desenvolvimento industrial sem paralelo em qualquer outra cidade brasileira, apresenta um déficit de arrecadação de impostos de selo de aproximadamente Cr\$ 1.000.000.000.

O Ministério da Fazenda tem que fazer o que o cidadão brasileiro quer e não pode fazer.



HÁ ALGUNS ANOS, uma repartição do Ministério da Fazenda, setor de Rendas Internas, desconfiou de que determinado cidadão, no Rio, era o centro de uma rede de contrabando que abrangia vários Estados. Sem recursos para uma ação policial, essa repartição recorreu ao Departamento Federal de Segurança Pública, Pedindo que a organização de contrabandistas fosse objeto de uma investigação.

A troca de ofícios continuou durante algum tempo. Na parte dos Estados, as investigações teriam que ser feitas pelas respectivas polícias estaduais, pois a ação do D. F. S. P. é limitada ao Distrito Federal. Resultado: o cidadão e sua organização ainda hoje funcionam normalmente, com pleno conhecimento do Ministério da Fazenda, que não age por absoluta falta de recursos materiais.

ASPECTO POLICIAL
 O Tesouro dos Estados Unidos tem os seus próprios agentes policiais, com liberdade de ação em todo o país. Foram eles os responsáveis pela prisão de Al Capone, por falta de pagamento do imposto de renda. No Brasil, nem o Departamento Federal de Segurança Pública tem permissão para diligências fora do Rio. Trata-se, na realidade, de um departamento municipal.
 O Ministério da Fazenda, quando necessita de uma ação policial, tem que recorrer às autoridades estaduais, o que quase sempre dá em nada. Segundo seus fiscais, e altos funcionários, a solução seria a criação de um corpo próprio de agentes policiais, com liberdade de ação em todo o território nacional, aproveitando-se como exemplo os resultados excelentes da experiência americana.

JUSTIFICATIVA DO DEPUTADO
 Justificando a necessidade de jurisdição nacional para o Departamento Federal de Segurança Pública, nos casos especificados, escreveu o deputado:
 — Duas constatações de fato tornaram necessário o presente projeto. A primeira comprovada pelo noticiário dos órgãos da imprensa brasileira — é a verificação de que os delitos nele indicados não encontram repressão eficaz por parte das autoridades estaduais, apenas das denúncias sucessivas que lhes são levadas pela polícia federal. Essa

Em dezembro do mesmo ano, foi publicada, também no jornal *O Semanário*, uma reportagem retratando a falta de estrutura e de capacidade técnica do DFSP, que resultava na ineficiência dessa polícia no estado do Rio de Janeiro. Apresentava diversas falhas em sua estrutura, denunciava que havia um número reduzido de policiais, com defasagem ou ausência de equipamentos. Um departamento que, como já afirmamos, se pretendia federal, é retratado como uma polícia sucateada e sem preparo profissional. Devido aos baixos salários e ao pouco reconhecimento, muitos policiais teriam que buscar um segundo emprego para complementar a renda.³⁸

³⁸ “Veterano Repórter de Polícia Aponta os Erros do Aparelho Policial.” Jornal *O Semanário*, de 20 a 27 de dezembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> e “A Sorte de 500.000 Famílias de Funcionários Públicos Nas Mãos do Congresso Nacional.” Jornal *o Semanário*, de 10 a 16 de abril de 1958. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=149322&pasta=ano%20195&pesq=DFSP>. Acessado em 5 de janeiro de 2014.

Além dos problemas estruturais, o DFSP era marcado por casos de corrupção, tanto pelos policiais que viam nas ações ilegais um mecanismo para aumentar sua renda, como também pela estrutura militarizada que havia no departamento, na qual muitos cargos eram preenchidos por membros do Exército, em que muitos crimes eram “abafados” para que não se atingisse membros da elite.³⁹ Segundo a reportagem de dezembro, o setor responsável pela repressão política seria um setor privilegiado, pois era o único que dispunha de verbas, equipamentos e funcionários em número “suficiente”, mas que, mesmo assim, precisava contar com o apoio dos DOPS estaduais para o efetivo trabalho ligado às questões consideradas subversivas.⁴⁰

O Semanário, 20 de dezembro de 1956 (trechos ampliados na página seguinte):



³⁹ “A Juventude Transviada e a Imprensa Sadia.” Jornal *O Semanário*, de 24 de julho de 1958. p. 4. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=1867&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 5 de janeiro de 2014.

⁴⁰ “Veterano Repórter de Polícia Aponta os Erros do Aparelho Policial.” Jornal *O Semanário*, de 20 a 27 de dezembro de 1956. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> e “A Sorte de 500.000 Famílias de Funcionários Públicos Nas Mãos do Congresso Nacional.” Jornal *O Semanário*, de 10 a 16 de abril de 1958. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=149322&pasta=ano%20195&pesq=DFSP>. Acessado em 5 de janeiro de 2014.

Erros a Corrigir

O fato é que a população carioca e a própria Polícia estão intranquilos com o aumento assustador do índice de criminalidade, a ponto de já se chamar o Rio de "Chicago brasileira". Assalta-se, impunemente, em plena rua e em plena luz do dia.

Para o coronel Batista Teixeira, no entanto, a deficiência do Departamento Federal de Segurança Pública é aparente, e pode ser explicada pelos seguintes fatores:

1. Número reduzido de policiais.
2. Grande crescimento da população e das áreas habitadas.
3. Justiça muitas vezes ge-

nerosa para com os criminosos, e nem rápida.

4. Proibição de preenchimento de claros nos quadros do Departamento, em virtude de medida de ordem geral do governo.

Outras Razões

Na verdade aqui entra o nosso trabalho de jornalista que há muitos anos milita na reportagem policial, existem muitas outras razões para a inoperância do aparelho policial do Distrito:

1. Estrutura atrasada no tempo e no espaço.
2. Falta de um estatuto próprio para o Departamento Federal de Segurança Pública.
3. Ordenados pequenos, que são um convite à corrupção, e que somente atraem elemen-

tos inconvenientes.

4. Admissão de investigadores sob o regime do pistolão ou de indicação, propiciando o emprego de guardas-costas e cabos-eleitorais.

5. Falta de espírito policial, de espírito de equipe, de noção profissional.

6. Ausência do sistema de carreira.

7. As delegacias de Economia Popular e de Costumes verdadeiros antros de corrupção.

Polícia Não Falta

Há 15 anos, a Polícia tinha 400 investigadores. Atualmente tem quase três mil o que significa um aumento de quase mil por cento somente nesse quadro.

Há 15 anos, os guarda-civis não chegavam a 500. Hoje são

A Divisão de Ordem Política e Social é o departamento privilegiado. Tem centenas de homens a sua disposição e correntes políticas que se degladiam violentamente. Os inspetores Borer e Alcino, por exemplo não se podem ver, pois lideram as duas correntes mais fortes: a do antes (Borer) e a do depois (Alcino) do 11 de Novembro.

Dispõe de verba secreta e de muitas viaturas com chapas particulares, para diligências secretas. É no D.O.P.S. no entanto, que ainda se encontra alguma coisa de polícia organizada.

A Guerra Santa Aos Assaltantes

A "guerra santa" aos assaltantes, no Rio, terminará quando, por medo, cessarem os assaltos. Isto acontecerá logo: os ladrões se esconderão durante algum tempo, e a Polícia voltará à rotina.

Passado algum tempo, os ladrões voltarão novamente, surpreendendo o carioca e a polícia, sem preparo para uma ação eficiente. Vale nos a certeza de que os nossos delinquentes são geralmente homens que nada conhecem de crime organizado, assaltando e matando ocasionalmente, sem nenhuma técnica. Essa certeza nos vale muito, porque sabemos que também a polícia não tem nenhuma técnica.

O Semanário, 20 de julho de 1958 (trecho da reportagem ampliado abaixo):

(CONCLUI NA PAGINA 10)

A JUVENTUDE TRANSVIADA E A IMPRENSA SADIA

A Capital Federal voltou a assistir a um novo surto de crimes praticados pela juventude transviada, constituída por play-boys, filhos de famílias importantes e responsáveis por atentados os mais vis.

"O Globo", que não cansa de apreçoar as suas qualidades de defensor da sociedade, em negrito, na primeira página, num quadro, em duas colunas, chamou a atenção do Presidente da República para um crime hediondo; um mendigo teve as suas roupas incendiadas por um grupo de garotos engraxates. Note-se que a brutal e inominável ocorrência teve lugar, em Copacabana, e o 2.º Distrito Policial não tomou conhecimento. No outro dia o caso estava totalmente esclarecido e os nomes dos pequenos monstros, todos menores de 10 a 14 anos, apareceram nos jornais, inclusive n' "O Globo", por extenso, residência dos pais e, alguns, publicaram até fotografias, num flagrante desrespeito às leis que não cumpridas, infelizmente, pelo Juizado de Menores. Tudo isto porque os delinquentes eram engraxates.

Agora é o doloroso episódio que culminou com a morte da indefesa estudante Aida Curi, que depois de ser impiedosamente surrada foi projetada do 12.º andar do "Edifício Rio Nobre", à Avenida Atlântica. Que tratamento está sendo dispensado pela imprensa sadia aos componentes da quadrilha que arrastou à morte a infeliz moça? Tratando-se de um enteado do General Aduato Esmerado, elemento de destaque do Departamento Federal de Segurança Pública, antigo Delegado da Ordem Política e Social, o chefe da "gang" não tem, sequer, o seu nome publicado por extenso e sim as iniciais. Trata-se de Cassio Murilo Ferreira da Silva, escandalosamente protegido pela polícia e pelo próprio Juizado de Menores. Os pequenos engraxates, párias da sociedade, molambos do esgoto social,

foram sumariamente removidos para o SAM, enquanto o pequeno monstro, responsável pela morte de Aida Curi, continua comodamente no seu apartamento no "Edifício Rio Nobre", sob a proteção das autoridades. Não é, na verdade, um primário. É figura por demais conhecida nos círculos da juventude transviada como ladrão de lambreta, desordeiro contumaz. Atropelou e matou um pobre homem e, há meses, no Jardim de Alá, num ato de selvageria, ateu fogo a uma cabra.

O outro cúmplice é o perigoso indivíduo Ronaldo Guilherme de Souza Castro, filho de rico industrial em Vitória. A audácia deste delinquente chegou ao auge, quando tirou um automóvel da garagem do Palácio do Governo do Espírito Santo, espatifando-o contra uma árvore. Velho traficante, a despeito de contar 21 anos, portanto, um adulto, o "O GLOBO" - já arranhou um alibi para o facinoroso, descobrindo uma jovem loira, com a qual tivera um encontro, justamente à hora em que Aida Curi era jogada do 12.º ao espaço.

Ronaldo e Cassio, pela influência dos seus pais, sairão impunes deste crime execrável. Quem irá sofrer é o porteiro Antonio João de Souza, sem dúvida responsável também pelo assassinato, uma vez que entregou as chaves do apartamento vazio e assistiu, impassível, todo o drama da jovem Aida Curi, quando procurava libertar-se das garras dos seus algozes. Toda esta quadrilha de delinquentes deveria ser julgada, como exemplo. Mas só o porteiro irá para a cadeia.

Enquanto isto, a "imprensa sadia" continua preparando alibis para os filhinhos de papai, no fundo delinquentes piores do que os engraxates que atiraram fogo às vestes do mendigo.

engraxates.

Agora é o doloroso episódio que culminou com a morte da indefesa estudante Aida Curi, que depois de ser impiedosamente surrada foi projetada do 12.º andar do "Edifício Rio Nobre", à Avenida Atlântica. Que tratamento está sendo dispensado pela imprensa sadia aos componentes da quadrilha que arrastou à morte a infeliz moça? Tratando-se de um enteado do General Aduato Esmerado, elemento de destaque do Departamento Federal de Segurança Pública, antigo Delegado da Ordem Política e Social, o chefe da "gang" não tem, sequer, o seu nome publicado por extenso e sim as iniciais. Trata-se de Cassio Murilo Ferreira da Silva, escandalosamente protegido pela polícia e pelo próprio Juizado de Menores. Os pequenos engraxates, párias da sociedade, molambos do esgoto social,

Essas reportagens demonstram que as limitações do DFSP saltavam aos olhos da população e corroboram para a nossa análise de que o DFSP não era um órgão federalizado, ou seja, com presença institucionalizada e estruturada em todo o país.

A perspectiva de Elizabeth Cancelli difere dessa afirmação. De acordo com a autora, Vargas teria promovido a federalização da polícia desde o início de seu governo.

É certo, entretanto, que ao longo dos anos 30 e 40, a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e exerceu um poder direto sobre os órgãos de *repressão federais e estaduais* (CANCELLI, 1991, p. 106, grifo nosso).

Cancelli faz um belíssimo trabalho ao expor, de forma detalhada, o processo de organização e atuação da Polícia Civil do Distrito Federal como braço do poder executivo durante a ditadura Vargas, bem como a influência que esse órgão exerceu sobre os mecanismos estaduais de repressão em todo o país. Demonstra como essa polícia buscou uma interlocução com os estados, servindo como referência e formuladora de políticas orientadas para a repressão naquele contexto, atribuindo-lhe grande capacidade de controle e autoridade sobre ação policial em todos os estados da federação, processo que segundo a autora, seria consolidado com a criação do DFSP em 1944 (CANCELLI, 1991, p. 106). Para a autora, o DFSP já seria um órgão federalizado antes mesmo do golpe militar de 1964.

No entanto, a autora defendeu seu trabalho em 1991, centrando-se em um acervo documental muito específico e em um recorte temporal marcado pela presença de um estado ditatorial com forte capacidade de pressão e intervenção sobre os estados. A bibliografia atual sobre o tema, a pesquisa em novos documentos e arquivos, assim como recentes depoimentos de militares e policiais nos permitem construir uma perspectiva diferente. Com a saída de Vargas e a aprovação da nova Constituição em 1946, que assegurou aos estados a prerrogativa de controle sobre a política de segurança pública em seu território, houve alguma mudança nesse padrão de relacionamento, a

própria resistência do Estado de São Paulo ao projeto de federalizar a polícia não pode ser considerado um pormenor.

A análise apreendida até o momento nos possibilita afirmar que a política de repressão estava federalizada através do DFSP com cooperação de outros órgãos, não obstante, não havia uma polícia de âmbito federal através do Departamento Federal de Segurança Pública.

II.II Golpe militar e uma nova proposta para a criação de uma polícia efetivamente federal

O golpe de 1964 foi resultado de um conjunto de “fatores heterogêneos de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo [...]. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antiterrorismo dos conservadores” (NAPOLITANO, 2015, p. 43- 44). Segundo Marcos Napolitano, o anticomunismo que alicerçou o golpe militar se desmembrava em dois objetivos básicos: o primeiro seria o de destruir a elite reformista que crescia na política e na sociedade; o segundo, impedir que essa elite reformista se aliasse aos movimentos de base popular, mais precisamente o movimento operário e o camponês (NAPOLITANO, 2015, p. 70). Diante desse cenário de oposição, o regime militar buscou reforço nos Atos Institucionais para ampliar o Poder Executivo e construir o amparo legal para o autoritarismo e para a afirmação do caráter tutelar do Estado, “estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder seu caráter propriamente militar” (NAPOLITANO, 2015, p. 80).

Com o combate ao inimigo interno ainda mais em evidência e para atender ao desafio de desarticular qualquer oposição ao novo regime era necessário, dentre tantos outros mecanismos, uma polícia estruturada nacionalmente para imprimir eficiência à

tarefa de perseguição política, o que significou mudar o DFSP para que ele atendesse a nova lógica política. Dessa forma, vamos mapear neste tópico o caminho traçado pelos militares para a execução desse projeto político de uma polícia efetivamente federal.

O primeiro passo para promover a ruptura entre a velha polícia e a que se inauguraria a partir de então era exonerar os chefes militares responsáveis pela condução do órgão, que juraram lealdade ao antigo presidente João Goulart, a começar por seu diretor, o coronel José Lemos de Alencar. Dessa forma, antes mesmo da posse de Castelo Branco, o Comando Supremo da Revolução já havia iniciado o processo de cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e transferência de militares para a reserva (FICO, 2014, p. 72)

Em princípio, houve uma perseguição dos militares aos membros do antigo DFSP, considerados então uma ameaça à implementação segura do novo governo, diante do fato de comporem uma força coercitiva e por estarem liderados por um coronel de confiança do presidente deposto. Mas, considerando a estrutura repressiva narrada por Nilo Oliveira, é possível afirmar que esse quadro de funcionários já se encontrava inserido dentro de uma perspectiva anticomunista e, portanto, repressiva. Desta forma, a troca de “lealdade” de um comando para outro foi realizada quase que automaticamente, conforme podemos perceber no depoimento do Agente de Polícia Federal aposentado, Libério Rodrigues,⁴¹ que havia sido preso imediatamente após o golpe por pertencer ao quadro do Departamento Federal de Segurança Pública:

O que você está fazendo aqui? Eu falei: -Ah me prenderam, disseram que eu tô devendo, eu não devo não. Ele falou: - Isso é coisa mal feita. Pega ele e leva lá pra ID4, quando eu vim transferido da ID4 depois de ter ficado umas 6 horas. Devo ter ficado quase umas 6 horas em pé

⁴¹Agente de Polícia Federal Libério Rodrigues de Moraes, entrevista realizada em março de 2014 em Belo Horizonte – MG. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

no corredor lá, esperando solução. Quando eles me levaram pra ID4 esses revolucionariozinhos, foi saindo o General na época, não sei qual era... o Coronel Guedes. (...) O Guedes pergunta: - O moço, o que você está fazendo aí? - Me disseram que eu sou revolucionário. Eu não tenho partido. Quem tiver mandando, eu obedeco.

Ao mesmo tempo em que se fazia necessário romper com o antigo quadro do DFSP contrário ao novo regime, a reestruturação desse departamento também seria algo inevitável, tendo em vista a necessidade do governo de ter sob seu controle uma polícia federal, pois como afirma o coronel Amerino Raposo Filho em entrevista cedida em janeiro de 1998: “O DFSP nunca foi federal, muito menos de segurança pública”.⁴²

O início da reformulação foi dado através da Lei Nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, que reestruturou o Departamento Federal de Segurança Pública e o tornou responsável, em termos legais, pela investigação de crimes federais em todo o país. Aqui começa a capacidade de atuação efetiva em todo o território nacional do futuro Departamento de Polícia Federal.

Para compor um quadro de pessoal mais coerente com a atividade e amplitude que se pretendia para esse órgão, em 1964, houve uma política de enquadramento de funcionários que já atuavam no DFSP. Todos esses funcionários ficaram sujeitos à aprovação em curso da Academia de Polícia. Somente após a aprovação, poderiam realmente ser efetivados no DFSP.⁴³ Segundo Luiz Macena,⁴⁴ Agente de Polícia Federal da ativa:

O que é um “reenquadramento”? Como a GEB, vou chamar de GEB, foi crescendo com o nome de departamento, foi aparecendo funções de mecânico, de pintor, carteiro, médico legista, perito, perito legista, todas as funções inerentes a uma atividade policial de uma polícia metropolitana que nada mais era que a GEB, que evoluiu e passou e vestiu uma roupagem de Departamento Federal de Segurança Pública. E nesse advento, me parece que em 64, criou-se esse

⁴²Amerino Raposo. Depoimento coletado por Maria Celina D’Araújo e Samantha Viz Quadrat para o projeto Democracia e Forças Armadas, do CPDOC/FGV Rio de Janeiro, aos 15 de janeiro de 1998. Entrevista gentilmente cedida à autora pela Maria Celina D’Araújo.

⁴³ Lei Nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, Artigo 19.

⁴⁴Luiz Macena, entrevista realizada em agosto de 2014 em Brasília – DF. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

“reenquadramento” que seria o reaproveitamento de todo servidor que estava executando função específica dentro do Departamento Federal de Segurança Pública, ele seria reaproveitado, aproveitado na função que tivesse exercendo na época da promulgação da Lei.

Em 1965, teve continuidade esse projeto de recomposição, organização e formação (profissionalização) do quadro de pessoal do DFSP. A ausência de pessoal foi uma característica marcante desde a transferência da capital para Brasília, pois como já abordamos, a maioria dos funcionários optaram por ficar no Rio de Janeiro, sendo transferidos para a Polícia Civil.

Como saída para essa falta de pessoal, o DFSP foi incorporando policiais da GEB e dando oportunidades para que outros funcionários do DFSP se tornassem policiais ou assumissem outra função dentro do próprio Departamento, também por meio dos enquadramentos. Com a Lei 4.878 de 03 de dezembro de 1965,⁴⁵ foi realizado um concurso interno para Inspetor de Polícia (atual cargo de Delegado de Polícia) exigindo a formação acadêmica em Direito e a aprovação em curso da Academia de Polícia. Houve também a readmissão de antigos funcionários que haviam optado pela polícia do estado da Guanabara, na antiga capital, mas que naquele momento desejavam retornar ao serviço público federal. Além da recomposição de pessoal, o governo Federal começou a estruturar juridicamente a carreira policial por meio do Decreto nº 59.310 de 23 de setembro de 1966,⁴⁶ estabelecendo os critérios de ingresso e ascensão na carreira.

Ao contrário da que a antecedeu, a Constituição de 1967 ampliava a atuação do Poder Executivo em detrimento do federalismo defendido pela carta de 1946. Assim, se a questão do federalismo representou um empecilho para a atuação do DFSP, com a Constituição de 1967 a interferência nos estados já não era mais um problema e acaba

⁴⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4878.htm. Acessado em 13 de agosto de 2015.

⁴⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59310.htm. Acessado em 13 de agosto de 2015.

por explicar o tom autoritário que seria dado à formação do futuro Departamento de Polícia Federal (DPF). A federalização, de fato, ainda levaria alguns anos para ser consubstanciada, considerando a capacidade institucional inicial do órgão e as dificuldades apresentadas, sobretudo, pelo tamanho do território.

Com o advento da Constituição de 67. Aí sim, deixa de aparecer o Departamento Federal de Segurança Pública, surge o Departamento de Polícia Federal. Quase repete as mesmas atribuições que tinham o Departamento de Segurança Pública, mas ele enfatiza ocupará o Estado.⁴⁷

[...] de 67 a 69 [...]. Não havia DPF – Departamento de Polícia Federal – ou melhor, havia um embrião do DPF que não estava absolutamente em condições materiais nem de pessoal para enfrentar o problema. Tinha sido criado com a Revolução de 64, com os optantes da Guanabara. O DPF não tinha estrutura. (Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro disponível em Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 41).⁴⁸

Em termos de projeto institucional, para se pensar a criação do órgão é antes necessário compreender alguns dos valores que moviam seus “arquitetos”. A Constituição de 1967 foi de extrema importância para a consolidação do projeto que os militares desenvolveram para a Polícia Federal. Ela se tornaria o braço operacional “civil” dos militares, assim como com sua constitucionalização ficaria difícil empreender qualquer tipo de retorno ao *status quo ante*, quando, por mais que os militares quisessem, não conseguiam emplacar uma polícia efetivamente federal dentro dos estados.

O coronel Amerino Raposo fez parte, em 1964, da comissão interministerial responsável por definir as funções do que seria essa nova polícia federal. Raposo destaca o interesse de Castelo Branco no processo: “E ele me disse: ‘Eu quero que o

⁴⁷ Agente de Polícia Federal Luiz Macena, entrevista realizada em agosto de 2014 em Brasília – DF. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. e Org.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

senhor reestruture a Polícia Federal de maneira que efetivamente ela seja federal. E que ela seja uma instituição constitucionalmente definida”⁴⁹.

Tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolveu-se, sobretudo a partir da década de 1940, principalmente entre a elite e a maioria dos militares brasileiros, um determinado comportamento político conformado na intolerância e na perspectiva de que comunismo seria sinônimo de totalitarismo. Como já salientamos, o comunismo seria radicalmente criticado por tratar-se de uma ideologia que pregava o ateísmo e a ditadura do proletariado, sendo aqueles que a defendiam identificados como inimigos da nação, da democracia, do Estado, da pátria, das liberdades políticas e de expressão, e dos valores da família. Este inimigo deveria ser combatido.

[...] a Revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica era o anticomunismo. Não tinha nada de social nem de econômico, era o anticomunismo, era a posição exacerbada deles, ideológica também. [...] talvez (os) únicos propósitos e princípios que asseguravam nossa coesão eram os da preservação da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas e da paz social face às ameaças iminentes da ação subversiva comunista. Este era um fato incontestável. [...] entramos nessa luta pra livrar o Brasil de concepções que eu acho que não se coadunam com a índole do brasileiro [...]. (Depoimento do general-de-brigada Gustavo Moraes Rego Reis disponível em Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, 1994, p. 60,128).⁵⁰

Se o plano de governo para pós-golpe era algo que os militares não tinham definido, o mesmo não se pode dizer com relação à clareza que tinham quanto à necessidade de punir a oposição e de sistematizar e institucionalizar o aparato repressivo para fazer frente ao inimigo e conduzir a operação limpeza que tanto deseja a linha dura (FICO, 2014, p. 74 - 75). Entender o contexto de perseguição e punição construído ao longo da ditadura militar é fundamental para entendermos a própria criação da Polícia Federal, por isso o ano de 1967 foi marcante para essa instituição.

⁴⁹ Amerino Raposo. Depoimento coletado por Maria Celina D’Araújo e Samantha Viz Quadrat para o projeto Democracia e Forças Armadas, do CPDOC/FGV Rio de Janeiro, aos 15 de janeiro de 1998. Entrevista gentilmente cedida à autora pela Maria Celina D’Araújo.

⁵⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. e Org.) *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Em primeiro lugar, como dissemos, o governo criou o SNI, e posteriormente, “constitucionalizou” a polícia federal. Em 24 de janeiro de 1967, por meio do artigo 8º, inciso VII, da Constituição Federal outorgada pelos militares, definiu como competência da União a organização e manutenção da polícia federal, com a função de prover: “a) os serviços de política marítima, aérea e de fronteiras; b) a repressão ao tráfico de entorpecentes; c) a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; e d) a censura de diversões públicas”.

Em fevereiro desse mesmo ano, foi criada a Lei de Imprensa, que fortalecia ainda mais a censura, que há décadas já controlava as diversões públicas. A partir desse momento seria oficializado outro tipo de censura, a censura da imprensa, “revolucionária”, amparada pelo AI-5, não regulamentada, em princípio, por normas ostensivas (FICO, 2014, p. 87).

Foi naquele ano também que foi publicado o Decreto-Lei 200. Não obstante a referência a uma “polícia federal” estar presente na Constituição de 1967, foi no artigo 210 desse decreto, que a transição foi realmente efetivada:

O atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal, considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos.

Para complementar a legislação correlata à atuação da Polícia Federal no ano de 1967, foi publicado o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março, que definia os crimes contra a Segurança Nacional, em substituição à Lei de 1953, “tornando virtualmente todo o cidadão um vigilante e um suspeito, ao mesmo tempo, dada a gama de possíveis crimes políticos” (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

Diante do contexto internacional da Guerra Fria e da ditadura militar, também devemos destacar a participação dos Estados Unidos, grande potência do bloco capitalista, no processo de formação/profissionalização que os militares buscaram para o recém-criado DPF. Como afirma Martha Huggins, o envio de pessoal da OPS⁵¹ (vinculado à CIA) visava planejar novas organizações policiais como uma forma de recrutar informantes e agentes estrangeiros (HUGGINS, 1998, p. 145). Vale destacar que naquele cenário, o apoio dos Estados Unidos à formação policial foi oferecido não somente ao Brasil, mas a vários países da América Latina. Esse “apoio” efetivamente viabilizou a criação ou expansão de vários órgãos e cursos de capacitação na região, normalmente oferecidos pela *Central Intelligence Agency* (CIA), com o objetivo de aperfeiçoar o combate aos nomeados “subversivos”.

No que diz respeito ao Brasil, não há outra palavra que não seja ingerência. O *Office Public Safety* fez uma série de acordos com o Brasil e, por meio de “convênio”, o general Riograndino Krueel, então DG do DFSP, e seu auxiliar, tenente-coronel do EB, Amerino Raposo, fizeram uma viagem aos EUA em 1965, para estudar a organização e o funcionamento da polícia americana, nos níveis federal e estadual. Segundo Huggins, Amerino Raposo já havia “admitido francamente que enfrentavam deficiências de quadros para preencher os postos chave policiais no [DFSP]” (HUGGINS, 1998, p. 145). A OPS estimulou o governo a aprovar leis repressivas e apoiou/ajudou a viabilizar o fortalecimento da chamada linha-dura, ajudou o Brasil a desenvolver patrulhas motorizadas e tropas de choque, enviou lista para compor o SNI e o DPF, de policiais

⁵¹ A OPS (*of Public Safety*) era a Seção de Segurança Pública criada em novembro de 1962, dentro da AID/USAID (*Agency for International Development*) com função de administrar o suporte e treinamento prestados pela Usaid aos policiais nacionais e estrangeiros. (Ver Huggins, 1998, p. 126-127)

que haviam feito cursos nos EUA no início da década: “tudo o que importava para OPS era o progresso instrumental: organização modernizada da polícia, coleta aprimorada de informações, tecnologias aperfeiçoadas de controle e de investigação e práticas de interrogatórios mais “eficientes”. (HUGGINS, 1998, p. 200-201)

Apesar de já existir institucionalmente um sistema de informações orientado à perseguição política desde 1964, coordenado pelo SNI, o SISNI não configurava um sistema caracteristicamente operacional, no sentido paramilitar do termo, embora seus membros estivessem diretamente vinculados ao sistema repressivo operacional.

Segundo o Coronel Amerino Raposo, até 1967, os policiais federais prestavam colaboração ao SNI, considerado por ele como o vértice do sistema de informação no Brasil pós-1964. Raposo atuava em dois núcleos, compunha o Gabinete Central do SNI e estava emprestado ao DPF, como afirmou o entrevistado, “com total liberdade para realizar sua estruturação”.⁵²

Também para Bruno Lima Rocha, foi apenas em 1967 que uma Polícia Federal realmente ganha corpo no país, atendendo aos anseios dos militares:

[...] começa uma reforma administrativa e renovação dos quadros. Através de convênio do Ministério da Justiça com outros ministérios da administração federal, a PF passa por intento de modernização. (...) A primeira gestão marcante, ao menos pelos servidores da época, foi tanto a primeira, como a segunda vez no posto de DG do então coronel (1968, início do ano) e depois general (1982) Moacir Coelho.⁵³

Ainda nesse período (até 1967), o recém-criado Departamento se via sem estrutura e com o pessoal de maior experiência locado no Rio de Janeiro, pois optaram por fazer parte da Polícia Civil da Guanabara. Devido a essa ausência de estrutura e de pessoal, a Academia Nacional de Polícia (ANP), criada em 1961, com incentivo e

⁵² Amerino Raposo. Depoimento coletado por Maria Celina D’Araújo e Samantha Viz Quadrat para o projeto Democracia e Forças Armadas, do CPDOC/FGV Rio de Janeiro, aos 15 de janeiro de 1998. Entrevista gentilmente cedida à autora pela Maria Celina D’Araújo.

⁵³ As datas de 1968 e 1982 inseridas por Bruno Lima dizem respeito às patentes do general. Coelho foi DG da Polícia Federal entre os anos de 1974 a 1985. Ver Lima Rocha, 2004, p. 94.

orientação dos Estados Unidos por meio dos acordos com a USAID⁵⁴ (OPS) e tendo como fundador o general Osmar Soares Dutra, começou a treinar o pessoal realocado, não concursado,⁵⁵ para atuar na DFSP (Lima Rocha, 2004, pp. 84-85).⁵⁶

No processo de elaboração de uma polícia efetivamente federalizada e de definição das suas funções, a elaboração da legislação do DPF procurou resolver um dos impasses que marcava a relação Ministério da Fazenda e DFSP, a qual seria retomada no período de elaboração da nova Carta Constitucional de 1988, agora entre o Ministério da Fazenda e um Departamento de Polícia Federal apoderado pelos militares e seus parceiros. No começo da ditadura, era possível identificar uma contradição quanto à definição de determinadas áreas de atuação do DFSP, a exemplo do contrabando e descaminho. Nas palavras do coronel Amerino Raposo, havia uma área cinzenta entre o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e o antigo DFSP. Principalmente para resolver esse problema que teria sido criado, no começo do governo Castelo Branco, a comissão interministerial que definiria as atribuições do que seria a Polícia Federal e da qual o coronel Amerino Raposo tomou parte. O trabalho dessa comissão teria resultado, segundo o coronel, em um relatório do qual saiu o artigo

⁵⁴ A Usaid (United States Agency for International Development) estabeleceu diversos acordos com Ministério da Educação e Cultura, conhecidos pela sigla Mec-Usaid, com o objetivo de reestruturar o ensino superior, não obstante, como afirma Rodrigo Patto, a influência norte americana foi além da área educacional, atuando também na área de pesquisa científica, agricultura, habitação popular, formação de mercado de capitais, obras de infraestrutura e segurança pública. Nesta última, foi responsável pelo treinamento de diversos policiais brasileiros (PATTO, 2010, p.2). No início de 1960 tiveram início os primeiros acordos oficiais com envio de seis assessores para atuar em cinco estados brasileiros e no Distrito Federal, onde atuou junto do DFSP na criação de instituições como a Academia Nacional de Polícia. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.30, nº59, pp.237-266, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100012. Acessado em 06 de novembro de 2014.

⁵⁵ “Os servidores abrangidos pelo parágrafo único do art. 19 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, que não tenham atribuições de caráter policial, poderão, através de entendimentos mantidos entre o Diretor-Geral do DFSP e os dirigentes de outras entidades, ser submetidos a cursos ou estágios nestas últimas, findos os quais, se considerados aptos, serão efetivados.” (Lei 4.813 de 25 de dezembro de 1965, Art. 3º)

⁵⁶ É interessante observar que, em 1965, a ANP treinou a primeira turma do Curso Superior de Polícia para ocuparem cargos de gestores e dirigentes do órgão. Em 1968, formava a primeira turma de concursados externos para motorista policial e para inspetor, cargo hoje de delegado. Em 1972, forma a primeira turma de agentes concursados. No entanto, os concursos internos foram abolidos somente em 1988. Ver ROCHA, 2004, p. 94-95.

referente às atribuições da Polícia Federal na Constituição de 1967, pois segundo o coronel, o DFSP não era federal, como também não realizava a segurança pública, suas ações estariam ligadas à repressão ao tóxico, lenocínio e jogos.

Coube à Polícia Federal colaborar com a base jurídica⁵⁷ para a atuação dos órgãos de repressão, gerar inquérito judicial, autuar, controlar o acesso legal de estrangeiros, além de combater o contrabando e o tráfico de entorpecentes.⁵⁸ Não foi em vão que ao confiar a reestruturação do setor policial ao coronel Amerino Raposo, o então presidente Castelo Branco deixou clara a necessidade de organizar um aparato legal e constitucional que atendesse a lógica autoritária do golpe.

Vale ressaltar que na trajetória tanto do DFSP, desde o começo e no processo de remodelação para uma polícia federalizada, quanto na trajetória do DPF ao longo da ditadura sempre estiveram à frente do trabalho policial, militares da ativa ou da reserva, principalmente do Exército Brasileiro. O cargo de Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal foi por muito tempo ocupado por generais ou coronéis do Exército, em sua maioria ligados à área mais radical, a exemplo do Coronel (posteriormente general) Moacir Coelho, do coronel Luiz de Alencar Araripe e dos generais Walter Pires e Antônio Bandeira.⁵⁹ A repressão relacionada à ordem política e social realizada pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) e a ANP também eram coordenadas por coronéis do Exército.

Informações recentes, divulgadas a partir dos novos levantamentos requisitados pela Comissão da Verdade e por novas pesquisas historiográficas, indicam que a parte operacional do sistema repressivo tinha duas características específicas. Em primeiro

⁵⁷ Acima da Constituição e operando como a grande base jurídica e legal do regime militar estavam os Atos Institucionais, sendo o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do General Costa e Silva, o que possibilitou as ações mais arbitrárias a partir de sua criação.

⁵⁸ Ver ROCHA, 2004, p. 81.

⁵⁹ O coronel Moacir Coelho ocupou o cargo de Diretor Geral do DPF no período de 1974 a 1985, o general Walter Pires esteve à frente desse departamento de 1969 a 1971, o general Antônio Bandeira chefiou a Polícia Federal de 1973 a 1974 e o tenente-coronel Luiz de Alencar Araripe de 1985 a 1986.

lugar, os agentes envolvidos com a repressão sempre atuavam em parceria com outros órgãos (DOPS estaduais, 2^{as} Seções do Exército, posteriormente com os DOI's etc), o que evidencia que estes policiais federais atuavam como uma espécie de “membros civis” do Exército. A polícia federal nunca foi um *locus* privilegiado de tortura. Participava por meio da presença de seus agentes nestes locais:

O DOPS verdadeiramente se você vê é DOPS federal, mas havia um convênio com o DOPS de Minas Gerais, DOPS dos estados. [...] e como nós éramos pouca gente nós saíamos aqui do edifício JK e encontrava com o pessoal lá no DOPs da avenida Afonso Pena. [...] E nestes DOPs estaduais eles deviam ter as seções dentro da área operacional disso e daquilo outro, e quando ia fazer uma operação ia um bocado do nosso pessoal pra ajudar a desmanchar os famosos aparelhos da época. (Depoimento do agente de Polícia Federal Libério Rodrigues de Mores).⁶⁰

Esta prática de cooperação remonta à questão federalista dos anos de 1930 e à efetiva cooperação entre os estados no combate à “subversão”, muito bem analisados e descritos por Elizabeth Cancelli e Nilo Oliveira.

Apesar da “federalização” proposta pela Lei 4.483, manteve-se na legislação as diretrizes que orientam essa prática de convênios. O artigo 6º orienta sobre a criação das Delegacias Regionais a serem criadas em todo o território nacional e define que o DFSP, de acordo com o artigo 18, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1946 (federalista) promoveria com as unidades da federação, os convênios necessários ao cumprimento de suas funções.

Essa ação cooperada entre policiais federais e os outros órgãos repressivos não se restringia à cooperação com as DOPS estaduais. Corroborando o trabalho minuciosamente levantado por Nilo Oliveira sobre o sistema repressivo no período de JK e o funcionamento desses convênios, o almirante Ivan da Silveira Serpa (ministro da

⁶⁰Agente de Polícia Federal Libério Rodrigues de Moraes, entrevista realizada em março de 2014 em Belo Horizonte – MG. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Marinha no governo Itamar Franco) afirma que antes da reestruturação pela qual passaria o sistema repressivo nos anos de 1967 e 1968, com a ascensão da chamada linha-dura ao poder, os policiais federais, através da DOPS, atuavam em parceria com as Segundas Seções, responsáveis por fazer o chamado serviço de informação, antes da criação dos serviços de informação dos ministérios militares, mais propriamente o CISA e CIE.⁶¹ O CENIMAR, que já existia desde o fim da década de 1950, também teria contado com os serviços do DFSP e posteriormente do DPF, para realização de atividades externas, ou seja, se por um lado as entrevistas analisadas apontam para o número reduzido de funcionários que atuavam no setor de informações, enfatizando que boa parte desse reduzido quadro de funcionários eram civis, por outro lado fica claro que era necessário um aparato externo para dar suporte às investigações e à busca de informações.

Uma análise de documentos do DPF disponíveis no Arquivo Público do Rio de Janeiro deixa clara a relação da Polícia Federal na estrutura do que Carlos Fico denomina de “teia”, nos quais é possível perceber, a partir do mapeamento da Difusão (verificar exemplo na figura abaixo), como um mesmo documento percorria diversos órgãos do sistema (SNI, CENIMAR, e CISA). Fica evidente que devido ao contexto político de total vigilância a qualquer pessoa que minimamente pudesse representar “perigo” à ordem estabelecida, as informações estavam ligadas a quaisquer atividades por elas realizadas, não sendo raras às vezes em que as questões ligadas à vida privada (como relações extraconjugais) fossem foco de diversos relatórios. Cabe aqui ressaltar que o comunismo era o grande temor e muitas vezes, atribuir ao outro o fato de ser comunista, era um mecanismo para imputar culpa a qualquer pessoa contrária ou mal

⁶¹Entrevista realizada por Maria Celina D’Araújo e Celso Castro para o projeto Democracia e Forças Armadas, no CPDOC-FGV, Rio de Janeiro. Entrevista gentilmente cedida à autora pela Maria Celina D’Araújo.

vista pelo regime. Como podemos verificar abaixo em um documento do DPF sobre a censura (uma das atribuições da Polícia Federal e que será analisada em seguida) à revista *Argumento*. Nesse documento podemos verificar além da correlação entre o CIE e o DPF que a justificativa para censurar a revista estava ligada ao comunismo e a propaganda subversiva.

Exemplo da difusão dos documentos e da correlação entre os órgãos:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

ASSUNTO: LIVRO "HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL"

DATA: 27 de maio de 1971

ORIGEM: DSI/MEO

DIFUSÃO: DSI/MJ - PFS - CIE - CISA - CENIMAR

ANEXO: Cópia da Informação Circular 09/SI/DSI/MEO

REFERÊNCIA:
3255/71

P. 27/5/1971
CMM

CONFIDENCIAL

ENCAMINHAMENTO Nº 505/71
(93-CI/DPF)

Para conhecimento desse(a) Órgão,
este Centro encaminha o constante do anexo.

uma mensagem que por si só diz tudo.

13. A 17 de janeiro, o CIE solicitou fosse proibida a circulação da revista alegando que as publicações dos três primeiros números estavam impregnados de propaganda subversiva.

14. A 28 de janeiro, em face das reações em todos os setores do Governo, foi instituída a censura-prévia na revista "ARGUMENTO", com o que não concordaram os seus responsáveis.

15. A 23 de janeiro o Bel. Marcelo Augusto Diniz Cerqueira, - agitador comunista fichado no DOPS da Guanabara - advogado da revista ARGUMENTO, que, representando o Professor Barbosa Lima Sobrinho, compareceu a SR/DPF/GB onde foi cientificado de que, por determinação do Sr. Ministro da Justiça, "a revista ARGUMENTO passará a ser censurada previamente, devendo toda matéria a ser publicada, ser remetida à Polícia Federal, com dez dias de antecedência a sua publicação."

16. Por determinação do Sr. Diretor-Geral do DPF, os Superintendentes do DPF na Guanabara e em São Paulo, comunica

A segunda característica específica é que a repressão neste sistema também funcionava de modo pontual, sendo a violência exercida a partir de seu comando e implementada de forma bem objetiva, com o intuito de eliminar lideranças que acreditavam que pudessem efetivamente abalar a confiança ou o poder do regime. O *modus operandi* dessas operações pode ser identificado na monografia escrita pelo coronel Freddie Perdigão Pereira, em documento confidencial escrito para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no ano de 1977.⁶²

Além do incipiente combate ao contrabando e a atuação na repressão, o Departamento de Polícia Federal atuou maciçamente como órgão censor do regime militar. A censura não foi um “privilégio” da ditadura militar pós-64: trata-se de uma atividade “longeva” na história do Brasil. Segundo Beatriz Kushnir, a censura como uma prática para “impor um determinado contorno de cidadão ideal” e criar certa harmonia social, teve início no Brasil logo que a polícia política começou a ser estruturada no país, ainda na Primeira República (KUSHNIR, 2012, p. 35). Construir uma nacionalidade significava ditar o que podia e o que não podia para a sociedade brasileira que se pretendia moldar. Submeter a sociedade à tutela do Estado foi um traço marcante na trajetória histórica do Brasil e vale ressaltar que “há sempre uma distância entre o texto legislativo e as práticas adotadas (e) por vezes as leis apontam para uma liberdade que não foi praticada” (KUSHNIR, 2012, p. 84).

Todos os decretos que foram criados para organizar a prática da censura nos primeiros anos da República foram consubstanciados em 1937, com a Constituição que “limitava a liberdade de pensamento” e em 1939, com as normas e obrigações do

⁶² <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-documentos-digitalizados-da-denuncia/monografia-de-freddie-perdigao-pereira-apresentada-a-escola-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-em-1977/view>. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),⁶³ que se resumiam na censura e vigilância durante o Estado Novo. A estrutura de controle das redações, dos registros dos jornais e revistas e do que poderia ou não ser impresso, dos teatros, cinemas e funções recreativas que estavam centralizadas no DIP não se alterou, quando em 1944 a Polícia Civil do Rio de Janeiro foi transformada em DFSP (KUSHNIR, 2012, p. 97).

Com a criação do DFSP em 1944, a censura ganhou espaço dentro da sua estrutura por meio da Delegacia de Jogos e Diversões, ficando polarizada entre o DIP e o DFSP. Essa situação foi resolvida em 1945, quando por meio do Decreto nº 8462 de 26 de dezembro,⁶⁴ foi criado dentro da estrutura do DFSP, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) regulado pelo Decreto nº 20.493 de janeiro de 1946.⁶⁵ O DIP havia sido extinto em maio de 1945 (Decreto-Lei 7.582) e substituído pelo Departamento Nacional de Informações (DNI). Desta forma, o SCDP assumiria a função destes órgãos.

Se a censura buscava manter a moral e os bons costumes da sociedade brasileira, sendo percebida como um dever de polícia a partir do golpe militar e da reestruturação/criação de uma polícia efetivamente nacional, percebemos que ela assumiria um caráter político e que sua atuação cresceria intensamente dentro desse DFSP, não só para conseguir realizar o processo de moralização da sociedade pretendido pelos militares, como também para impedir que a imagem de um governo autoritário e arbitrário fosse divulgada.

⁶³ A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

⁶⁴ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8462-26-dezembro-1945-458500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

⁶⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

Em 1968, foi promulgada a Lei nº 5536⁶⁶ que atribuiu à censura um caráter classificatório, mas que, logo em seguida, receberia o tom autoritário por meio do AI 5 decretado em dezembro daquele ano. A partir de então, a censura passou a se constituir em um ato político contra tudo que pudesse ameaçar a moral, os bons costumes e que permitisse divulgar a atividade ou “pensamento subversivo” (como podemos observar na imagem anterior). As atividades exercidas pelo SCDP e sua legislação multifacetada demonstram como a Polícia Federal foi, ao longo da ditadura, sendo estruturada para atender a lógica repressiva desse regime, que após 1968 torna-se mais punitiva ao mesmo tempo em que buscava, a todo preço, estampar um caráter legal para a sua atuação. Paulatinamente o governo buscou, por meio da PF, utilizar a censura para forjar uma imagem positiva do governo, ao mesmo tempo em que calava os opositores. Seguindo esses passos, em 26 de janeiro de 1970, o Decreto nº 1.077 trouxe mais uma grande “mordaca” para a sociedade brasileira ao estabelecer a censura prévia à imprensa, deixando claro que a censura seria “uma questão de Estado, com atuação de polícia na execução das medidas” (KUSHNIR, 2012, p. 117). A partir desse decreto, a Polícia Federal, por meio dos seus técnicos de Censura (que podiam ser policiais ou pessoas especialistas sobre determinados temas a serem censurados, em geral convidados pelo Diretor-Geral), ampliou sua atuação e o SCDP passou a ser uma Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Houve uma ampliação do número de censores, que ainda puderam contar com o trabalho de outros censores ligados diretamente ao gabinete do ministro da Justiça, o Sigab (Serviço de Informação do Gabinete). A “necessidade” destes dois órgãos evidenciava o tamanho do desejo dos militares de vigiar e tutelar a sociedade.

⁶⁶ Lei nº 5536 de 21 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 17 de agosto de 2015.

Para Bruno Rocha, atuação da Polícia Federal na censura, busca e apreensão de produtos culturais considerados subversivos, especialmente na vigência do AI-5, teria sido mais acentuada do que as operações policiais propriamente ditas. Não obstante, ainda que concordemos com o fato de a Polícia Federal ter o papel proeminente da função de censura, essa perspectiva pode conduzir a uma conclusão equivocada, a de que a participação da Polícia Federal no sistema repressivo da ditadura tenha tido um papel secundário no que diz respeito às violências empreendidas pelo SISSEGIN, sistema o qual uma grande parte de seus “profissionais” integrava.

Em termos gerais, podemos afirmar que a Polícia Federal atuou durante todo o período da ditadura, prioritariamente, como uma polícia com foco político – polícia política, cuja atividade foi conciliada às suas demais áreas de atuação (contrabando e descaminho, por exemplo). As diversas leis e decretos que vão dando corpo e eficiência a esse órgão para atender determinada lógica política específica acabam por solidificar diversos valores autoritários que deixaram marcas na instituição e que dificultaram o processo de adequação dessa polícia no processo de redemocratização do país, conforme veremos no próximo capítulo.

Capítulo III: Transição e consolidação democrática

A transição brasileira para a democracia teve início na primeira metade da década de 1970, já após a aniquilação dos movimentos paramilitares de esquerda. Foi o presidente general Ernesto Geisel, representante da linha “legalista” quem deu início ao processo de distensão “lenta, segura e gradual”.

Predominam no debate sobre a transição duas vertentes explicativas que, ao invés de serem consideradas opostas, podem ser entendidas como complementares. Uma primeira corrente parte do pressuposto que a transição teria tido início em função da divisão existente dentro das forças armadas que, grosso modo, seriam divididas entre “duros” e “legalistas”. Os primeiros, vinculados à linha do general Costa e Silva e inseridos, grande parte, na comunidade de informações, defendiam uma maior restrição da participação popular, e o segundo grupo, mais intelectualizado e vinculado ao ex-presidente Castelo Branco e à Escola Superior (ESG) de Guerra, possuía um grande entrosamento entre si e com o setor empresarial e pretendiam “arrumar a casa” para devolvê-la ao poder civil.

Nessa interpretação, a pretensão do governo de condicionar toda a transição teria fracassado em função das disputas envolvendo essas duas vertentes, o que produziu impactos diretos no processo de distensão política. A proposta de abertura elaborada por Ernesto Geisel produziu uma onda de insegurança aos membros da comunidade de informações, preocupados com as possibilidades de retaliações que poderiam vir do futuro governo em função da violência que empregaram durante todo o regime. Alfred Stepan atesta que “estes serviços eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional e, portanto, precisavam ser reprimidos (STEPAN, 1986, p.39).

Diante disto, começaram a “produzir” ações, inclusive atentados, tentando atribuir a responsabilidade aos movimentos de esquerda, há muito aniquilados. Simboliza o início desse enfrentamento o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, ainda em 1975, e o seu fim, um dos casos mais paradigmático destas ações, o atentado a bomba no centro de convenções Riocentro no ano de 1981, durante um show em comemoração ao Dia do Trabalhador. O artefato explodiu, antes de ser colocado no lugar, no colo de um sargento do Exército, que morreu na hora.⁶⁷

Entretanto, apesar das negociações que tiveram que fazer mediante a exposição política colocada por essa disputa, os militares ainda detiveram poder suficiente para controlar o ritmo da transição e cobrar um alto custo para a sua saída do governo. Dessa forma, asseguraram seus interesses e uma série de prerrogativas junto ao regime democrático que ali se iniciaria.

A segunda linha explicativa diz respeito aos custos de permanência no poder e cremos que pode ser considerada complementar à primeira. Defendida, sobretudo, por Share e Mainwaring, parte do pressuposto que os custos de permanência no poder aumentaram, enquanto os da democratização declinaram, aumentando a capacidade de barganha da oposição civil. A erosão na coesão das elites, em função da crise econômica, o problema da sucessão do governo e o declínio de sua legitimidade teriam viabilizado as pressões da sociedade civil, que ainda assim teve que ceder a vários condicionantes do governo militar para assegurar a transição. Share e Mainwaring cunharam um dos conceitos muito utilizados para qualificar o processo de transição brasileira: transição por transação. É dentro dessa perspectiva que devemos compreender o processo institucional da Polícia Federal no começo dos anos de 1980.

⁶⁷Uma exposição da atuação destes radicais de direita pode ser encontrada In: ARGOLO, Jose Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado; RIBEIRO, Katia. A direita explosiva no Brasil: a história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

A Polícia Federal e a transição

Ao longo do processo de abertura política iniciada pelo presidente Geisel, é possível observar na Polícia Federal pontos de ação que, de alguma forma, construíram o quadro de mudanças e permanência que marcariam sua história. Se, por um lado, houve a formação de um quadro que se autodenominava “sangue novo” (nome dado aos policiais que entraram no ano de 1972 interessados em distanciar do sistema puramente repressivo e atuar nas áreas de combate ao tráfico de drogas, contrabando, descaminho etc.), por outro, foi o Departamento de Polícia Federal um órgão de proteção às diversas pessoas que, por terem contribuído e/ou atuado em ações de repressão ou tortura nos estados, foram transferidas para a administração pública federal, a fim de evitar o “revanchismo” por parte dos partidos de oposição que haviam vencido as eleições estaduais de 1983. Dessa forma, apesar de não podermos desconsiderar a ação da PF nas suas demais esferas de atuação, principalmente na área de contrabando e polícia marítima, mesmo porque ela atuava no combate de todo tipo de crimes previstos no código penal (sendo uma espécie de “clínica geral”⁶⁸), chama-nos atenção o papel da Polícia Federal como um órgão “civil” extremamente vinculado ao sistema repressivo e como um *locus* privilegiado de resistência ao processo de transição, conforme poderemos observar.

Atentos ao que se passava no continente, os militares brasileiros, preocupados com uma possível “argentinização” da transição (naquele país as principais lideranças da ditadura foram responsabilizadas pelas atrocidades cometidas), procuraram criar o máximo de garantias possíveis. Em 1983, pelo fato de o poder ainda estar concentrado nas mãos do general Figueiredo e de ainda confiarem na possibilidade de usar

⁶⁸ SAMPAIO, Bairton. “Uma aula sobre a polícia no Brasil”. *Prisma*, nº 33, julho/setembro de 2000, p. 55.

instrumentos suficientes para controlar a transição, a intervenção federal nas polícias políticas estaduais visava reduzir os prejuízos que poderiam ser causados em função da chegada ao poder de políticos da oposição eleitos diretamente.

No início de 2014, o jornal *O Globo* divulgou uma série de reportagens baseadas em documentos elaborados pelo Centro de Informações do Exército, que visava criar condições de segurança institucional para um grupo de 49 agentes de órgãos estaduais que colaboraram com o regime militar.⁶⁹ Havia um receio por parte do Exército de que, nos estados em que a oposição havia ganhado a eleição, houvesse retaliação a esses servidores. Os estados seriam o Rio de Janeiro, onde foi eleito um dos maiores inimigos do regime militar, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola; São Paulo, que elegeu Franco Montoro (e cuja atuação da Delegacia de Ordem Política e Social foi uma das mais violentas do país, sob a condução do temido delegado Sérgio Paranhos Fleury); Goiás, que elegeu Iris Resende, cassado em 1969; e Minas Gerais, que elegeu Tancredo Neves, um dos principais líderes do Movimento Democrático Brasileiro e fundador do Partido Progressista.

Foi o Centro de Inteligência do Exército, por meio de um documento difundido exclusivamente ao Serviço Nacional de Informações expondo de modo raro o nome de colaboradores, que solicitou aos comandantes militares das áreas que indicassem os funcionários estaduais lotados em suas respectivas jurisdições, que poderiam ser visados por uma possível represália oposicionista. “A passagem desses funcionários à administração federal, livrando-os de situação de constrangimento e aflição, seria uma medida de justiça e reconhecimento”. Segundo o documento, os maiores alvos seriam os membros das secretarias de segurança que teriam se “notabilizado por seu engajamento profissional e pessoal, com o ideário da revolução de 1964”, que deram

⁶⁹ Interessante como que sobre alguns nomes não foram encontradas nenhuma referência, nem mesmo no relatório da Comissão Nacional da Verdade. O que indica que ainda haveria muito para ser apurado a respeito da atuação desses homens na recente história do país.

origem a antipatias nos círculos políticos que assumirão funções governamentais proximamente.⁷⁰ Entre esses homens, destacamos o “médico” legista Harry Shibata, um dos responsáveis por emitir falsos laudos para omitir a morte por tortura e acobertar a ação dos torturadores e dos delegados Lourival Gaeta, o “Mangabeira”, e Laerte Aparecido Calandra, conhecido por “Capitão Ubirajara”, nomes amplamente citados no relatório da Comissão da Verdade e que já haviam aparecido na obra *Habeas Corpus: que se apresente o corpo, a busca pelos desaparecidos políticos no Brasil*, como envolvidos em atividades de tortura. Na realidade, trata-se de notórios torturadores da Operação Bandeirantes, que terão parte de sua trajetória aqui exposta, como forma de expor o perfil dos homens que o Estado quis proteger.

Harry Shibata, ex-Diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, foi um homem de confiança do regime militar, responsável por assinar inúmeros laudos falsos de presos políticos e por implementar uma série de precauções que visavam impedir a localização de corpos de militantes enterrados como indigentes, em sua maioria na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus. Shibata também visava dificultar a apuração do que realmente pudesse ter ocorrido.⁷¹ Criado em 1971, esse cemitério passou a receber corpos de indigentes e de militantes políticos, em uma estratégia de ocultação de cadáver, após entendimentos diretamente realizados entre Shibata, enquanto diretor do IML, e Fábio Pereira, ex-diretor do Departamento de Cemitérios do Município de São Paulo.⁷² Conforme registro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, responsável por analisar o caso da vala clandestina:

⁷⁰ HERDY, Thiago. “Comissão da Verdade convocará agentes estaduais para depor.” *O Globo*, 04 de fevereiro de 2014. <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-agentes-estaduais-para-depor-11495775>. Acessado em 30 de julho de 2014.

⁷¹ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, pg. 513.

⁷² Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, pg. 512.

A certeza da impunidade e o tratamento usual de desrespeito dado aos corpos de pessoas pobres na cidade foram dois fatores a permitir que militantes mortos desaparecessem em nossos próprios cemitérios. Não sabemos o que foi mais bárbaro: transformar oponentes do regime em indigentes ou tripudiar ainda mais a indigência para dar fim aos corpos de oponentes do regime.⁷³

José Ferreira de Almeida, Manoel Fiel Filho, Vladmir Herzog, Neide Alves dos Santos, Carlos Marighella, Edson Quaresma, Fujimori, Luiz Hirata, Luiz Eurico, Luiz José da Cunha, Helber José Gomes Goulart, Emanuel Bezerra dos Santos são nomes de pessoas que tiveram seus laudos cadavéricos falsificados por Shibata e apontados no Relatório da Comissão da Verdade, divulgado em dezembro de 2014.⁷⁴

Lourival Gaeta, o “Mangabeira” ou “Capitão Maurício”, foi delegado do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social)⁷⁵ e atuou na Operação Bandeirantes. Entrou para a polícia em 1960 como investigador e em 1967 foi lotado no DEOPS. Além da prática de tortura, Gaeta também era conhecido por seu sarcasmo e pelo fato de praticar violência sexual contra militantes mulheres. Morreu em 1997, aos 70 anos, e foi citado no livro “Dos filhos deste solo”, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, como um dos responsáveis pela morte de Frederico Eduardo Mayr (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 285). Foi identificado na Comissão Nacional da Verdade tanto como escrivão, quanto como delegado e como integrante da Equipe C de interrogatório do DOI-CODI⁷⁶ do II Exército, chefiado pelo coronel Brillhante Ustra.

⁷³ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, pg. 512.

⁷⁴ www.cnv.gov.br

⁷⁵ Foi criado em 1924, “com a função de assegurar e disciplinar a ordem no país, a Delegacia de Ordem Política e Social, como era chamada nos seus primórdios, foi instituída pela lei nº 2304 que tratava de reorganizar a polícia do Estado”. Ao longo de sua existência, o órgão repressivo passou por diversas mudanças em seu organograma e passou a adotar a sigla DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social - cresceu de uma simples delegacia para o departamento mais temido da polícia civil do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

⁷⁶ “Em 1970 foram criados os Centros de operações de Defesa Interna, os CODIs, que tinham como área de ação a jurisdição de cada Exército [...]. Entre suas funções incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas [...]. Subordinado aos CODIs, foram criados os Destacamentos de operação de Informações (DOIs) que congregavam membros das três

Também acusado de utilizar animais em suas sessões de tortura,⁷⁷ possui, entre suas vítimas, Luiz Eduardo da Rocha Melino,⁷⁸ Frederico Eduardo Mayr, Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana⁷⁹, Alexandre Vanuchi Leme⁸⁰ e Eleonora Menicucci de Oliveira.⁸¹

Por fim, abordaremos um pouco do delegado aposentado da polícia civil, Aparecido Laerte Calandra. Serviu no DEOPS de São Paulo e seu nome consta dos relatórios do grupo *Tortura Nunca Mais* e do “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Identificado pelo codinome doutor Ubirajara ou capitão Ubirajara (o qual ele nega veementemente), foi indicado por vários ex-presos políticos por comandar vários interrogatórios no DOI-CODI de São Paulo. De acordo com documento coletado pela Comissão Nacional da Verdade, consta em sua ficha funcional da Polícia Civil de São Paulo um ofício do II Exército, datado de 14 de abril de 1977, no qual é elogiado por sua “eficiência e dedicação, na execução das mais diversas atividades, durante o ano de 1976, visando à consecução dos objetivos propostos no combate à subversão e ao terrorismo, como integrante do Sistema de Informações do II Exército”.⁸²

Em 1974, já havia recebido a Medalha do Pacificador, honraria criada para homenagear civis ou militares, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado serviços de relevância para o Exército Brasileiro. Entre as vítimas fatais de Calandra foram

Forças, bem como policiais civis e militares. O DOI era uma unidade móvel e ágil, com pessoal especializado e cuja função precípua era fazer operações – era o ‘braço armado da Inquisição’”. Ver D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 17-18.

⁷⁷ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, pg. 374.

⁷⁸ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, pg. 373.

⁷⁹ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, p. 465.

⁸⁰ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, p. 531.

⁸¹ Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Volume I, p. 911.

⁸² Comissão Nacional da Verdade. “Em depoimento à CNV, delegado que atuou no Doi-Codi se contradiz”. 12 de dezembro de 2013. <http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/408-em-depoimento-a-cnv-delegado-que-atuou-no-doi-codi-se-contradiz.html>. Acessado em 10 de julho de 2015.

identificados pela CNV: Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1971), Eleonora Menicucci de Oliveira, Flora Strozenberg, Darci Toshiko Miyaki e Hécio Pereira Fortes (1972).⁸³ Tanto Gaeta quanto Calandra foram cedidos para a Superintendência Regional de São Paulo (SR-SP) em 1983.

Apesar de a reportagem fazer referência aos quatro estados, o Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo, não transferiu seus agentes para a Polícia Federal, sendo alguns desses servidores mantidos no próprio Departamento de Investigações Especiais, sucessor do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops).⁸⁴

Em São Paulo, foi o ex-governador José Maria Marin,⁸⁵ reconhecido apoiador dos militares, eleito vice-governador de São Paulo em eleições indiretas e que assumiu o estado como governador em exercício no lugar de Paulo Salim Maluf (Maluf havia se desincompatibilizado para se candidatar a Deputado Federal), quem efetivou a cessão de alguns desses nomes para a Polícia Federal. Tais transferências foram realizadas por meio de portarias, dispensando a necessidade de concursos. A reportagem indica que houve nove transferências; entre esses nomes, destacamos o do próprio delegado Romeu Tuma, ex-diretor da DOPS, quem se tornaria o Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo.

No entanto, as transferências de agentes da repressão não foram a única opção utilizada pelos militares. Os recentes trabalhos divulgados pela Comissão Nacional da Verdade também destacaram outros atos implementados pelo ex-governador José Maria Marin para beneficiar e proteger os policiais civis que participaram de torturas e execuções. Por exemplo, em sua gestão, foi transferido para a Superintendência da

⁸³ Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I, p. 880.

⁸⁴ HERDY, Thiago. “Comissão da Verdade convocará agentes estaduais para depor.” *O Globo*, 04 de fevereiro de 2014. <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-agentes-estaduais-para-depor-11495775>. Acessado em 30 de julho de 2014.

⁸⁵ Ex-presidente da CBF, encontra-se atualmente preso na Suíça, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro no período em que atuou como um dos dirigentes da FIFA.

Polícia Federal de São Paulo, então dirigida por Romeu Tuma, tudo que havia restado do arquivo da DEOPS. Os documentos da Delegacia de Polícia Política de São Paulo foram levados para o prédio na Rua Antônio Godoi, no centro da cidade, e por ironia, ficaria justamente sob a custódia de Laerte Aparecido Calandra, homem forte de Tuma e dos militares, extremamente envolvido com as torturas. Calandra seria o responsável por tomar os cuidados necessários para que não sobrassem vestígios que pudessem incriminar os torturadores do estado. Transferido para a SR-SP (Superintendência Regional da Polícia Federal de São Paulo) em 1983, cuidou para que desaparecessem muitas informações do órgão, segundo denúncia do Ministério Público.⁸⁶ Segundo a reportagem elaborada pelo jornal *O Globo*, teriam sido nove, o número de agentes de segurança do governo estadual de São Paulo transferidos para a Polícia Federal naquele contexto, todos ligados ao Diretor do DOPS, Romeu Tuma.⁸⁷ Um aspecto que caracterizaria esse grupo alocado na PF seria a dificuldade de administrar e controlá-lo. “Mal trabalhariam”, uma vez que lhes faltava comando efetivo, uma vez que não estavam submetidos nem à Polícia Federal e nem à Polícia Civil, de acordo com o pesquisador Ivan Seixas, Coordenador da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Ivan teve o pai, Joaquim Alencar de Seixas, torturado e assassinado pela equipe do DOI-CODI.⁸⁸

Apesar do processo de abertura em andamento, a direção da Polícia Federal permaneceu nas mesmas mãos durante 1974 e 1985, quando foi dirigida pelo coronel

⁸⁶ Nilmário Miranda, ex-presos político e então Secretário Nacional de Direitos Humanos, descobriu em 2003, que Calandra ocupava um cargo de confiança no Departamento de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo, ensejando uma série de manifestações de protesto por parte de organizações de direitos humanos. Em 31 de março de 2014, seria alvo de um “escracho” promovido pelo Levante Popular da Juventude, em frente à sua casa, no Bairro do Ipiranga. “Aparecido Calandra”. *Memórias da Ditadura*. <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/calandra/>. Acessado em 15 de abril de 2015.

⁸⁷ Não conseguimos identificar todos os nove nomes nem no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nem no da União.

⁸⁸ “Agente conhecia homens de confiança dos oficiais”. Jornal *O Globo*, 2 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/agente-conhecia-homens-de-confianca-dos-oficiais-11476996>. Acessado em 15 de julho de 2015.

“linha dura”, Moacir Coelho. Segundo as palavras do Agente de Polícia Federal Josias Fernandes Alves, Coelho é lembrado pelos policiais da velha guarda, “mais pelo que era temido do que pela capacidade de liderança.”⁸⁹ Foi a gestão de Coelho que “recebeu” Tuma como Superintendente da Polícia Federal de São Paulo e viabilizou sua proteção e a de seus agentes. Nesse período, os agentes da Polícia Federal ainda atuavam como um dos mais importantes braços operacionais da ditadura militar. E mesmo no início do primeiro governo civil de transição, nomeado pelo falecido Tancredo Neves, manteve esse perfil.

Quem havia ficado responsável pela condução da PF no começo do governo Sarney (vice-presidente eleito que substituiu Tancredo) foi o coronel Luiz Alencar Araripe, um dos mais destacados representantes da chamada “linha dura”.⁹⁰ Em agosto de 1985, o deputado Mário Frota do PMDB do Amazonas fez sérias denúncias relacionadas à atuação da Polícia Federal na gestão de Araripe. O deputado denunciava, com constrangimento, que muito pouco havia sido feito para diferenciar a atual realidade (1985) daquela do “regime de exceção” anterior. Ao relatar a denúncia de que a Polícia Federal estaria agindo contra cidadãos humildes que viviam nas barrancas do Solimões, o deputado detalhou:

Enquanto essas autoridades falam em defender os direitos humanos, pessoas humildes são espancadas e torturadas pela Polícia Federal. No momento em que é publicado o livro "Brasil: Nunca Mais", um trágico depoimento relatando cenas que nada perdem para o que aconteceu na fase mais cruel do nazismo, um homem é torturado, tendo os seus órgãos genitais amarrados por uma corda de náilon, sendo a outra ponta amarrada a uma lancha-voadeira. No mesmo momento em que o Diretor-Geral da Polícia Federal, Coronel Araripe, jura pelos jornais não mais permitir violações dos direitos dos

⁸⁹ ALVES, Josias Fernandes. “Os coronéis da Polícia Federal”. Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/37209>. Acessado em 15 de julho de 2015.

⁹⁰ Araripe seria um dos assinantes do manifesto dos coronéis elaborado contra a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Defesa, Celso Amorim. O documento, assinado por vários militares que atingiram o mais alto posto da hierarquia militar, afirma que “Do Exército de Caxias” não virão desculpas, pois existe a convicção de que “salvaram” o país. Disponível em: <http://www.alessandrogarcia.org/news/manifesto-de-generais-de-alta-patente-da-reserva-ataca-comiss%C3%A3o-da-verdade/>. Acessado em 15 de julho de 2015.

cidadãos, o organismo policial que dirige espanca, também na região do Alto Solimões, uma mulher do povo, levando-a ao aborto.⁹¹

Um dos motivos alegados para a saída do coronel Araripe da Direção Geral da Polícia Federal em janeiro de 1986 (ele havia entrado em março de 1985, em substituição a Moacir Coelho), foi sua solidariedade a João Batista Xavier, superintendente da Polícia Federal do Ceará. O nome de Xavier apareceu na lista de torturadores exposta pela publicação do livro *Brasil: Nunca Mais*. Como podemos perceber pela reportagem abaixo, tais denúncias seriam corroboradas por vários ex-presos políticos de Fortaleza. Xavier havia sido o braço direito de Laudelino Coelho, já falecido em 1985, e suas ações produziram perdas irreparáveis, a exemplo das que foram causadas ao estudante de medicina Paulo Veras, que ficou doente mental em virtude das torturas sofridas, e Edson Pereira, que ficou tuberculoso no cárcere.⁹²

Ex-presos acusam PF de homiziar torturadores

Está longe do fim o episódio que começou com o afastamento do superintendente da Polícia Federal no Ceará, João Batista Xavier, como ex-torturador, e levou à demissão do diretor geral da PF, coronel Luiz Araripe. Ao menos dois torturadores continuam chefiando a Federal, em Brasília (José Armando Costa) e no Pará (Roberto Felipe de Araújo Porto).

Seus nomes constam na lista de 444 torturadores divulgada pelos autores do livro "Brasil: nunca mais". E a denúncia é corroborada por numerosos ex-presos políticos de Fortaleza, onde eles atuaram nos anos 70.

Naquela época, a Polícia Federal cearense era dirigida por Laudelino Coelho, já falecido, e seus mais fiéis auxiliares eram Xavier e o doutor Porto. Muitas de suas vítimas sofreram perdas irreparáveis, como o estudante de medicina Paulo Veras, hoje doente mental em virtude de torturas, ou Edson Pereira, atual presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Ceará, que ficou tuberculoso no cárcere.

João Alves Gondin, que ficou preso de 1972 a 1979 e hoje é dirigente do PC do B no Estado, testemunha: "Fui preso pelo Xavier, Porto e mais um comando da

Polícia Federal. Xavier comandava pessoalmente meus interrogatórios. Sofri todo tipo de tortura."

Outra testemunha é Francisco Lopes, hoje vereador pelo PMDB em Fortaleza, preso quando era secundarista, por sua militância no PC do B. "Iniciavam a minha sessão de tortura de manhã cedo -relata Lopes -, e iam até altas horas da madrugada. Queriam saber sobre a Guerrilha do Araguaia, principalmente os cearenses que participavam dessa luta."

Lopes é categórico: "Alegar que é revanchismo a punição dos torturadores é querer elevar o torturador ao patamar de uma função política. A tortura fere princípio elementar dos direitos humanos. Em qualquer país, quem pratica tortura tem que ser julgado pelos seus atos".

Enquanto os setores democráticos continuam, a exigir o afastamento dos outros dois torturadores identificados e ainda em seus cargos, outra questão vem à baila no episódio. O coronel Araripe, que demitiu-se em solidariedade a Xavier, era homem proveniente do Serviço Nacional de Informações, onde serviu desde os tempos de Castello Branco. Chegou ao comando da PF por interferência do general Medeiros, ex-chefe do SNI. E deixa, na cúpula da PF, gente inteiramente afinada com sua linha - como o delegado Romeu Tuma, da Federal de São Paulo, que manifestou sua solidariedade ao torturador afastado. E fica a pergunta: até que ponto os brasileiros terão de suportar a convivência com bolsões de servidores impenitentes da ditadura, como a cúpula da PF e o SNI?"

O vereador Lopes (de bigode), ex-torturado, e seu torturador, o doutor Porto, hoje na cúpula da PF



⁹¹ Diário do Congresso Nacional. Sábado, 17 de agosto de 1985. Pg.8276. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17AGO1985.pdf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

⁹² "Ex-presos políticos acusam PF de homiziar torturadores". *Tribuna Operária*, 20/26 de janeiro de 1986.

Mudar a maneira de compreender e lidar com a sociedade não seria uma tarefa fácil para a Polícia Federal, pois ela foi um projeto do regime militar, pensada para ele e por ele, e o fim da ditadura militar infelizmente não significou mudança imediata na maneira de pensar e agir de boa parte dos órgãos de segurança e das polícias. Muito do que foi praticado e à maneira como foi praticado ainda permaneceu, talvez com outra roupagem ou outra justificativa, pois mudou o regime, mas não mudou o pessoal, os policiais, os delegados, a mentalidade e a cultura de quem a dirigia. O cultural não se altera em curto prazo, é um processo muito longo e que sempre deixa marcas.

[...] Toda polícia no Brasil tem o resquício da ditadura, porque os comandantes e os generais são os mesmos que eram tenentes naquela época e adoravam a revolução. Eram os meninos que torciam para que desse certo até hoje o Castelo Branco. Hoje, eles são os generais, os coronéis, a mentalidade é a mesma. Eles se moldaram porque deu bronca, começou a pintar livro, vocês sentaram o pau, quem é torturador não assume nada: ‘Então não sou mais, sou direitos humanos’. Mas eles estão aí ainda. E muito arraigados na Polícia Federal, na Civil, a maioria dos delegados gerais de polícia é dessa época.⁹³

Em 1985, com o fim do regime, “teve fim” esse domínio militar na direção do Departamento de Polícia Federal, com a posse do delegado Romeu Tuma para o cargo de Diretor Geral (DG). Não obstante, a ausência de uma patente não significou rompimento com práticas, costumes e valores dentro da instituição. Como afirma Jean-François Y. Deluchey:

O Brasil, afinal de contas, entrou no regime democrático depois de uma transição tão suave e negociada para a democracia que não conseguiu até hoje resolver politicamente a permanência de práticas e instituições consolidadas durante o regime militar (DELUCHEY, 2011, p.98).

⁹³ Ver entrevista do Agente de Polícia Federal Francisco Garisto, disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

Conforme abordado no segundo capítulo, o quadro de pessoal do DPF foi estruturado por meio do aproveitamento de pessoal de distintas polícias estaduais e da Guarda Especial de Brasília, os quais receberam treinamento da ANP. Posteriormente, a nova geração continuou seu aprendizado dentro da mesma lógica:

[...] E já na Academia eu já descobri que aquele sonho de polícia meu que era o de cumprir a lei, servir, proteger e servir, que é o *slogan* mundial, eu percebi que já era uma coisa muito complicada de fazer na Academia já, que a nossa Academia era dirigida por um comandante da Marinha, comandante Clemente na época, e a doutrina de ensino da Academia era toda voltada para a repressão política. Você tinha uma carga horária de DOPS muito maior do que qualquer outro tipo de disciplina policial mundial: repressão às drogas, repressão à invasão etc.⁹⁴

Romeu Tuma, o Diretor-Geral

A manutenção do *status-quo* pós-regime fica ainda mais evidente com a indicação de Romeu Tuma, agora para o cargo de Diretor-Geral do DPF, onde permaneceu entre 1985 e 1992. Como visto anteriormente, Romeu Tuma iniciou sua carreira policial na Polícia Civil do estado de São Paulo, na qual chegou a assumir a direção da DEOSP no período de 1977 a 1982. Como diretor desse órgão, Tuma colaborou maciçamente com os órgãos de segurança do Exército e, embora não tenha sido comprovada sua presença nas sessões de tortura, nem mesmo pela Comissão Nacional da Verdade, existem indícios de sua proximidade com esse esquema e de sua convivência. O livro “*Habeas Corpus: que se apresente o corpo, a busca pelos desaparecidos políticos no Brasil*” faz menção ao nome de Romeu Tuma em diversas atividades relacionadas à repressão:

⁹⁴ Ver entrevista do Agente de Polícia Federal Francisco Garisto, disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

[...] O mateiro Abel Honorato de Jesus, que esteve presente à emboscada, conta que foi aberta uma clareira para a retirada dos corpos (que seriam quatro, e não oito). Segundo relatos recentes de moradores coligidos pela ouvidoria do GTT, existe a menção de que o conhecido delegado Romeu Tuma teria comandado uma equipe deslocada para o Araguaia para promover a remoção de cadáveres usando o nome de Delegado Silva (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p.202).

Com a abertura dos arquivos do Dops/SP, novos documentos foram localizados e, diferente do que informara Romeu Tuma em juízo, um documento havia sido endereçado a ele, intitulado “Retorno dos Exilados” datado de 1978. Refere-se à morte de Luiz Eurico em setembro de 1972 e que comprova que o órgão sabia do que ocorrera com ele em data muito anterior à descoberta dos familiares (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p.278).

[...] Embora um documento dos órgãos de segurança, encaminhado em 1978 ao delegado Romeu Tuma, diretor do Dops, registrasse claramente a informação sobre as mortes de Márcio e Maria Augusta, nem o delegado nem outras autoridades do regime militar jamais informaram aos familiares sobre isso. No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos. (sobre a morte de Maria Augusta Thomaz, membro do Molipo) (Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p.282).

O perfil autoritário do delegado Romeu Tuma muito contribuiu para a manutenção, durante as décadas de 1980 e 1990, de uma polícia federal autoritária. Diversas reportagens e depoimentos nos auxiliam na construção do perfil desse delegado, como também demonstram que, ao colocá-lo na direção geral do DPF, o novo governo ratificava a manutenção da relação e influência militar dentro dessa instituição, mesmo se tratando de um civil:

[...] Os militares, as viúvas do SNI querem o controle da Polícia Federal porque é o instituto legal que detém hoje as coisas que têm que ser feitas no país: Collor, PC, agora esses deputados todos aí, você vê que rola tudo na Federal. E os militares tiveram o comando da Polícia Federal desde a sua criação. Ela foi criada pra ser um braço civil deles. E botaram lá o general Bandeira, o coronel Moacir Coelho, depois o coronel Araripe. O primeiro civil foi o Romeu Tuma, que era superintendente da Polícia Federal em São Paulo, colocado pelo

senhor Georges Gazale, que era amigo pessoal do Figueiredo. "Ah! O primeiro civil." Civil com aspas, né? Porque o Tuma não é propriamente um civil: era chefe do DOPS. Comandou aquilo tudo, mas passou como bonzinho, os amigos que trabalharam com ele foram quase todos execrados na mídia pelas merdas que fizeram e depois foram abandonados pelo chefe.⁹⁵

Romeu Tuma foi acusado de estar envolvido em diversos casos de corrupção, demonstrando, claramente, como o cargo funcionou para ele como um mecanismo pessoal de poder. A revista *Veja* publicou em dezembro de 1991 uma série de reportagens envolvendo doleiros de Brasília e Romeu Tuma, demonstrando uma relação de amizade e compadrio e apontando indícios de corrupção. Tuma havia sido o padrinho de casamento da filha de um dos doleiros acusados de atuar na clandestinidade.⁹⁶ O jornal *A folha de São Paulo* também publicou em 1994, reportagens demonstrando como Romeu Tuma usou da condição de DG da PF para benefício próprio, como também para beneficiar sua rede de influências. Em 1992, ele emitiu carteira de identificação da PF para pessoas indicadas pelo deputado e ex-ministro Ricardo Fiuza. De posse desse documento, essas pessoas poderiam portar armas e aplicar a conhecida “carteirada” em caso de fiscalizações policiais.⁹⁷ Como Diretor-Geral, Romeu Tuma usou e extrapolou do poder de polícia, acusado de agir e coagir pessoas.

Devido a sua grande influência no meio político, as acusações ou suspeitas não chegaram a uma possível acusação. Como em diversas outras reportagens, por exemplo, o relatório da CPI do INSS em 1994 demonstra essa permeabilidade de influência de Romeu Tuma no meio político.⁹⁸ O seu nome consta na lista de colaboradores da fraude,

⁹⁵Ver entrevista do Agente de Polícia Federal Francisco Garisto, disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

⁹⁶ JUNIOR, Policarpo. “O compadre doleiro”. *Veja*, 4 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

⁹⁷ SÁ, Xico. “Em 92, Tuma beneficiou família de Fiuza”. *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 1994. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/11/06/2/>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

⁹⁸ PINHEIRO, Daniela. “Relatório da CPI acusa Collor, Santana e Tuma”. *Folha de São Paulo*, 18 de Maio de 1994. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/05/18/> e em: <http://www.intocaveis.com.br/Sellinas/PadrinhosArrietaTuma.htm>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

devido à sua estreita ligação com o chefe do esquema, o argentino César Arrieta. Entretanto, a exemplo de tantos outros casos, seu nome foi retirado do relatório final.

Os casos de corrupção da Polícia Federal ganharam espaço na mídia no fim da década de 1980 e, ao mesmo tempo em que Tuma protegia alguns de seus homens, usava a mídia para demonstrar a eficiência do trabalho da PF sob sua direção. Prova disso, é o caso do superintendente da PF em São Paulo, Marco Antônio Veronezzi. O delegado era denunciado pelos jornais da época por acobertar contrabandistas de equipamentos eletrônicos. A revista *Veja* de 5 de abril de 1989 publicou uma reportagem abordando o assunto, sendo que Veronezzi confirmou a veracidade da gravação, porém, afirmou que a acusação não procedia.⁹⁹ Em sua defesa, Romeu Tuma e o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, concluíram que a gravação não poderia ser usada contra o delegado. No dia 6 do mesmo mês, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a transcrição da conversa do delegado com o suposto contrabandista de equipamento eletrônico, na qual ficava clara sua participação no esquema.¹⁰⁰ Mas, para alimentar sua imagem de competência, ainda na reportagem da revista *Veja* de 5 de abril de 1989, podemos conferir o seguinte trecho:

Na sexta-feira, como é de costume de tempos a tempos, a Polícia Federal anunciou o encerramento de uma nova ação espetacular, na qual foram identificadas 89 pessoas envolvidas com o contrabando e o tráfico de drogas. ‘Existe uma campanha para nos desmoralizar’, acusa o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. ‘Isso prova que nossa atuação está ferindo os interesses de muita gente’.

Desse modo, como pondera Bruno Lima, “[...] somado ao seu perfil mais defensivo, jamais tendo ganho a notoriedade pela violência e tortura que seu colega delegado Fleury ganhou, (Tuma) pôde sobreviver politicamente à mudança de regime.” (ROCHA, 2004. P115).

⁹⁹ “Cilada Eletrônica: Grampo no telefone da PF paulista. *Veja*, 5 de abril de 1989. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

¹⁰⁰ “A Força da Impunidade IV: anatomia da corrupção”. Estado de São Paulo, 6 de abril de 1989. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890406-35007-nac-0033-999-33-not> e em: <http://www.gsl.com.br/Impunity/Degravacao.htm>. Acessado 10 de janeiro de 2015.

A Assembleia Constituinte

A Assembleia Nacional Constituinte funcionou no Brasil entre os anos de 1987 e 1988 (teve início em 01 de fevereiro de 1987 e o texto final foi aprovado no dia 02 de setembro de 1988). Desde a posse do presidente José Sarney, houve uma preocupação em promover a reelaboração do último texto constitucional aprovado em 1967 e totalmente reformulado em 1969 dentro de um contexto ditatorial. Desde então, começou a ser discutido se seria melhor realizar uma assembleia exclusiva, cujos representantes populares seriam eleitos apenas com a função de elaborar a nova constituição, ou se as eleições gerais de 1986 elegeriam os deputados federais e senadores que acumulariam as funções de congressistas e constituintes, opção que foi escolhida.

A Assembleia Constituinte foi organizada por meio da criação de comissões e subcomissões temáticas. Havia uma sistemática de elaboração dos dispositivos constitucionais, resultantes das discussões havidas em cada uma das subcomissões temáticas, que seguiam 04 passos. Primeiro, a elaboração dos dispositivos constitucionais por subtemas, debatidos dentro das Subcomissões Temáticas. Em segundo lugar, eram elaborados os capítulos, organizados por temas, sob responsabilidade das Comissões Temáticas. Em terceiro, havia a elaboração dos títulos e a sistematização dos dispositivos que eram aprovados pelas comissões, sob responsabilidade da Comissão de Sistematização. Por fim, a quarta etapa constava da votação e redação final de toda a matéria realizada pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte e pela Comissão de Redação.

O primeiro passo começa com a elaboração do anteprojeto do relator, depois são apresentadas as emendas, após a votação das emendas é elaborado o anteprojeto da

Subcomissão. Foi a Subcomissão de Defesa do Estado, subordinada à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, quem ficou responsável pelo tema de segurança pública, em que seriam repensadas as funções da Polícia Federal. Essa subcomissão também seria a responsável por definir as funções das Forças Armadas, extremamente interessadas em assegurar suas prerrogativas e interesses: preservação de sua missão constitucional, manutenção do serviço militar obrigatório, preservação da jurisdição especial para crimes de natureza familiar, veto da criação de um ministério civil de defesa, assim como manutenção das Polícias Militares subordinadas ao Exército (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009, p. 140).

Foram ao todo, 17 reuniões realizadas por essa comissão. Gabriel Casela, ao analisar a atuação dessa subcomissão, observa que o seu trabalho foi marcado por algumas características importantes, tais como o desconhecimento e a falta de preparo dos constituintes para os debates – mesmo com o convite de autoridades e acadêmicos para esclarecerem os temas debatidos – um cronograma apertado em desacordo com o ritmo dos trabalhos, e uma questão mal resolvida quanto aos procedimentos em relação à votação das emendas que eram apresentadas. Assim, os constituintes se perderam em inúmeras questões do regimento, prejudicando as discussões a respeito dos conceitos relacionados ao tema (CASELA, 2011).

Os principais questionamentos dessa subcomissão estavam relacionados ao papel que os militares teriam na nova constituição, à manutenção do Conselho de Segurança Nacional, às possibilidades de manutenção da ordem interna pelos militares e a manutenção do sistema presidencialista.

Desde 1986, assim que começaram as discussões sobre a elaboração da nova constituição, as forças armadas organizaram um forte *lobby* para a defesa de seus interesses. Foram nomeados 13 oficiais para pressionar os deputados constituintes, os

quais foram convidados e tiveram viagens pagas para conhecer as instalações das forças armadas e o seu discurso. Apesar do fato de que os parlamentares tiveram que lidar com um arcabouço fragmentado, fortemente militarizado, as discussões sobre as missões policiais não sofreram grandes diferenças em relação ao modelo anterior. A subcomissão era controlada pelo relator, o deputado Ricardo Fiúza da Frente Liberal, parlamentar que fez sua carreira junto ao partido que forneceu suporte aos militares durante praticamente toda a sua existência - o ARENA - e era um dos líderes do grupo conservador da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Jean-François Y. Deluchey demonstra como o tema da segurança pública durante a elaboração da Constituinte também foi envolvido por muitos lobbies entre as polícias, ministério público e os deputados da constituinte. Ambas as instituições, Forças Armadas e polícias, temiam perder espaço e prerrogativas na nova configuração do Estado brasileiro. Além da tentativa de sedução, explícita nas viagens oferecidas, o aliciamento dos parlamentares também foi feito por meio de conversas de gabinete e de declarações sutilmente ameaçadoras, realizadas junto à imprensa.

No entanto, apesar da presença desses lobbies, o tema da segurança pública não foi o foco dos debates da subcomissão responsável por discutir tais assuntos. Segundo Deluchey, “uma reformulação da segurança pública tinha uma importância muito menor para a construção democrática do que o reexame do papel das Forças Armadas e a revisão da doutrina de segurança nacional”, e manter o *status quo* de cada uma dessas instituições era o melhor caminho para evitar o desgaste político e um futuro desprestígio com suas bases eleitorais (DELUCHEY, 2011.p.106).

Se a pressão por parte das polícias militares e civis marcou o processo de elaboração da Constituição, com a Polícia Federal o processo de transição também não foi menos conservador. Em princípio, o Departamento de Polícia Federal havia perdido

algumas de suas atribuições, a exemplo do combate ao narcotráfico e sua responsabilidade pela guarda do presidente da República, conforme o anteprojeto apresentado pela Subcomissão de Defesa do Estado. De acordo com a proposta contida no anteprojeto, a atividade da Polícia Federal ficaria restrita a um único capítulo. Foi definida pelo relator, Ricardo Fiúza como a “Polícia Judiciária” da União, responsável por: apurar as ordens penais contra as ordens política, social e econômica, particularmente no que dizia respeito àquelas que fossem prejudiciais aos serviços federais e interesses jurídicos da União; apurar o crime organizado; exercer a censura; e realizar o papel de polícia judiciária, marítima, aérea e de fronteira. No primeiro relatório apresentado por Ricardo Fiúza, não foram acatadas as propostas apresentadas pelos representantes dos organismos interessados, ou seja, “Romeu Tuma da Polícia Federal, e comandantes da Polícia Civil e Militar”.¹⁰¹

Em debates posteriores, a PF recuperou o direito de agir na repressão ao tráfico de drogas, missão que havia sido retirada pela Subcomissão. O relator Ricardo Fiúza teria reconhecido uma “lacuna” no que dizia respeito à Polícia Federal e admitiu “acatar emendas que devolvam a competência à Polícia Federal de atuar na repressão às drogas”. Uma função efetivamente perdida pela PF nesse momento foi a de censura. O antigo DFSP e, posteriormente, a Polícia Federal foram os órgãos que administraram a questão da moralidade e dos bons costumes até que a censura tivesse seu fim decretado pela Constituição de 1988. A função de censurar foi extinta formalmente nesse processo, apesar de o cargo de censor ter permanecido como parte do quadro da PF durante dez anos. Foi apenas em 1998, que 116 remanescentes censores federais foram redistribuídos nos outros cargos da Polícia Federal, a sua maioria se tornando delegados.

¹⁰¹ “DPF, agora ‘Polícia Judiciária da União’”. Brasília. Agência Estado. *O Estado de São Paulo*, 14 de maio de 1987. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/130159/maio87%20-%200659.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, aprovada no dia 02 de setembro de 1988, o Artigo 144, relativo à segurança pública, define que ela é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, orientada para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas. A Polícia Federal é definida como um dos órgãos do estado responsável por desempenhar essa função no Art. 144 da Constituição Federal:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Passado pouco mais de um mês da aprovação da Constituição, no dia 06 de outubro, o diretor Romeu Tuma distribuiu um boletim de serviço que orientaria sobre os comportamentos a serem adotados em consequência de sua promulgação. O documento, que constava de 17 itens, afirmava que “ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante” dentro do órgão.¹⁰²

Desde 1986, o DPF já havia se tornado o responsável pela Segurança de Estado no Brasil, e seu protagonismo em boa parte se deveu ao apoio e influência dos EUA (PORTO, 1987, p. 28-34). Se, por um lado, temos a presença de Romeu Tuma como demonstração da capacidade do EB em intervir nos assuntos de segurança interna mesmo após o fim do regime militar, em contrapartida temos, por outro, e que não pode ser desconsiderado, um redirecionamento da atividade policial para questões mais

¹⁰² “DPF orienta seus agentes.” *Jornal de Brasília*, 07 de outubro de 1988. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119329/1988_07%20a%2010%20de%20Outubro_%20%20064d.pdf?sequence=3. Acessado em 15 de julho de 2015.

específicas da segurança interna, ligada às vertentes investigativas nos setores de contrabando e tráfico de drogas. É na gestão de Tuma que a Polícia Federal começa a ganhar visibilidade nessa área de segurança pública por meio do apoio financeiro e operacional dos Estados Unidos, apoio este, que como veremos a seguir, significou, em alguma medida, submissão e ilegalidade no recebimento de verbas e equipamentos.

Mudanças e permanências: o CDO

Com o fim da Guerra Fria, o combate ao inimigo interno também perdeu força e, em tese, a razão de existir. Essa alteração no contexto internacional forçou o apoio e influência dos Estados Unidos nos países da América Latina a mudar de foco. Se ao longo da ditadura militar ocuparam-se em treinar e equipar policiais para o combate aos comunistas e subversivos, mantendo assim sua influência capitalista e seu domínio em diversos países da América, a partir do fim da década de 1980 seu foco foi redirecionado para o combate ao tráfico de drogas.

Por meio de acordos de cooperação internacional, os EUA incentivaram e financiaram o combate ao tráfico de drogas e difundiram novas técnicas de investigação para a Polícia Federal. Ao longo do texto, já evidenciamos como a área de segurança e informações no Brasil estiveram comprometidas com os Estados Unidos desde o pós Segunda Guerra e veremos que, mesmo após o regime militar, essa situação pouco se altera.

Foi com o apoio técnico-operacional e com o financiamento dos EUA que a Polícia Federal criou, em 1989, o Centro de Dados Operacionais (CDO), que ao longo de sua existência recebeu novas denominações como SOIP (Serviço de Operações de Inteligência Policial) e COIE (Centro de Operações de Inteligência Especializada),

findando suas atividades no ano de 2003. Em seu lugar, foi criado o SANTER (Seção Antiterrorismo), todos resultando de uma parceria unilateral em que quem tem o dinheiro é quem manda: “A vossa Polícia Federal é nossa, trabalha para nós há anos. (...) Foi comprada por alguns milhões de dólares. (...) Os Estados Unidos compraram a Polícia Federal ...”¹⁰³

Se o medo do comunismo já não assolava o mundo, as agências norte-americanas precisavam buscar outro motivo para continuar justificando sua existência e capacidade de inserção em vários países latino-americanos. Foi diante dessa necessidade que ganhou espaço o combate ao tráfico de drogas. Tanto a *CIA*, a *Drug Enforcement Administration (DEA)*,¹⁰⁴ agência norte-americana de combate ao tráfico de drogas, assim como o FBI vão disputar verbas e espaço de atuação para além das fronteiras norte-americanas (no caso do FBI, vale ressaltar que essa atuação seria inconstitucional, uma vez que se trata de um órgão de atuação federal).

A construção do CDO resultou dos contatos realizados entre o diretor do DPF, Romeu Tuma, o ministro da justiça, Saulo Ramos, o chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes e os representantes da embaixada americana no Brasil. Desde sua criação, o CDO funcionou como uma instalação da CIA no Brasil. Nos anos 1990, os EUA chegaram a manter quinze desses escritórios “de inteligência” no Brasil, por meio do CDO.¹⁰⁵ Por trás do apoio ao combate ao tráfico de drogas haveria, por parte dos norte-americanos, interesses em diversas outras áreas no Brasil, como na indústria química, indústria do aço, biotecnologia e biopirataria, MERCOSUL, Projeto Sivam,

¹⁰³ “A Hora da Autópsia”. *Carta Capital*, 24 de março de 2004. Declaração de Carlos Costa chefe do FBI no Brasil. Disponível em <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/283/>. Acessado em 27 de abril de 2015.

¹⁰⁴ “A Drug Enforcement Administration foi criada pelo presidente Richard Nixon através de um decreto, em julho de 1973, a fim de estabelecer um único comando unificado” para combater o tráfico de drogas sob a lógica de “uma guerra total global sobre a ameaça das drogas”. Disponível em: <http://www.dea.gov/about/history.shtml>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

¹⁰⁵ “A CIA continua no Brasil”. Isto é, 21 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/22226_A+CIA+CONTINUA+NO+BRASIL. Acessado em 15 de maio de 2015.

Privatizações, setor energético e telecomunicações.¹⁰⁶ De acordo com a entrevista do delegado Daniel Lorenz de Azevedo,¹⁰⁷ que esteve na direção do CDO por dois anos, esse órgão iniciou suas atividades em 1989, como podemos perceber, logo após a queda do Muro de Berlim e o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. A parceria entre a Polícia Federal e a CIA teria a função de cumprir um programa norte-americano orientado para investigar entorpecentes, ou seja, não que o Brasil não tivesse problemas com drogas, mas naquele momento, aquela era uma demanda dos americanos. Para a CIA, a criação do órgão significava uma nova maneira de garantir recursos e um foco para as suas atividades após o fim da Guerra Fria. Para o Brasil, significaria investimento e treinamento no setor de inteligência de uma polícia sucateada e com orçamento sempre abaixo do necessário. Como já analisamos anteriormente, havia um “sangue novo” na Polícia Federal, com forte interesse em atuar nas áreas de investigação e combate ao tráfico de drogas e, segundo o delegado Daniel Lorenz, a existência do CDO foi fundamental para estruturar o modelo de inteligência que a Polícia Federal utilizava em suas operações, principalmente na área de entorpecentes. O CDO desenvolveu uma metodologia própria, alicerçada em conceitos de inteligência clássica que foram adaptados para a inteligência dita policial, que segundo o delegado, teria criado um novo ciclo de virtuosidade (bons procedimentos) dentro do departamento, afastando-se do perfil praticado no período do regime militar, por meio do Departamento de Ordem Política e Social. O CDO representou grande avanço tecnológico no processo de investigação policial, que muitas vezes limitava sua atividade de inteligência às pesquisas de jornais, acompanhamento de comícios e manifestações. No início da década de 1990, quando se considerava impossível realizar

¹⁰⁶ “Mundo das Sombras”. *Carta Capital*, 12 de maio de 1993. Disponível em <http://editoraconfianca.com.br/acesso/html5/cc/97/>. Acessado em 01 de maio de 2015.

¹⁰⁷ Delegado de Polícia Federal Daniel Lorenz de Azevedo. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

o grampo telefônico na rede móvel de celular por ausência de fios para conectar, o CDO já realizava monitoramento com mala de interceptação. Segundo o entrevistado, essa inovação tecnológica e o sucesso do CDO para as investigações representava o resultado dos quatro pilares na qual ele estava alicerçado, qual seja, base de dados, inovação tecnológica, doutrina e treinamento, afirmando que nada disso é possível sem dinheiro, financiamento. O Centro de Dados Operacionais era dentro da Polícia Federal uma referência em equipamentos, tecnologia e capacidade operacional. Tinha os melhores equipamentos de espionagem telefônica, de informática, treinamentos de alta qualidade realizados nos Estados Unidos, sendo que, por meio do CDO, grandes operações de inteligência policial foram realizadas pela Polícia Federal, como em 1991, quando foram apreendidos mais de 600 kg de drogas camuflados como se fossem inhames. Diante do ganho tecnológico, do investimento na formação policial e do aumento da capacidade operacional da Polícia Federal por meio do CDO, à primeira vista, fica evidente que, em meio às permanências do autoritarismo e de velhas práticas, a gestão Tuma proporcionou ao DPF progressos no campo da investigação. Não obstante, vale questionar e avaliar até que ponto a atuação do CDO significou vantagem para a polícia brasileira quando esta se submete à total ingerência de outro país, como fica a soberania do Brasil mediante o controle e acesso de outro país às informações privilegiadas, a exemplo do que aconteceu com o caso do Sivam?¹⁰⁸ É o procurador da República, Luiz Francisco Fernandes, quem explicita essa dúvida. “A lealdade deles [policiais da PF ligados ao CDO] ao Brasil tem de ser posta em dúvida. São leais aos

¹⁰⁸ O projeto Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia - foi criado para o controle do tráfego aéreo e para a monitoração ambiental dessa região. Foi implantado no ano de 2002 e envolveu muitos questionamentos e polêmicas sobre seu processo de implantação e licitação. Uma das polêmicas girou em torno do tráfico de influência que a empresa norte-americana teria obtido por meio de grampos telefônicos feitos pelo pessoal do CDO/CIA que possibilitou a empresa Raytheon Company, dos Estados Unidos, ganhar a licitação contra a empresa francesa Thompson/Acatel. As interceptações telefônicas executadas por membros do CDO entre o então chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, Júlio César Gomes dos Santos e o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, além de revelar conversas particulares, revelou informações sobre conversas do presidente com o grupo francês sobre o Sivam.

bons amigos norte-americanos, que irrigam suas contas bancárias e pagam suas operações”.¹⁰⁹ O pagamento a que se refere o procurador evidenciava outro grande problema para a existência do CDO, pois não havia acordo legal para a parceria existente entre a Polícia Federal e a CIA. Todo dinheiro investido na construção da instalação física, na compra de equipamentos e no custeio das operações entravam no Brasil sem registro, era depositado diretamente em contas privadas ou entregues em espécie para serem trocados por um doleiro, sendo que durante a gestão de Romeu Tuma, o valor investido pelos Estados Unidos chegou a 3,5 milhões de dólares.

Intimamos o Sr. Georges Found Kammoun, considerado um dos maiores doleiros de Brasília, a depor. [...] No depoimento, Kammoun simplesmente fala que, durante longos anos, desde 1988, na firma Kammoun Câmbio e Turismo, antes situada no SHS, Quadra 3, Hotel Continental, foi procurado por gente da cúpula da Polícia. No começo pelo delegado (Edson) Rezende, que simplesmente chegava lá com sacos imensos, cheios de dólares; no começo acompanhado de escolta policial, e trocava com o doleiro, fazia permuta.¹¹⁰

Funcionando em regime de informação compartilhada com os Estados Unidos, o dinheiro que o CDO recebia não tinha previsão orçamentária, não tinha controle do Tribunal de Contas da União, como também não havia sido aprovado pelo Senado ou pela Câmara dos Deputados, tratava-se de uma parceria “ilegal”. Segundo o depoimento do procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza e das diversas reportagens publicadas pela revista *Carta Capital*, o investimento da CIA no Brasil teria chegado a 2 milhões e 300 mil dólares somente com as operações realizadas pelo doleiro Kammoun, durante os doze anos em que operou o câmbio com a cúpula da Polícia Federal. Tomando como base dois dos pilares do CDO citados anteriormente pelo delegado Daniel Lorenz, doutrina e treinamento, cabe ressaltar que ambos são princípios fundamentais na relação de subserviência dos profissionais que atuavam no

¹⁰⁹ Depoimento do procurador da República Luís Francisco Fernandes de Souza, para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em 26 de maio de 2004, p. 8.

¹¹⁰ Depoimento do procurador da República Luís Francisco Fernandes de Souza, para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em 26 de maio de 2004, p. 2.

CDO à CIA. Além do treinamento específico oferecido aos federais em solo americano, eles tinham que se submeter ao polígrafo (detector de mentiras, que é proibido no Brasil). Por trás de um discurso de fortalecimento do grau de confiança entre o próprio grupo, era fundamental para a CIA saber o nível de confiabilidade que os membros do CDO teriam com seus financiados:

[...] Sabia que tinha o tal de polígrafo? Todo mundo dizia que não se submeteria a um polígrafo, isso seria uma ingerência imperialista, mas quando você compartilhava dados com um boliviano você pensava dele: ‘esse cara com 350 reais de salário, mas se eu passar isso aqui para ele, ele vai me vender para os traficantes’. Isso é verdade ou preconceito? É verdade, mas quando o cara da Bolívia se submetia ao mesmo polígrafo que você se submetia, você o considerava tão honesto quanto você e compartilhava as informações. Você tem que ter uma ética própria, como você mesma diz uma deontologia, que você se fortalece e se reconhece no outro, pois ele passou pelos mesmos clives, mesmos testes e mesmo treinamento. Inovação tecnológica, treinamento, capacitação, intercâmbio de informações, bases de dados e recursos financeiros [...]¹¹¹

Segundo o delegado José Roberto Benedito Pereira em entrevista à *Carta Capital*, e que na época atuava na Interpol, após realizarem o teste do polígrafo, o pessoal se “fechava em copas”, impossibilitando o conhecimento de tudo que acontecia nesse órgão e se consideravam como uma equipe de elite dentro da polícia.¹¹² Ao contrário do que afirma o delegado Daniel Lorenz, segundo o qual o CDO disseminava para todos os departamentos as técnicas e procedimentos dentro do que havia de mais moderno,¹¹³ havia um incômodo muito grande por parte de alguns membros, ao verem que excelentes policiais não passavam no teste, o que segundo José Roberto Benedito Pereira, aumentava a desconfiança de que a *CIA* queria os policiais mais dóceis, obedientes, ou seja, os cooptáveis. O teste do polígrafo era uma condição para o financiamento e aos aprovados eram garantidos bons equipamentos, custeio de

¹¹¹ Delegado de Polícia Federal Daniel Lorenz de Azevedo. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹¹² “A CIA e Companhia”. *Carta Capital*, 21 de abril de 2004. Disponível em: <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/287/>. Acessado em 07 de maio de 2015

¹¹³ Delegado de Polícia Federal Daniel Lorenz de Azevedo. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

operações e gratificações de cerca de 600 dólares.¹¹⁴ Essa “realidade” ilegal chocava-se com a infraestrutura, equipamentos e treinamentos oferecidos a uma grande parcela da PF, que trabalhava sem os mesmos recursos, o que causava uma grande celeuma:

[...] o camarada [...] tão influenciado está que tem o desprante de levantar e dizer que não admitia que se criticassem os americanos porque, graças aos americanos, ele podia viver com dignidade numa época em que todo mundo passava miséria no departamento.[...] “E os outros infelizes [faz referências àqueles que não atuavam no CDO] que não recebiam os US\$ 600 viviam do que?”¹¹⁵

A revista *Carta Capital* publicou, a partir de 1999, uma série de reportagens sobre a atuação “ilimitada” da *CIA* no Brasil, e em 2002 a revista *Istoé*, por meio da reportagem “A *CIA* continua no Brasil”,¹¹⁶ torna público o que desde 1988 vinha ocorrendo dentro do DPF. Segundo a reportagem da revista *Istoé*, de 1997, acusações de vários policiais sobre a ingerência da *CIA* no DPF, dentre eles o delegado José Roberto Benedito Pereira, resultaram em uma sindicância na Corregedoria do Departamento, que apesar da grande movimentação, não resultou em nenhuma medida que inibisse a atuação ilegal da *CIA* dentro do DPF. Em entrevista à revista, Artur Lobo Filho, corregedor que investigou a atuação da *CIA* no DPF em 1997, afirmou que acredita que a sindicância foi engavetada justamente pelo poder de mando que a *CIA* tem na cúpula da Polícia Federal, e também por medo de se provocar um escândalo. Apesar de ter colocado “panos quentes” na sindicância, o embate interno entre delegados e agentes continuou, pois vários membros não concordavam com a submissão a que o órgão estava sujeito. Novas reportagens foram publicadas sobre o assunto a partir de 1999, desencadeando a abertura de uma nova sindicância em 2003 sob a responsabilidade do

¹¹⁴ “A *CIA* e Companhia”. *Carta Capital*, 21 de abril de 2004. Disponível em: <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/287/>. Acessado em 07 de maio de 2015

¹¹⁵ “A *CIA* e Companhia”. *Carta Capital*, 21 de abril de 2004. Disponível em: <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/287/>. Acessado em 07 de maio de 2015

¹¹⁶ “A *CIA* continua no Brasil”. *Isto é*, 21 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.istoec.com.br/reportagens/22226_A+CIA+CONTINUA+NO+BRASIL. Acessado em 15 de maio de 2015.

delegado Rômulo Fisch de Berrêdo Menezes. Segundo entrevista também à revista *Carta Capital*, o que mais preocupava o delegado era a falta de formalidade jurídica para a atuação do CDO e o fato de em nenhum lugar aparecer por escrito sobre seu ente financiador. Dessa nova sindicância, resultou um inquérito sobre o CDO que, dentre os convocados para prestar esclarecimento, estaria o delegado Daniel Lorenz de Azevedo. Sobre as denúncias apresentadas pela revista *Carta Capital* relativas ao apoio e investimento dos Estados Unidos na Polícia Federal sem uma regulação, o delegado Lorenz confirma ter feito parte do programa e justifica que, independente da regulamentação, o mais importante seria resolver a operação, seguindo uma lógica de que “os fins justificam os meios”:

[...] Se o governo americano me dá cem mil dólares e eu faço o câmbio desse dinheiro, ou vem em reais, normalmente vinha em reais, eu presto contas para o governo americano e deixou meus balancetes ali para quem quiser me fiscalizar, onde é que não existe transparência nisso? Você acha que eu vou abrir uma conta em meu nome para receber esse dinheiro e como que eu vou explicar na Receita Federal que não existe acordo de cooperação e que eu tenho uma conta que recebe dinheiro.[...] o dinheiro é bom, ele é bem vindo e justo na medida em que o país que não tem a estatura financeira dos Estados Unidos possa arcar com todas as operações sozinho, então eles arcavam com uma parte e nós com a outra.[...] Você não pode partir do pressuposto que só porque eu recebo dinheiro que por sinal eu não fui à embaixada e bati na porta e disse: “Vem cá passa um dinheirinho para fazer uma operação”. Não, o diretor geral do departamento disse que eu iria ser o novo chefe do programa, virá um americano, você receberá dinheiro, vai fazer as operações e vai prestar conta. E eu cumpri a missão, e cumpri bem, em dois anos foram onze toneladas e meia de drogas e os principais traficantes presos [...]¹¹⁷

Devido à total ingerência dos norte-americanos (leia-se *CIA*) no CDO e, por consequência, na Polícia Federal, o CDO teve seu fim em 2003, com a operação denominada Anaconda. Sua “herança” foi redirecionada para o combate ao terrorismo, após a explosão das Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001.

¹¹⁷ Delegado de Polícia Federal Daniel Lorenz de Azevedo. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

No entanto, o CDO não foi o único órgão norte-americano a evidenciar a ingerência dos Estados Unidos no combate ao narcotráfico no país. Antes mesmo da criação do CDO, foi elaborado um termo de cooperação envolvendo os dois países. Em trabalho recente, Priscila Brandão analisa a cooperação internacional brasileira em termos de inteligência criminal, envolvendo o continente americano na luta contra o narcotráfico e identificou como esta agenda substituiu a Guerra Fria dos anos de 1990 (BRANDÃO, 2014). Em 3 de setembro de 1986, foi realizado entre o *Drug Enforcement Administration/DEA* e o Departamento de Polícia Federal, um “Acordo para o Combate ao Narcotráfico”. Segundo Brandão, um dos desdobramentos desse acordo seria a criação de um Grupo de Investigação Sensível (GISE), dentro do DPF, instalados em diversas Superintendências Regionais do DPF no Brasil. Por meio desse acordo, a Polícia Federal recebe, anualmente, recursos técnicos e financeiros para o desencadeamento de operações específicas. Assim como no CDO, a técnica de recrutamento GISE está diretamente e previamente relacionada à submissão ao teste do polígrafo. Com o passar do tempo, o CDO começou a concorrer com GISE nos assuntos relacionados ao narcotráfico.¹¹⁸

A principal diferença existente em relação à GISE/DRE (Divisão de Repressão a Entorpecentes)¹¹⁹ e o CDO/*CIA* diz respeito ao fato de não haver nenhum instrumento jurídico que regulasse a existência do CDO. Até tentou-se argumentar sobre a legitimidade da cooperação entre *CIA* e CDO por meio da Rede Internacional Antinarcóticos/RIAN. Tal acordo instituía que as despesas de operacionalização dessa rede ocorreriam por conta do ente patrocinador, no entanto, não definia quem era o

¹¹⁸Agente de Polícia Federal Júlio Oscar Zuse. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹¹⁹Atualmente o setor responsável pelo combate ao tráfico de drogas dentro do DPF é o CGPRE (Coordenação-Geral De Polícia De Repressão a Drogas). Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/institucional/quem-e-quem>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

patrocinador, quais seriam as autoridades competentes para assiná-los, e o que é pior, sempre se tratou de uma via de mão única, em que as informações apenas seguiam do DPF para a *CIA*.

Da mesma forma que ocorreu com o CDO, ao abordar a criação destas duas parcerias envolvendo a Polícia Federal e o governo dos Estados Unidos, temos o objetivo de destacar uma questão: não obstante a presença do delegado Romeu Tuma na Direção Geral do DPF representasse uma manutenção do *status quo* militar, foi nessa mesma gestão que foram dados os primeiros passos para se efetivar o projeto de profissionalização da Polícia Federal no que tange ao combate ao narcotráfico. Mudanças e permanências podem ser identificadas na gestão que procurou promover uma transição institucional da Polícia Federal para um foco menos orientado à manutenção da ordem pública, ainda que tivesse ensejado um alto grau de corrupção dentro do órgão.

Com a saída de Romeu Tuma em 1992, quem assumiu a Direção Geral da Polícia Federal foi o delegado de polícia Amaury Galdino, o primeiro “DG” escolhido entre os próprios quadros da PF. A importância da indicação do nome de um membro do quadro interno do DPF está relacionada à guerra interna que foi instalada dentro da PF desde o fim do regime militar, quando, a partir de então, houve uma expectativa, sobretudo por parte dos delegados, de que a “vez deles dentro da instituição havia chegado”. Em protesto à nomeação de Tuma, muitos delegados pediram aposentadoria, motivando a primeira divisão histórica da PF.¹²⁰ Ao chegar ao órgão, assim como os outros diretores, Galdino escolheu os seus protegidos, ensejando a criação de um

¹²⁰ LUIZ, Edson. “Cargo deixado há um mês e meio por Chelotti deve continuar vago até fim de apuração envolvendo BC”. Página do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/4/zn041729.htm> Acessado em 15 de agosto de 2015.

primeiro “grupo” dentro da PF. No entanto, apesar da indicação de um quadro interno, essa troca continuou não implicando em algum tipo de mudança substancial, pois Galdino, assim como Tuma, tentou manter a PF atrelada aos militares e a seus órgãos de informação (para os militares naquele momento, perder as informações privilegiadas da PF ainda seria uma questão fora de cogitação). Galdino havia sido um antigo colaborador do SNI e presidiu vários inquéritos contra opositores da ditadura, e o que é pior, o nome de Galdino consta nas várias listas de torturadores produzidas no país, inclusive no livro *Brasil: Nunca Mais*. Galdino ficou pouco tempo na direção do órgão, entrou em abril de 1992 e já saiu em julho de 1993. Em um determinado momento, ele se desentendeu com Tuma e afastou dos cargos de chefia vários homens a ele ligados, criando um “segundo grupo” dentro da PF e uma série de problemas que ainda se agravaria pela emergência de uma greve histórica dentro da Polícia Federal, com direito à intervenção do Exército. Essa crise foi a desculpa necessária para que novamente fosse nomeado um militar para conduzir o órgão, o coronel da reserva Wilson Romão, que também ficou no cargo por apenas dois anos. Romão seria um nome indicado pelos militares para acabar com a indisciplina dentro do órgão. Ficou muito conhecido no meio civil em função do chamado “Escândalo da Pasta Rosa”, quando cedeu às pressões do falecido governador Antônio Carlos Magalhães (ACM).¹²¹ Na época, durante a investigação que conduziu à descoberta de uma série de contas fantasmas que envolviam supostas contribuições eleitorais na Bahia, ACM deu um telefonema a Wilson Romão ameaçando utilizar a Polícia Civil da Bahia para prender o delegado Roberto Chagas Monteiro, que conduzia as investigações. As investigações foram

¹²¹ O senador Antônio Carlos Magalhães, conhecido, também, pela sigla ACM, foi um político com base eleitoral na Bahia e começou sua carreira política em 1954 quando foi eleito Deputado Estadual por esse estado. Foi apoiador do regime militar e do governo do presidente José Sarney. Nos anos 2000 teve seu nome envolvido em vários escândalos de corrupção.

suspensas, Monteiro foi retirado da Bahia e excluído do inquérito, sendo imediatamente transferido para Buenos Aires na condição de adido militar.¹²²

Romão foi o último militar que ocupou a Direção Geral do DPF. Foi substituído por Vicente Chelotti, um homem de poucos escrúpulos, considerado um herói para uma grande parte dos membros da Polícia Federal, sobretudo os delegados. Chelotti viabilizou o crescimento do corporativismo dos delegados e, desde então, apenas delegados da instituição se sucederam na Direção Geral do órgão. Chelotti ficou como Diretor Geral da Polícia Federal durante longos quatro anos (15/02/1995 a 08/03/99). Sua identidade com a corporação, a amizade com o ex-ministro da Justiça Nelson Jobim desde a sua juventude e o grande círculo de relações com representantes conservadores do Congresso, seriam os pilares que explicam a longevidade do Diretor Geral da Polícia Federal. “Sua presença no comando da PF pacificou a corporação após anos mergulhada em confrontos com o governo federal desde 1985, alguns liderados por ele mesmo”. Em 1993, com a nomeação do coronel Wilson Romão para a Direção do Cargo, no governo Itamar Franco, Chelotti comandou uma tumultuada greve de policiais federais, quando foram chamados pela imprensa de baderneiros, “devido à virulência com que tentavam impor suas reivindicações”.¹²³ Inimigo declarado de Tuma, o período de Chelotti foi marcado por uma guerra fratricida, exposta por meio de uma verdadeira “briga de grampos”. Em sua gestão, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi grampeado, assim como ele, o próprio Vicente Chelotti, também teve seu telefone grampeado, revelando bastidores de uma polícia e de uma política muito suja.

Chelotti tinha uma briga interna com os homens próximos a Romeu Tuma. Com o argumento de se instalar grampos com fins de investigação criminal, integrantes da

¹²² FORTES, Leandro. “Polícia para quem precisa”. *Carta Capital*, 28 de maio de 2013.

¹²³ “Chelotti pacificou a PF que vivia em constantes crises”. *Jornal do Comercio*. Recife, 04 de julho de 1998. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0407/br0407e.htm. Acessado em 15 de julho de 2015.

antiga Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) grampearam telefonemas de Chelotti com uma funcionária do órgão, infiltrada na própria DRE para investigar possíveis desvios no setor de combate ao narcotráfico. Historicamente, com a presença do GISE (e do dinheiro americano), alocado na DRE, houve um crescimento desse setor sobre o controle de Tuma que, apesar de sair do órgão, continuou a exercer um grande controle e influência. A gestão de Chelotti, interessada em esvaziar os poderes do ex-diretor, procurava investigar não só os possíveis desvios ocorridos dentro da DRE, como o envolvimento de policiais federais no assassinato do traficante “Paulo Sércius”, o que foi considerado como uma queima de arquivo. Esse traficante havia recebido US\$2 milhões de uma rede de narcotráfico ligada à máfia italiana e foi assassinado um mês antes de depor na investigação. A expectativa era de que o depoimento do traficante revelasse a participação de policiais federais no tráfico de entorpecentes.¹²⁴ As gravações entre Chelotti e a secretária, que revelaram conversas íntimas entre os dois, foram realizadas pelo setor de inteligência da própria DRE, com o objetivo de intimidá-lo. A suspeita do grampo recaiu sobre o delegado da PF, Carlos Alberto Cavaleiro, que havia sido assessor de Tuma.¹²⁵

Em reportagem especial produzida pelo jornalista Bob Fernandes em 1999, foi exposta uma série de detalhes desta trama. Apresentando o perfil do lendário Edgar Hoover, que chefiou o FBI durante 48 anos, a reportagem afirma que Chelotti se considerava o “Hoover” do Brasil. Já havia sido presidente da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal (ANSEF),¹²⁶ da Associação Nacional dos Delegados de

¹²⁴ FIGUEIREDO, Lucas. “Crise Federal: policiais grampeiam conversa de diretos do órgão com funcionária que investiga setor de entorpecentes”. *Folha de São Paulo*. 19 de julho de 1998.

¹²⁵ FIGUEIREDO, Lucas. “Crise Federal: policiais grampeiam conversa de diretos do órgão com funcionária que investiga setor de entorpecentes”. *Folha de São Paulo*. 19 de julho de 1998.

¹²⁶ A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA POLÍCIA FEDERAL – ANSEF NACIONAL – foi fundada em 11 de novembro de 1978, na Capital Federal, sob a denominação de Associação dos Policiais Federais. É uma sociedade civil de direito privado, entidade de grau superior, com fins não econômicos e de caráter federativo. Dedicar-se à “defesa, organização, coordenação, proteção dos direitos

Polícia Federal (ADPF),¹²⁷ e vice-presidente da Confederação Nacional dos Delegados. Ou seja, sempre se utilizou do sindicalismo como instrumento de empoderamento da categoria e órgão de pressão sobre os vários governos que se sucederam, configurando uma prática evidente ainda nos dias de hoje:

Chelotti montou País afora, com a ajuda de porções de associações e sindicatos de servidores, agentes e delegados da PF, uma rede. Em cada Estado, em cada região, agentes e delegados trabalham para a polícia e, ainda mais, para manter Chelotti e seu núcleo no poder.¹²⁸

Além de inimigo de Tuma, Chelotti não contava com a simpatia do poderoso chefe da Casa Militar (posteriormente Gabinete de Segurança Institucional/GSI) de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o general Alberto Cardoso, e também possuía inimigos na Secretaria de Assuntos Estratégicos/SAE, na Procuradoria Geral da República, no Congresso e no Planalto. A briga com o general Alberto Cardoso ocorreu, primeiro, em função da recusa de Chelotti em trabalhar de forma cooperada com o setor de inteligência do governo federal, conduzido pelo general. Alberto Cardoso havia criado a Secretaria Nacional Antidrogas, responsável por executar uma política nacional de prevenção ao uso de drogas, e nomeou como seu responsável o prestigiado desembargador Walter Maierovith, com quem Chelotti se recusava a cooperar. Na realidade, houve um boicote sistemático da PF às atividades desenvolvidas pela SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas).¹²⁹ A abertura da Secretaria foi vista como um

e interesses coletivos e individuais e representação profissional dos servidores da Polícia Federal e de suas entidades associativas afiliadas”. Disponível em: <http://www.ansef.org.br/site/index.php/institucional/estatuto>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

¹²⁷ A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) foi fundada em 29 de outubro de 1976, em Brasília, sendo a primeira entidade de classe representativa dos delegados de Polícia Federal no Brasil. Disponível em: <http://www.adpf.org.br/adpf/portal/institucional/associacao.wsp>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

¹²⁸ FERNANDES, Bob. “Casos de Polícia. A PF de Chelotti trama para acobertar escândalos, intimidar o topo da República e perpetuar-se no Poder”. *Carta Capital*. 03 de março de 1999.

¹²⁹ A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas –SENAD- foi criada pela medida provisória nº 1669, de 1998 e posteriormente transferida para a estrutura do Ministério da Justiça pelo Decreto Nº 7.426, de 7

órgão com quem a PF teria que disputar espaço e orçamento. Outro problema foi a denúncia das gravações no episódio conhecido como o “Grampo do BNDES”, que quase derrubou o general Alberto Cardoso da Casa Militar. A existência das fitas contendo as gravações foi denunciada pelo jornalista Elio Gaspari em sua coluna no dia 08 de novembro de 1998, e explicitavam um diálogo do ex-presidente FHC com o ex-presidente do BNDES,¹³⁰ André Lara Rezende, às vésperas do leilão da Telebrás, autorizando o uso do seu nome para influenciar a cúpula do Banco do Brasil e da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil)¹³¹ a participar do consócio com a Brasil Telecom.

O general Alberto Cardoso declarou naquele momento que uma dessas fitas havia sido encontrada debaixo de um viaduto e, embora a investigação fosse de competência policial, um dossiê preparado sobre as denúncias permaneceu nas mãos do general por mais de um mês, sendo entregue para a PF apenas depois de a imprensa começar a publicar trechos de gravações e de documentos. A cobrança da oposição pela formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, apoiada por setores da hierarquia da Polícia Federal, manteve o general sob pressão durante um longo período. A chamada “área militar”, que durante anos havia sido responsável por conduzir todos os serviços de inteligência, inclusive o da PF, não aceitava o que denominavam “hierarquia

de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/copy_of_Politicas-sobre-Drogas. Acessado em 31 de outubro de 2015.

¹³⁰ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, foi fundado em 1952 com o objetivo de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico. A partir de 1964 o BNDES passa a abrir escritórios regionais em São Paulo, Recife e Brasília. Como também, passa a operar em parceria com uma rede de agentes financeiros credenciados e espalhados por todo o Brasil. Em 1971 ele passa a ser uma empresa pública e amplia ainda mais sua atuação sendo que na década de 1990 o BNDES teve papel importante no processo de privatização das grandes estatais brasileiras. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html. Acessado em 31 de outubro de 2015.

¹³¹ A PREVI foi criada em 1904 para garantir segurança e tranquilidade para os funcionários aposentados, mas, ao longo dos anos, foi diversificando seus investimentos, como por exemplo: no setor imobiliário. Disponível em: <http://www.previ.com.br/a-previ/nossa-historia/>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

paralela”, organizada por Tuma durante sua gestão, e nem o “corporativismo” engendrado por Chelotti.¹³²

A longevidade de Chelotti à frente do órgão teria se dado em função de ameaças exercidas sobre o ex-presidente e o ministro da Justiça Iris Rezende, após a identificação do seu nome na origem do escândalo conhecido como Caso Sivam: “Tenho o homem na minha mão, não saio daqui”.¹³³ Em função da divulgação dessa frase, desencadeou-se uma nova crise, agora envolvendo o ministro da Justiça Renan Calheiros, com o general Alberto Cardoso. A saída de Chelotti foi acertada por FHC com Renan Calheiros, que havia meses tentava articular essa saída de modo pouco traumático. O desafio do ministro da Justiça era o de encontrar um substituto que estivesse desvinculado dos principais grupos que disputavam o poder dentro da PF. Calheiros temia que, sem conseguir um nome de consenso, corria o risco de “sucumbir ao rolo compressor” montado pelo então senador e ex-diretor do órgão Romeu Tuma, para indicar o seu sucessor. Uma das primeiras pessoas procuradas por Renan foi justamente o general Alberto Cardoso, naquele momento em conflito aberto contra Chelotti. Cardoso concordou com a necessidade de demissão de Chelotti, mas não chegou a um denominador comum com o ministro. O desafio era encontrar um nome “sem manchas”, ou seja, que não estivesse ligado a nenhum partido, a nenhum grupo interno da PF, e que fosse por eles aceito. Pairava ainda, nesse momento, um temor de que, a exemplo do que havia ocorrido em 1993, houvesse a volta de um militar à direção do órgão.

¹³² MONTEIRO, Tânia e MARQUES, Hugo. “Ministro da Justiça recebe ordem do Planalto para substituir Vicente Chelotti”. *O Estado de São Paulo*. 04 de março de 1999. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn030417.htm>. Acessado em 17 de julho de 2015.

¹³³ FERNANDES, Bob. “Casos de Polícia. A PF de Chelotti trama para acobertar escândalos, intimidar o topo da República e perpetuar-se no Poder”. *Carta Capital*. 03 de março de 1999.

Com a saída de Chelloti, assumiu em seu lugar, interinamente, o delegado Wantuir Jacine, iniciando a queda de braço entre Renan Calheiros e Alberto Cardoso. Em princípio, Calheiros brigou para impor o nome de Jacine como DG definitivo. A ideia de Calheiros seria “mudar uma estrutura que impera há pelo menos 15 anos na polícia”; para tanto, declarou que iria garantir que o novo DG seria: “um delegado de carreira, capaz de pôr fim às divisões existentes na PF, tarefa que nenhum outro ministro conseguiu fazer. Pacificar ou unir as alas existentes só foi possível durante a ditadura, quando o comando era dos militares”.¹³⁴ No entanto, a permanência de Jacine não era aceita por Alberto Cardoso. Para Cardoso, a sua permanência implicaria na manutenção do poder de Chelotti, pois, apesar de sua saída, o delegado continuou despachando em uma sala ao lado da do Diretor Geral, bem como acompanhava Jacine em várias atividades, a exemplo do depoimento que o diretor prestou à CPI do Narcotráfico.¹³⁵

Cardoso patrocinou o nome do delegado João Batista Campelo, apoiado pela Federação Nacional da Polícia Federal (FENAPEF). As ameaças que continuaram a pairar sobre Alberto Cardoso e que contavam com o apoio do Diretor Geral interino, Wantuir Jacine, acabaram por ajudar a derrubar Jacine e a impor o nome de João Batista Campelo. O Ministro do Exército, Gleuber Vieira, havia saído em defesa do general, divulgando por meio do boletim *Informex*: "O Exército reitera sua plena confiança na conduta ilibada do general Cardoso e repele, com veemência, as insinuações dirigidas contra a pessoa desse honrado chefe militar".¹³⁶ A intenção do general era demonstrar

¹³⁴ LUIZ, Edson. “Cargo deixado há um mês e meio por Chelotti deve continuar vago até fim de apuração envolvendo BC”. Página do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/4/zn041729.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2015.

¹³⁵ ABRUCIO JR, Milton. “Cercos ao Cargo”. *Revista Época*. 13 de novembro de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI184585-15518,00.html>. Acessado em 20 de julho de 2015.

¹³⁶ ABRUCIO JR, Milton. “Cercos ao Cargo”. *Revista Época*. 13 de novembro de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI184585-15518,00.html>. Acessado em 20 de julho de 2015.

que Cardoso significava muito mais um representante do Exército no governo, do que o contrário.

Outra disputa aberta para a nomeação da chefia da PF uniu dois políticos que, naquele momento, viviam em intenso conflito: o ministro José Serra e o senador Antônio Carlos Magalhães. Os dois queriam impor o nome do delegado Marcelo Itagiba, naquele momento lotado no Ministério da Saúde. No entanto, o auge do conflito ainda se concentrava entre Alberto Cardoso e Calheiros, e a pressão do PMDB para emplacar Wantuir Jacine naquele momento foi muito forte. O ex-ministro das Telecomunicações, Pimenta da Veiga, acusou o PMDB de invadir a competência do presidente da República. Talvez por isso mesmo tenha havido uma resistência muito grande de FHC em aceitar nomeá-lo.

Enfim, na disputa envolvendo Cardoso e Calheiros, venceu o general. Campelo tomou posse na Polícia Federal no dia 15 de junho de 1999. Em entrevista realizada à *Revista Época* no período, Walter Maierovich endossou a indicação:

Pela consideração que eu tenho ao presidente da República, que resolveu fazer uma nomeação técnica, acho que é um nome que merece todo o respeito. Se ele entender que a secretaria está aqui para ajudar, vamos juntos desfraldar a bandeira da sinergia.¹³⁷

Apesar de toda a crise e de vencer a guerra de braço, a gestão de Campelo foi a mais curta da PF. O caso parecia encerrado quando uma antiga denúncia surgiu contra o delegado, levando-o a renunciar seis dias depois, em 21 de junho de 1999. O delegado João Batista Campelo era ligado ao serviço de informações e às atividades de repressão na ditadura e, pouco antes de tomar posse, foi acusado de ser conivente com a tortura pelo ex-padre e professor universitário José Antônio Monteiro:

¹³⁷ FARIA, Tales e EVELIN, Guilherme. “Um juiz em Guerra”. *Revista Isto é*, 23 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe-temp/vermelha/155102.htm>. Acessado em 14 de julho de 2015.

Depois de uns 15 dias, saí da Polícia Federal e fui para a Polícia Militar. Foi quando a Justiça Militar se dirigiu de Fortaleza para São Luís e ouviu meu depoimento. Eu disse que tinha sido preso pelo cidadão João Batista Campelo, torturado na presença dele, que via as agressões e não fazia nada. Depois desse depoimento minha prisão foi relaxada.¹³⁸

Ao ser perguntado se alguma vez João Batista Campelo o teria torturado pessoalmente, ele respondeu: "Psicologicamente, sim. E ele assistia às agressões que eram feitas e sabia quando eu era colocado no pau-de-arara. Uma das vezes, depois que me tiraram do pau-de-arara, ele voltou e continuou a me interrogar. Eu estava bastante suado, bastante cansado".¹³⁹ Fernando Henrique aceitou a demissão de Campelo, que retornou para o estado de Roraima, reassumindo a função de Secretário de Segurança. O mais interessante dessa parte, como muitíssimo bem destaca Jorge Zaverucha, foi o fato de o general Alberto Cardoso ter enviado um bilhete de próprio punho, por fax, ao governador Neudo Campos, cumprimentando-o pela decisão de manter o convite para que o delegado ficasse na secretaria. Ou seja, em meio à crise e às denúncias envolvendo o general Alberto Cardoso no caso das fitas do BNDES e do delegado Campelo no caso de tortura do ex-padre, FHC demitiu Campelo, mas manteve Cardoso, quem não só indicou um torturador, como fez questão de prestigiá-lo junto ao governador de Roraima: "Um ministro de Estado elogiando um torturador. Torturar é proibido em Brasília, mas em Roraima é digno de encômios".¹⁴⁰

Após a saída de Campelo, foi nomeado em seu lugar o delegado Agílio Monteiro, indicado por Pimenta da Veiga. Como a disputa envolvendo Polícia Federal e o Ministério da Justiça por um lado, e o general Alberto Cardoso e o Secretário da

¹³⁸ DIÓGENES, Ana Márcia. "Quem é o réu? Processo contra o povo". Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd201299.htm>. Acessado em 20 de julho de 2015.

¹³⁹ DIÓGENES, Ana Márcia. "Quem é o réu? Processo contra o povo". Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd201299.htm>. Acessado em 20 de julho de 2015.

¹⁴⁰ ZAVERUCHA, Jorge. "Poder militar entre o autoritarismo e a democracia." *São Paulo em Perspectiva*. V.15. n.4. São Paulo out/dez. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400009>. Acesso em 15 de julho de 2015

SENAD prosseguia, Monteiro tinha como uma de suas missões reaproximar a PF da SENAD. Segundo Calheiros, que ainda no começo do segundo mandato de FHC respondia pela pasta da Justiça, outra importante tarefa seria a de enfrentar os grupos que disputavam poder na PF. Nas palavras do ministro: “O novo diretor está acima dos grupos e irá assumir com carta branca para fazer as alterações que julgar necessárias na cúpula da PF”.¹⁴¹

No entanto, as pesquisas realizadas evidenciam que Agílio Monteiro foi um dos Diretores Gerais que fortaleceu o corporativismo dos delegados dentro da Polícia Federal e que explicitou a vertente político-partidária da PF de uma forma bem direta. Reconhecido tucano, Monteiro é filiado ao PSDB desde 2001 e esteve envolvido no escândalo conhecido como *Caso Lunus*, que prejudicaria irremediavelmente a candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República. Monteiro ganharia uma vaga para concorrer a deputado estadual pelo partido ainda naquele ano (2002), sendo que nas últimas eleições (2014) ainda se candidatou pelo partido, não sendo eleito.

A gestão de Monteiro, em sua maior parte subordinada ao ministro José Carlos Dias na pasta da Justiça, foi marcada por um esforço da Polícia Federal em ganhar autonomia em relação aos militares e por um processo inicial de modernização da Polícia Federal. A intensão era a de revigorar a instituição. No começo de 2000, 45% dos policiais federais brasileiros teriam entre 40 e 50 anos de idade, 71% da sua frota de veículos era composta por carros com mais de cinco anos de uso, os coletes à prova de bala da corporação viviam com a validade vencida, faltavam aeronaves, os helicópteros eram velhos.¹⁴² A “modernização” empreendida por Monteiro, que daria uma nova cara à Polícia Federal, seria possível em função da implementação de dois projetos

¹⁴¹ GONDIM, Abnor. “Calheiros defende mandato para a PF”. *Folha de São Paulo*. 24 de junho de 1999.

¹⁴² FORTES, Leandro. “A Polícia contra a caserna”. *Revista Época on line*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0.EMI160653-15518,00.html>. Acessado em 15 de julho de 2015.

elaborados em parceria com o governo francês, o PROMOTEC e o PRÓ-AMAZÔNIA, cujo orçamento inicial previra uma injeção de R\$1 bilhão.

Em dois anos de gestão, de acordo com o balanço realizado pelo Sindicato dos Delegados da Polícia Federal/SINDPF e divulgado na Revista Prisma, Monteiro teria realizado uma série de ações voltadas para a valorização profissional e para o desempenho policial, e teria promovido melhorias relacionadas à atividade-fim, a capacitação profissional e visado importantes medidas institucionais. Entre as medidas institucionais que os delegados destacam estão:

Resgate dos Valores do Órgão (Bandeira, Emblema e Hino do DPF; Juramento, Preceitos Éticos e Oração do Policial Federal), representados, principalmente, pela materialização da Galeria de Valores do DPF (instalada em todas as Unidades do Órgão); CD do DPF; Hasteamento Mensal de Bandeiras, de forma solene; exaltação do Hino do DPF, com a execução em todos os eventos cívicos e solenidades promovidos pelo Órgão; e da Galeria de Heróis da Polícia Federal (instalada na ANP). Trata-se do reforço dos Valores do Órgão, louvor à nacionalidade e a lembrança dos que forjaram a história do DPF com o sacrifício da própria vida. 33) Expedição de 19 Instruções Normativas-IN, e 9 Portarias Institucionais, destacando-se dentre elas: Consolidação dos Valores do DPF, Plano de Metas Anual (PMA), Plano Anual de Reparelhamento Policial (PARP), Programa de Mensagem Semanal de Motivação -MSM; Padronização de Telas de todos os Microcomputadores do DPF, criação de Postos Avançados e transferência da Delegacia de Polícia Federal em Porto Xavier/RS para Pelotas/RS.¹⁴³

Essas medidas institucionais paralelas ao projeto de recusa da influência militar indicam uma questão interessante. Apesar de buscar autonomia em relação à influência militar, seriam os valores da caserna os utilizados para a construção de um novo projeto para a Polícia Federal. Ou seja, apesar de querer romper com os militares, a PF nunca quis romper com uma estrutura militarizada, amparada em seus valores de hierarquia e disciplina. Este é o discurso utilizado até os dias atuais para justificar o tipo de estrutura institucional da polícia, que privilegia apenas o cargo de delegado.

¹⁴³ SAMPAIO, Bairton. “Entrevista Dr. Agílio Monteiro Filho. Dois anos de gestão. Credibilidade: a maior de todas as conquistas”. *Revista Prisma*. Abr.mai.jun.2001. Ano XIII – Nº 35.

Para as outras categorias da Polícia Federal, Agílio Monteiro seria reconhecido historicamente não apenas por sua posição tucana, mas por ter privilegiado os delegados em toda a sua gestão. Agílio nomeou um grupo apenas de delegados para elaborar a Lei Orgânica que estruturaria a Polícia Federal, privilegiando os delegados em todas as esferas possíveis. Esse projeto foi tão criticado, que foi necessário retirá-lo da discussão e nomear uma nova comissão para propor a Lei Orgânica. O sindicalista Francisco Garisto, um dos fundadores da FENAPEF, foi um dos líderes sindicais que denunciou essa supervalorização dos delegados por parte de Agílio:

Nós queremos única e simplesmente um diretor que seja, realmente, geral, pois os últimos dirigentes, em especial Agílio Monteiro e Itanor Carnerio, preocuparam-se apenas com seus interesses pessoais e os dos delegados, em detrimento das demais categorias.¹⁴⁴

Em sua pesquisa de mestrado, Bruno Lima afirma que “desde a queda de Chelotti em março de 1999, todos os sucessores são, de uma forma ou de outra, ligados ao grupo de Tuma e/ou de confiança dos militares” (ROCHA, 2004, p. 126). E logo na página seguinte, ao destacar o reconhecimento da importância da influência dos militares sobre a Polícia Federal, Bruno destaca que os militares passaram a tentar exercer um controle indireto “através das lealdades dos delegados do grupo de Tuma, e na defesa dos interesses corporativos desta categoria”.

Cremos que o nome de Agílio se aplica muito mais à segunda questão do que à primeira. Uma das poucas circunstâncias em que apontamos algum tipo de condescendência de Agílio com o grupo do Tuma está relacionada ao fato de ele ter se recusado a afastar o delegado Nascimento Alves Paulino. Paulino era para ter sido

¹⁴⁴ “FENAPEF reuniu-se com o diretor-geral do DPF”. FENAPEF, Brasília, 28 de março de 2002. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwjg1rzkwJXHAAhUGHx4KHQluAHc&url=http%3A%2F%2Fwww.sindipoldf.org.br%2Fquivos%2FFENAPEFreuniu.doc&ei=ut_DVeCRDYaeIncgbgH&usg=AFQjCNEOh7dmqGWHAOXIrBWGziB00eIbkQ&sig2=LFOkVSAMG23pBJ8UvD_hYw&bvm=bv.99556055,d.dmo. Acessado em 15 de julho de 2015.

afastado ainda na gestão de Chelotti, em função da medida provisória 1.705, de 1998, que tornava obrigatória a suspensão preventiva de policiais envolvidos em casos de atos lesivos ao patrimônio da corporação. Figura de grande influência dentro do órgão, Paulino teria chegado, até mesmo, a ser cotado para DG após a saída de Campelo. No entanto, os nomes que acabaram ganhando força foram os de Monteiro e o de Yoshi Oshiro. Paradoxalmente, a indicação de Oshiro teria sido descartada, justamente em função de ele ter se indisposto com o grupo de Tuma, o que em tese indica que Monteiro teria alguma aproximação. “A avaliação era que essa rusga comprometeria sua autoridade e trânsito na corporação”.¹⁴⁵ Outro fator que nos levaria a discordar de Bruno Lima em relação ao fato de posteriormente todos os DG’s terem sido influenciados, de alguma forma, pela turma de Tuma, diz respeito ao fato de que naquele período, um dos grandes problemas a ser enfrentado por Agílio era o de lidar com o presidente da FENAPEF, Jorge Venerando, que classificava a nova escolha para DG como uma continuidade da administração de Chelotti,¹⁴⁶ e Chelotti era inimigo de Tuma. Além disso, ao se classificar as divisões internas da Polícia Federal, existe a classificação da turma do Tuma, em paralelo com a turma do Agílio.

Na realidade, em uma análise externa, é possível confundir um pouco essa dança das cadeiras, as disputas para quem não pertence à instituição talvez não estejam tão claras, pois apesar de Agílio ser acusado de ser uma continuidade de Chelotti, ele não só preservou delegados fieis ao Tuma, como, na sua saída, indicou o Delegado-Adjunto Itanor Neves Carneiro para assumir sua posição de Diretor Geral.

Itanor Neves Carneiro tomou posse já no mandato de Miguel Reale Jr como Ministro da Justiça e foi o DG responsável por responder perante o Ministério Público

¹⁴⁵ “Agílio Monteiro é o novo diretor da PF”. Diário do Grande ABC, 21 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/276715/agilio-monteiro-e-o-novo-diretor-da-pf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

¹⁴⁶ GONDIM, Abnor. “Calheiros defende mandato para a PF”. *Folha de São Paulo*. 24 de junho de 1999.

(MPF) sobre a influência dos EUA no DPF, momento em que o setor de combate ao narcotráfico – a DRE – foi empoderado. Itanor Carneiro assumiu em abril de 2002 e começou sua carreira como escrivão na Polícia Civil de São Paulo, quando já seria, segundo Bruno Lima, do grupo de Tuma (ROCHA, 2004, p.127). De acordo com Lima, Itanor havia passado por funções não operacionais no órgão, “furado” a greve de 1994, na SR/SP, justamente quando o Exército a invadiu.

A sua entrada também contou com o apoio do general Alberto Cardoso, mas no entanto, em função de um período fortemente marcado por uma crise financeira, ali permaneceu por apenas seis meses. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, a falta de dinheiro teria conduzido à sua saída. O DG teria se aproveitado da crise envolvendo uma intervenção federal no Espírito Santo e a saída de Miguel Reale Júnior da pasta da Justiça, para pedir sua demissão.¹⁴⁷

Em seu lugar assumiu, em princípio interinamente, o delegado Armando Possa, que foi posteriormente nomeado DG, permanecendo no cargo entre 25 de julho de 2002 e 08 de janeiro de 2003. Possa havia sido um dos “Ex-agentes sangue novo”, da turma que entrou por meio do concurso de 1972, havia sido instrutor de defesa pessoal e de judô da Academia Nacional de Polícia e era da turma de Itanor, que por sua vez era da turma vinculada a Tuma. De acordo com matéria veiculada pela FENAPEF, órgão que desde meados da década de 1990 promoveu vários enfrentamentos com os delegados (destacando que sempre “com alguns delegados”, pois os agentes também tinham suas preferências em relação aos grupos de delegados em disputa pelo poder dentro do órgão), Possa, em princípio, foi um DG que buscou uma maior interlocução com os sindicalistas. Entre as principais propostas discutidas entre o diretor e representantes da FENAPEF em agosto de 2002, estariam a necessidade da derrubada da MP51/2002, que

¹⁴⁷ “Corporativista”. *Estado de São Paulo*, 10 de julho de 2002. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-sem-dinheiro-para-dar-protacao-candidatos,20020710p53371>. Acessado em 20 de julho de 2015.

propunha uma “Guarda Fardada” composta por concursados de nível médio (a MP foi derrubada após uma grande mobilização da Federação); a discussão da Lei Orgânica (o diretor recebeu da FENAPEF uma outra proposta de estrutura orgânica elaborada durante o VII CONAPEF, Conselho Nacional da Polícia Federal, e defendeu que era a favor da carreira única, ao invés do modelo autoritário e hierarquizado elaborado pelos militares ainda vigente no DPF); a revisão da portaria que obrigava todo o quadro usar terno e gravata; entre outras questões. Possa deu início a algumas dessas discussões, mas a sua gestão foi curta, pois ele saiu juntamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Após sua saída, várias de suas propostas foram arquivadas.

Delegado reconhecido como um profissional que realmente fez carreira policial, Possa era conhecido dentro do DPF como “A lenda viva” no combate às organizações criminosas. No relatório final de sua gestão, relativa ao ano de 2002, quando o DPF cumpria “38 anos de Existência”, Possa buscou demonstrar, por meio de resultados tangíveis, como houve um crescimento no volume de drogas apreendidas, de operações realizadas e inquéritos instaurados:



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O Departamento de Polícia Federal, ao completar 38 anos de existência, mostra através de resultados tangíveis, como o crescente volume de drogas apreendidas, operações realizadas e inquéritos instaurados, mais que uma maioria institucional, uma maturidade dos seus profissionais de polícia, responsáveis pelo eficiente e eficaz cumprimento das atribuições constitucionais inerentes ao Órgão.

Tão importante quanto a investigação, o trabalho da Polícia Federal exige integração entre os elementos da sua estrutura e, ainda, cooperação com os demais organismos públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

A atuação da Polícia Federal, de forma adequada, é resultante da sua capacidade de antecipar-se às situações que exigem preparação técnica, agilidade e, fundamentalmente, imparcialidade nas investigações.

Assim, como reflexo da capacidade profissional de todo seu corpo funcional, o Departamento de Polícia Federal apresenta o seu Relatório Anual de Atividades, referente ao exercício de 2002, com a certeza de haver contribuído para o aumento da segurança pública e a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

ARMANDO DE ASSIS POSSA
DIRETOR-GERAL

Com a entrada do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, foi nomeado para a pasta da Justiça, o advogado Márcio Thomaz Bastos. De acordo com a detalhada análise realizada por Bruno Lima, Bastos delegou, justamente ao então senador Romeu Tuma, a tarefa de escolher um novo Diretor Geral para o DPF. Sem cerimônia alguma, Tuma nomeou o delegado que o assessorava politicamente havia seis anos, Paulo Lacerda, quando se reiniciaram todas as discussões sobre a nova Lei Orgânica. Lacerda, naquele momento, em uma manobra totalmente pró-delegados, após um conjunto de encontros elaborados em busca de um consenso que envolveu representantes de todas as categorias do órgão para se pensar a nova estrutura, enviou para aprovação no Congresso Nacional a proposta que havia sido elaborada pela ADPF e anteriormente rejeitada pela maioria dos policiais, simplesmente ignorando o compromisso que havia feito com os servidores.

Muito se cogitou sobre o fato de a gestão de Lacerda ter impresso um novo perfil ao DPF com o desenvolvimento de um número ímpar de novas operações de inteligência, orientadas por novas metodologias investigativas e por diretrizes institucionais orientadas para a modernização e profissionalização dessa polícia. Até o ano de 2003, nunca antes a Polícia Federal havia tido um destaque tão grande junto à mídia, por meio da divulgação de suas operações de inteligência no combate à corrupção. No entanto, Lacerda deu continuidade ao processo de fortalecimento corporativo dos delegados e isso ficou evidente após a manobra e o plebiscito realizado pela FENAPEF em setembro de 2003, ou seja, pouco tempo depois de sua posse. Em um universo de 4.100 votantes (praticamente 50% do total de efetivos do DPF), Lacerda atingiu um nível de 91,8% de rejeição.¹⁴⁸

Dentro da disputa envolvendo a questão da influência dos militares dentro da PF, Lacerda tomou uma decisão que procurava refundar a percepção da sociedade em relação à Polícia Federal, afastando-a de quaisquer vínculos com a recente ditadura militar brasileira. Por meio da Portaria 598, de 15 de junho de 2004, publicada no Boletim de Serviço BS 114, de 16 de junho, Lacerda constituiu um grupo de trabalho composto por 4 delegados e 1 perito, para que realizassem uma pesquisa sobre a “verdadeira” origem da Polícia Federal, que possibilitasse ao Conselho Superior de Polícia concluir, com segurança, sobre a “efetiva” data de sua criação.¹⁴⁹ A conclusão do grupo foi a de que, ao contrário do que era usual na instituição, a comemoração do aniversário da Polícia Federal não poderia ser realizada em alusão ao novembro de 1964, quando foi aprovado o Decreto-Lei que regulamentava a ação de uma polícia efetivamente federalizada, mas deveria remeter ao projeto de Vargas de 1944, quando

¹⁴⁸ “PLEBISCITO: 4.100 Policiais votaram e 91,8% rejeitaram Lacerda”. FENAPEF. Brasília, 29 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.sinpefrs.org.br/site/plebiscito-4-100-policiais-federais-votaram-e-918-rejeitam-paulo-lacerda/>. Acessado em 25 de julho de 2015.

¹⁴⁹ “Apresentação”. *Departamento de Polícia Federal. 60 anos a serviço do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 16 de novembro de 2004.

foi criado o antigo DFSP. Ou seja, em 2002, Armando Possa comemora os 38 anos da Polícia Federal e, em um salto histórico, em 2004, Lacerda comemora os 60 anos da Polícia.

Uma análise da gestão de Lacerda de modo detalhado não cabe nessa discussão. A proposta da pesquisa era chegar até a formação da comissão. No entanto, interessa-nos destacar que, por meio de suas ações, Paulo Lacerda, amigo de Tuma, ao fortalecer o corporativismo do DPF, permite-nos perceber que, longe de se constituírem turmas com projetos distintos, tanto a “Turma do Tuma”, quando a Turma Corporativista, teve como objetivo fortalecer uma categoria institucional brasileira, o delegado de polícia, categoria a qual, ao longo de sua história, foi permeada por um conflito entre polícia científica, polícia política e polícia partidarizada. Mas a análise dessa categoria funcional, bem como a “pesquisa” realizada pela comissão nomeada por Lacerda, são objetos de “uma nova história”.

Considerações Finais

O Departamento de Polícia Federal teve seu processo de institucionalização marcado pela influência dos militares nas suas diversas áreas de atuação. Ao analisar este processo, demos destaque ao setor de informações/inteligência, por ter sido uma área de extrema importância, primeiramente pela relevância que teve ao longo de todo regime militar, e segundo, por ser extremamente representativa quando da mudança de enfoque da Polícia Federal pós-ditadura e principalmente no início dos anos 2000, quando se impôs uma ruptura da influência dos militares sobre o DPF.

O setor de informações/inteligência dentro da estrutura da PF esteve envolto tanto na problemática do início da Guerra Fria e no combate à subversão segundo a lógica por ela proposta, como também no seu declínio e na nova orientação dos Estados Unidos sobre a Polícia Federal, quando passou a enfatizar o combate à criminalidade complexa no lugar do combate ao inimigo interno, o subversivo/comunista. Justamente para entender a relevância e especificidades da área de inteligência, fez-se necessário abordarmos o seu conceito.

Assim como Antunes e Cepik, adotamos a perspectiva da inteligência como uma atividade exclusiva do Estado e de suas agências para exercer o seu dever constitucional de garantir a defesa e a segurança do território e dos cidadãos. Tendo a atividade de inteligência três matrizes de origem - Diplomacia, Guerra e Segurança Interna – coubermos a oportunidade de discutir e ampliar o debate sobre a origem dos órgãos de informação/inteligência no Brasil partindo da noção de Segurança Interna. Diferente do que ocorre nos Estados Unidos, no Brasil a organização da atividade de informação/inteligência interna, além de ter se configurado a partir da terceira matriz - de segurança interna, não se concentrou em um único órgão; ao contrário disso, teve

essa atividade disseminada nas Forças Armadas, nas polícias, no SNI e demais órgãos responsáveis pela informação ou repressão. A compreensão da Polícia Federal e de sua área de informação/inteligência a partir da terceira matriz e enquanto um projeto dos militares só foi possível a partir do momento que recuamos nosso olhar para um período anterior ao proposto por nosso recorte temporal - a ditadura varguista - com a criação do DFSP. O retorno às origens do DFSP conduziu nossa linha de raciocínio na construção da trajetória da Polícia Federal e nos possibilitou afirmar que se tratam de dois órgãos distintos.

O recuo à Era Vargas foi fundamental por dois motivos: primeiro para que pudéssemos reconstruir sua história institucional e compreender que a comemoração relativa à 1944 faz parte de uma política de memória defendida pelo atual Departamento de Polícia Federal (DPF), que procura desvincular-se do projeto autoritário do qual fizeram parte. O segundo motivo, mas não menos importante, é a compreensão de que o DFSP na ditadura passa a se chamar DPF, sem, contudo significar uma simples mudança de nomenclatura. Houve sim, desde antes mesmo da ditadura, interesse em fazer do DFSP uma polícia com abrangência nacional, mas tal proposta criava receio nos demais entes da federação. Por isso o parecer do DASP sobre a criação de um serviço de polícia que fosse de atuação federal foi limitado ao setor político, o que dividiu a atuação do DFSP em dois espaços geográficos: para os assuntos de natureza política, sua jurisdição seria nacional, mas para os demais assuntos de polícia civil, sua atuação seria de âmbito local.

Embora a polícia carioca tivesse *status* de um órgão federal, na prática ela não era federalizada. Ela influenciou diretamente os órgãos repressivos estatais, por meio do envio de agentes, treinamentos e orientações, mas isso ocorria por meio de convênios.

Inclusive, é esse tipo de atuação que envolve a presença de agentes vinculados ao governo federal em órgãos locais, com destaque para as respectivas DOPS.

Retomar o Estado Novo, além de legitimar a nossa hipótese sobre a criação do DPF, permitiu-nos perceber como a questão da “defesa da Pátria” amplamente defendida ao longo da ditadura varguista, não se restringiu apenas à duração do Estado Novo, mas foi, sobretudo, um projeto político que marcava o processo de transformação por que passava o Brasil, qual seja a construção de uma nação pautada pela defesa de valores conservadores e autoritários defendidos por uma elite social e política que não podia esconder seu temor em relação ao crescimento dos setores urbanos e industriais, representados principalmente pela classe operária. Envoltos pelo discurso da defesa da “moral e dos bons costumes”, esses valores estiveram presentes nas instituições e órgãos criados, dando a eles determinada dinâmica que possibilitou cristalizar práticas e valores, que corroborando a análise do neoinstitucionalista de March e Olsen, foram além de apenas um determinado período, marcou toda a trajetória da instituição e pesaram no processo de transição para a democracia pós-golpe.

Como bem nos mostrou o trabalho de Nilo Oliveira, mesmo durante os governos democráticos pós-Vargas e pré-ditadura, a atividade de informação e de repressão não foi apenas intensificada, como incrementada, centralizando todo o fluxo de informações em nível nacional por meio do trabalho da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, via SFICI.

Ao atestarmos que neste período houve intensificação dos trabalhos dos órgãos de informação com vista ao controle social, com a transferência da capital para Brasília e posteriormente com o golpe militar de 1964, vimos que a lógica da violência contra aqueles que significavam algum “perigo” para a “segurança nacional” brasileira foi

aprimorada em termos de repressão, que diante da oportunidade oferecida pelo poder autoritário pós 64, viabilizou a efetivação de uma polícia realmente federal.

Se anteriormente à ditadura militar o projeto repressivo coordenado pela Secretaria Nacional do Conselho de Segurança Nacional, principalmente por meio do SFICI, já atuava de maneira competente, ao longo do regime militar a noção de limpeza social por meio do combate aos comunistas tornou-se o ponto forte do regime. Com a criação do SNI, logo após o golpe de 1964, houve a ampliação dessa capilaridade de controle e repressão social, na qual mais uma vez nos saltou aos olhos como a trajetória política do Brasil, seja ela democrática ou não, foi marcada pela necessidade de vigiar e controlar os cidadãos para atender a ideia de defesa da moral e bons costumes tecida por uma parcela da sociedade indisposta a qualquer mudança em seu *status quo*.

Para atender a essa lógica de perseguição aos subversivos, mesmo antes da ditadura, o Brasil foi aprimorando e ampliando, com total apoio dos EUA por meio da OPS, toda a sua capacidade de informação/inteligência por meio de diversos órgãos civis e militares responsáveis por compor uma verdadeira teia de ação para assegurar a eficácia da convicção salvífica empreendida pelos militares. Dentro dessa perspectiva, a linha que separava a atividade de informação da de segurança (repressão), na prática, era muito tênue. Por isso, posteriormente, a criação do SNI e de uma polícia efetivamente federal foram dois grandes projetos dos militares. Se ao primeiro coube a missão de centralizar as informações, ao segundo coube, por meio da DPS, atuar como polícia política e compor o corpo profissional dos Dops e posteriormente dos DOIs no combate ao inimigo ideológico, juntamente com os membros das polícias estaduais e das forças armadas.

A DPS foi o setor de maior destaque dentro da estrutura da Polícia Federal e foi somente na ação enquanto polícia política que o DFSP podia se considerar federalizado

antes da efetiva aprovação do projeto dos militares. Nas demais áreas, havia uma polícia extremamente sucateada, com número de pessoal reduzido e mal formado devido ao aproveitamento dos ditos “gebianos” e dos diversos enquadramentos realizados para reaproveitar funcionários das mais diversas áreas para compor o corpo policial. O desenho de um quadro profissional qualificado para a função de polícia em âmbito federal inicialmente foi viabilizado por meio da parceria com os Estados Unidos, como ficou claro pelo depoimento do coronel Amerino Raposo, como também pelo parecer do consultor da OPS enviado para trabalhar no DFSP, que considerava como o maior problema do DFSP a falta de pessoal “competente”, o que seria corrigido com a ajuda e treinamento que seriam oferecidos ao órgão. Ao contrário do discurso apolítico da ajuda norte-americana às polícias estrangeiras e a preocupação em tornar as práticas policiais mais humanitárias, o verdadeiro objetivo foi extremamente político e focado na área de segurança nacional desse país, que ao oferecer ajuda aos vários países em que esteve presente por meio desse tipo de cooperação, passou a ter acesso às diversas informações relevantes para o controle da segurança interna dos países beneficiários. Prova disso seria a falta de preocupação dos Estados Unidos com a democratização das polícias, pelo contrário, este treinamento implicou em um resultado oposto: polícias mais violentas e militarizadas, uma vez que os responsáveis pelos treinamentos não provinham, na maioria das vezes, da polícia civil, mas das Forças Armadas ou de agências de segurança nacional dos Estados Unidos, o que direcionava o treinamento para esse perfil. A predominância militar no treinamento oferecido pelos Estados Unidos vinha ao encontro do que pretendia o governo militar, pois a Polícia Federal era um braço executivo do Exército e por isso foi organizada e dirigida por membros dessa Força Armada.

A polícia passou a conquistar um caráter efetivamente federal nos anos que se seguiram ao golpe militar, no entanto este processo que não ocorreu de forma imediata à sua constitucionalização, se cristalizou ao longo da ditadura.

O tipo de atividade repressiva que o DPF passou a implementar vinha, justamente, servir ao projeto repressivo dos militares, na medida em que o sistema como um todo, para conferir maiores graus de “legitimidade”, precisava do aparato jurídico que somente uma polícia judiciária poderia oferecer. Portanto, o Departamento de Polícia Federal, como passou a ser chamado a partir de 1967, foi assim estruturado para atuar como órgão de segurança em interlocução com os órgãos de informações das Forças Armadas, tanto na área da censura como nas ações repressivas. É nesse sentido que mais uma vez entendemos a reelaboração do DFSP e a consequente criação do DPF como parte de um projeto específico dos militares e desencadeado durante a ditadura militar, que visava fortalecer a capacidade operacional do Poder Executivo. Na prática, a Polícia Federal poderia ser compreendida como uma extensão do Exército e, portanto, como colaboradora dos demais órgãos de informações militares, pois atuava para o sistema repressivo e em consonância com seus objetivos.

O processo de distensão iniciado por Ernesto Geisel refletiu o embate entre a linha dura e os castelistas e também representou uma necessidade de negociação/barganha com a sociedade civil, não obstante os militares ainda tenham cobrado um alto preço para sair do governo. Aliás, no primeiro governo civil que se seguiu, é nítido que saíram do governo, mas não deixaram o poder. Entendendo a Polícia Federal como parte do esforço institucional de manutenção do poder para os militares, não nos é possível propor para ela uma passagem para a democracia que não reflita esse cenário, de uma transição por transação.

É possível perceber neste período um quadro de permanências e mudanças. Dentro do que consideramos como mudanças, tem-se o fortalecimento de um novo quadro de profissionais que, de certa forma, se distanciavam e se diferenciavam daquele pessoal alocado, enquadrado e formado logo após o golpe. Se autodenominavam “sangue novo” e, de certa maneira, pressionaram por mudanças ao focar seus interesses enquanto policiais, nas atividades que se distanciavam da atuação de uma polícia política.

Entretanto, as permanências foram de tal forma densas, que impactaram diretamente o desenho institucional que seria corroborado pelos parlamentares já no processo de composição da nova constituição. Teve início antes mesmo da transferência para o poder civil, quando a ação protetora do Exército deixou clara a necessidade de criar mecanismos que garantissem a segurança institucional de pessoas que estiveram envolvidas em ações de torturas e que pudessem ser alvo da justiça, pessoas que passaram para a Polícia Federal confirmando seu papel de *locus* de resistência ao processo de transição, como também de órgão civil diretamente ligado a ingerência militar.

Como vimos, a atuação militar dentro da Polícia Federal não se findou com o início da democracia. Muito pelo contrário, no início do governo Sarney, o cargo de Diretor Geral foi atribuído ao coronel Luiz Alencar Araripe, destacado representante da chamada linha dura. Posteriormente, apesar das expectativas, a entrada de um civil no cargo de Diretor Geral não rompeu com práticas e valores dentro da ditadura, ao contrário, eles (valores e práticas) tiveram uma longa permanência na história da PF em muito devido à gestão do civil Romeu Tuma.

A discussão da gestão Tuma foi essencial para a compreensão clara desse quadro de mudanças e permanências após o fim da ditadura militar. O perfil autoritário e seu

passado fortemente ligado aos militares garantiu a influência militar na PF, que usou e abusou de suas “boas” relações no ambiente político. Apesar de ter tido seu nome envolvido em casos de corrupção, sempre saiu ileso das acusações que lhe eram feitas.

Tuma esteve à frente da PF até o ano de 1992, ou seja, quando o Brasil já estava sob uma nova constituição, à qual foi efetivamente por ele influenciada no que dizia respeito às atribuições da Polícia Federal. Para além das ameaças produzidas por Tuma, a ausência de mudanças profundas nos setores de defesa e segurança pública foi fruto da falta de conhecimento, do cronograma, dos lobbies, das pressões de diversos setores, refletindo a tese proposta por Amy Zegart. A autora defende que quando se trata da criação/organização de instituições relacionadas à segurança pública, não há o mesmo destaque nas discussões parlamentares a exemplo do que é dado para as chamadas políticas domésticas (saúde, educação, transporte etc.). A respeito do que aconteceu com a ANC e a Polícia Federal, não houve interesse e espaço para a discussão do papel dessa instituição, era latente a pressão dos militares para garantir as prerrogativas e interesses das Forças Armadas. O novo desenho institucional foi fruto da correlação de forças entre os principais atores interessados.

Dessa forma, muito pouco foi feito, e sob uma direção conservadora e autoritária, o pouco que foi feito atendia o projeto de gestão Tuma. Se a Constituição Federal de 1988 não cedeu grande espaço para a segurança pública, essa liberdade foi imposta pelo próprio Romeu Tuma ao buscar visibilidade para essa área por meio de acordos ilegais com os Estados Unidos.

Ao mudar de foco com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a incentivar, financiar e divulgar novas técnicas de investigação para a Polícia Federal, que não muito diferente daquele contexto, significou mais um mecanismo de influência e ingerência no Brasil. Com base no apoio da CIA, a Polícia Federal pode realizar

grandes feitos na área investigativa e de combate ao narcotráfico. Por meio das cooperações com os Estados Unidos foi possível profissionalizar e equipar a PF como uma verdadeira polícia judiciária, foi o momento do “sangue novo” buscar crescimento profissional e fazer o trabalho de polícia como imaginavam. A área de informações, agora já denominada inteligência, sai da esfera de manutenção da ordem pública dentro de uma transição muito lenta, para ganhar caráter de cientificidade. Em função destas parcerias foram realizadas grandes operações e apreensões de drogas, ao mesmo tempo em que este projeto criou uma elite dentro da polícia federal, em que alguns (não estamos generalizando) tiraram um lucro pessoal muito grande.

Dessa forma, fica evidente que a gestão de Romeu Tuma foi paradigmática, tanto pelos legados autoritários como pelo rompimento com uma atividade policial sem profissionalização e técnica. No entanto, o desenvolvimento da área de inteligência para a resolução de grandes operações não significou rompimento com os militares, prova disso foi o fato de a greve da Polícia Federal de 1994 ter sofrido intervenção do Exército, provocando a nomeação do coronel Wilson Romão para o cargo de DG, mais um militar acusado de tortura durante o regime militar.

Depois da gestão de Romão não houve mais militar no cargo de Diretor Geral, contudo, a PF foi tomada por disputas fratricidas, resultando em uma verdadeira guerra de grampos, corporativismo e sindicalismo que levou a instituição a diversos conflitos políticos, suspeitas de corrupção, além de disputas por orçamento a partir da criação da SENAD. A busca por um nome que pudesse realmente romper com as disputas de poder, com a influência militar e principalmente com a vertente político-partidária desse órgão tornou-se então o grande dilema da corporação. Apesar de a gestão de Agílio Monteiro ter trazido inovação da estrutura e profissionalismo para a PF, a construção dessa “nova polícia” se deu com a reafirmação de valores e estrutura militarizada,

priorizando a hierarquia e a ordem, que ainda hoje sobrepõe o cargo de delegado aos demais dentro da PF, sendo que atualmente todos são obrigados a entrar para o órgão por meio de concurso público para nível superior. E o que se propunha “novo” nada mais reproduziu do que o tipo de influência exercida pelos militares ou pelos grupos pertencentes à “Turma do Tuma”. Se com a gestão do delegado Armando Possa pudemos dizer que a Polícia Federal teve esperanças de uma democratização e republicanização do órgão, mais uma vez retomamos aqui a palavra retrocesso com a gestão de Paulo Lacerda, que ao realizar grandes operações e romper definitivamente com a influência militar, reafirmou seu caráter corporativista e autoritário, com o objetivo declarado de ganhar sua autonomia face às interferências militares. Esta “necessidade” de ruptura foi explícita no projeto que buscou demarcar esse rompimento, remontando sua criação ao ano de 1944. No entanto, resta-nos lamentar, que as alterações não foram positivas, no sentido de uma reforma cultural. A começar pela ironia de remeterem a criação do atual DPF à criação do DFSP, não devem ter a mínima ideia do que foi o processo repressivo da ditadura Vargas, não adianta desvincular o órgão do regime militar para referendar outra ditadura. Por outro lado, permanece a soberba, o patrimonialismo, o uso político da máquina e a pouca afinidade com os valores democráticos e de perspectiva coletiva, explícito em várias decisões. Enfim, se para Lacerda a sua gestão podia comemorar os 60 anos da Polícia Federal, aqui nos coube o papel de mostrar que na verdade, enquanto polícia federalizada ela não havia chegado sequer a meio século e que a troca de uma ditadura por outra em nada contribuiu para mudar o seu perfil institucional, muito ainda há para ser feito.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANTUNES, Priscila e CEPIK, Marco. Profissionalização da atividade de inteligência no Brasil: Critérios, Evidências e Desafios restantes. In: SWENSON, Russel e LEMONZY, Susana. Profesionalismo de Inteligencia en las Américas. Washington D.C.: Joint Military Intelligence College, 2003.

ANTUNES, Priscila. Bomba en Ríocentro: Militares y otras memorias. IN: HERSHBERG & AGUERO. Memorias militares sobre el Cono Sur. Visiones em disputa em dictadura y democracia. Madrid. Siglo XXI, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida, Apresentação. In: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs) ARAÚJO, Lucimar Almeida de; KLAUTAU NETO, Orion Barreto da Rocha (co-orgs). No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

ARGOLO, Jose Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado; RIBEIRO, Katia. A direita explosiva no Brasil: a historia do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "Brasil: Nunca Mais". Petrópolis, Vozes, 1985.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J. F. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. BICALHO, Maria Fernanda. KNAUSS, Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRANDÃO, Priscila Carlos. Narcotráfico, Inteligência e Governança Regional: um estudo de caso a partir da perspectiva da participação brasileira. VII Conferencia Sub-Regional Nuevo Entorno de Seguridad, nuevas alternativas de defensa: Respondiendo a los desafios de la IX cmda, Santiago de Chile, Paneles de Investigación - Panel III-7.22.11, p1-33, julho de 2011. (Anais eletrônico do Center For Hemispheric Defense Studies - CHDS)

BRANDÃO, Priscila Carlos. Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói, RJ: Ímpetus, 2010.

BRANDÃO, Priscila. “A atividade de Inteligência e a Cooperação Internacional: o desafio da integração no combate ao narcotráfico nas Américas e a Imposição da Agenda Estadunidense. XII Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA). King’s College, Londres, 2014

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Habeas corpus: que se apresente o corpo / Secretaria de Direitos Humanos – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

BROTTO, M. E. Cultura Política: críticas, expressões e influências. Revista ComUnigranrio (Revista de Comunicação da UNIGRANRIO), v. 01, p. 05, 2009.

BRUNEAU, Thomas e DOMBROSKI, Ken. “Intelligence reform and democratization: the challenge of control in new democracies.” *National Security Affairs Department*. Monterey: Naval Postgraduate School, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas. 1991. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado Internacionalmente. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 297-298

CEPIK, Marco A.C. Espionagem e democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Inteligência de Segurança Pública em Seis Países: Mandatos Legais e Estrutura Organizacional. In: RATTON Jr, Jose Luiz; BARROS, Marcelo. (Org.). Polícia, Democracia e Sociedade. 01 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 101-149.

CASELA, Gabriel. Democracia sitiada: Discursos no Congresso Nacional e na imprensa sobre os instrumentos de exceção no Brasil 1946/1988. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado apresentada em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. Mariana/MG: LPH- Revista de História, nº.6, 1996.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

COSTA, L. L. “Cultura política”: apropriações pela historiografia contemporânea. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MOLLO, H. M.; BUARQUE, V. A. de C. (orgs). Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. e Org.) *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. e Org.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELUCHEY, Jean-François. A segurança Pública na Constituinte de 1988: O primeiro fracasso da reforma democrática da segurança no Brasil. In: Direito e Democracia: estudos sobre o ativismo judicial / Coordenação Bárbara Lou da C. Veloso Dias. Ana Darwich. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método; Belém, PA: CESUPA, 2011.

Departamento de Polícia Federal. “Apresentação”. *Departamento de Polícia Federal. 60 anos a serviço do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 16 de novembro de 2004.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas - definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2000, p. 13-28.

EMILIO, Luís A. Bittencourt. O Poder Legislativo e os Serviços Secretos no Brasil: 1964-1990. Brasília: Faculdades Integradas da Católica de Brasília, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006

FICO, Carlos. Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura: Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Sistemas Repressivos da Ditadura Militar. X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ. Histórias e Biografias – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

_____. O golpe de 1964 e o papel dos EUA. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz.. (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FONTOURA, Natália; RIVERO, Patrícia e RODRIGUES, Rute. “Segurança Pública na Constituição Federal de 1988.” *Vinte anos da Constituição Federal*. Brasília, IPEA, n.17, vol.3.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes(coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FURTADO, Juliano Meira. A atividade de inteligência em Minas Gerais no raiar do século XXI: Propostas de integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007). 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

GÓES, Walder de. Militares e política, uma estratégia para a democracia. In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (orgs.). Democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas. São Paulo: Edições Vértice Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 1988, pp.196-236.

HERMAN, Michael. Intelligence power in peace and war. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1996.

HOBBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha Knisely. Polícia e política: relações Estados Unidos / América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. A ordem política nas sociedades em mudança. [1968] São Paulo: Forense, 1975.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes(coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

KENT, Sherman. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1967.

KUSHNIR, BEATRIZ. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2004.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. "Um histórico do fundo DEOPSSP". In *Quadrilátero: Revista do Arquivo do Distrito Federal*. v. 1. n. 1. Brasília/DF: Arquivo Público do Distrito Federal, mar.-ago. 1998.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.34, nº1, 1991, pp.79-95.

MARCH, James G. e OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: Fatores organizacionais na vida política. Curitiba: Revista Sociologia Política, vol. 16, nº. 31, nov. 2008, p. 121-142.

Marcelo Netto; MEDEIROS, Rogério. Memórias de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. Mariana/MG: LPH- Revista de História, nº.6, 1996.

_____. et. al. República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. Varia História, Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, vol.29, pp.126-153, 2003.

_____. O ofício das sombras. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, vol.42, nº.1, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.30, nº59, pp.237-266, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, N. D. A Configuração Do Sistema Nacional De Repressão No Governo JK (1956 A 1961). 2013. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREIRA, M. G.; REZNIK, L. De Polícia Federal a Departamento Estadual: O DOPS - Evolução Administrativa - 1955 a 1983. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. (Org.). DOPS, A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1993, v. único, p. 42-45.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: Revista Estudos históricos, vol.2, nº3, 1989. p.3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996, pp. 59-72.

_____. “O momento da minha vida: Funções do tempo na história oral.” In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de & KHOURY, Yara Aun (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho D’água, 2004.

PORTO, Roberto Felipe de Araújo. O Departamento de Polícia Federal no Contexto da Segurança Interna. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, Curso de Altos Estudos de Política e Estratégica, 1987.

RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru\SP: EDUSC, 2002, PP.51-60.

_____. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janáina & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

REZNIK, L. Democracia e Segurança Nacional. A Polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (org.). Questões para a história do presente. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

RIOUX & SIRINELLI (org.). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RORATTO, João Manoel e CARNIELLI, Beatrice. “O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos”. In: *Revista Brasileira de Inteligência*. V.2.n.2. Brasília/DF: ABIN, abr. 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. História (UNESP), 1996, vol.15, PP. 27-39.

SANTOS, Alexandre Bustamante dos Santos. Departamento de Polícia Federal – E suas operações policiais, Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Administração com ênfase em Inteligência de Segurança Pública da UFMT em 2008.

SHARE, D. & MAINWARING, S. 1986. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. Dados, Rio de Janeiro, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. Intellectuels et passions françaises: manifestes et petitions au XXe. siècle. [França]: Fayard, 1990.

SOMBRA, Luiz Henrique. “Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência”. In: *Dops: a lógica da desconfiança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, p. 37- 41.

STEPAN, Alfred C. Os militares: da abertura a nova republica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TZU, Sun. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Record, 14ª edição, 1993.

VIEIRA, Hermes; SILVA, Oswaldo. História da polícia civil de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. Coleção Brasileira.

ZEGART, Amy. Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC. Stanford-CA, Stanford University Press, 2000.

Fontes de Pesquisa

Entrevistas:

Delegado Bolívar Steinmetz disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

Agente de Polícia Federal Francisco Garisto, disponível em: ROCHA, Bruno Lima. A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política. Rio Grande Sul.

Amerino Raposo. Depoimento coletado por Maria Celina D'Araújo e Samantha Viz Quadrat para o projeto Democracia e Forças Armadas, do CPDOC/FGV Rio de Janeiro, aos 15 de janeiro de 1998. Entrevista gentilmente cedida à pesquisadora Priscila Brandão, pela Maria Celina D'Araújo.

Almirante Ivan da Silveira Serpa Entrevista realizada por Maria Celina D'Araújo e Celso Castro para o projeto Democracia e Forças Armadas, no CPDOC-FGV, Rio de Janeiro. Entrevista gentilmente cedida à pesquisadora Priscila Brandão pela Maria Celina D'Araújo.

Delegado de Polícia Federal Daniel Lorenz de Azevedo. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agente de Polícia Federal Júlio Oscar Zuse. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agente de Polícia Federal Libério Rodrigues de Moraes. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agente de Polícia Federal Luiz Macena. Entrevista pertencente ao acervo do Centro de Estudos de Inteligência Governamental (CEEIG) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Reportagem de Revistas:

JUNIOR, Policarpo. “O compadre doleiro”. *Veja*, 4 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

“Cilada Eletrônica: Grampo no telefone da PF paulista. *Veja*, 5 de abril de 1989. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

“A CIA continua no Brasil”. Revista *Isto é*, 21 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/22226_A+CIA+CONTINUA+NO+BRASIL. Acessado em 15 de maio de 2015.

FARIA, Tales e EVELIN, Guilherme. “Um juiz em Guerra”. Revista *Isto é*, 23 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe-temp/vermelha/155102.htm>. Acessado em 14 de julho de 2015.

ABRUCIO JR, Milton. “Cerco ao Cargo”. Revista *Época*. 13 de novembro de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI184585-15518,00.html>. Acessado em 20 de julho de 2015.

SAMPAIO, Bairton. “Uma aula sobre a polícia no Brasil”. *Prisma*, nº 33, julho/setembro de 2000.

SAMPAIO, Bairton. “Entrevista Dr. Agílio Monteiro Filho. Dois anos de gestão. Credibilidade: a maior de todas as conquistas”. Revista *Prisma*, nº35 Abr.mai.jun. de 2001.

“A Hora da Autópsia”. *Carta Capital*, 24 de março de 2004. Disponível em <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/283/>. Acessado em 27 de abril de 2015.

“Mundo das Sombras”. *Carta Capital*, 12 de maio de 1993. Disponível em <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/97/>. Acessado em 01 de maio de 2015.

“A CIA e Companhia”. *Carta Capital*, 21 de abril de 2004. Disponível em: <http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/287/>. Acessado em 07 de maio de 2015

FORTES, Leandro. “Polícia para quem precisa”. *Carta Capital*, 28 de maio de 2013. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/policia-para-quem-precisa-6057.html. Acessado em 15 de maio de 2015

FERNANDES, Bob. “Casos de Polícia. A PF de Chelotti trama para acobertar escândalos, intimidar o topo da República e perpetuar-se no Poder”. *Carta Capital*. 03 de março de 2005. <http://os.intocaveis.com.br/Destaques/1026-1ChelottiTramaParaAcobertarEscandalos.html>. Acessado em 15 de agosto de 2015.

Periódicos

“Ex-presos políticos acusam PF de homiziar torturadores”. *Tribuna Operária*, 20/26 de janeiro de 1986.

“DPF orienta seus agentes.” *Jornal de Brasília*, 07 de outubro de 1988. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119329/1988_07%20a%2010%20de%20Outubro_%20%20064d.pdf?sequence=3. Acessado em 15 de julho de 2015.

“Chelotti pacificou a PF que vivia em constantes crises”. *Jornal do Comercio*. Recife, 04 de julho de 1998. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0407/br0407e.htm. Acessado em 15 de julho de 2015.

DIÓGENES, Ana Márcia. “Quem é o réu? Processo contra o povo”. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd201299.htm>. Acessado em 20 de julho de 2015.

“Agílio Monteiro é o novo diretor da PF”. *Diário do Grande ABC*, 21 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/276715/agilio-monteiro-e-o-novo-diretor-da-pf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

Folha de São Paulo

SÁ, Xico. “Em 92, Tuma beneficiou família de Fiuza”. *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 1994. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/11/06/2/>. Acessado em 10 de janeiro de 2015

PINHEIRO, Daniela. “Relatório da CPI acusa Collor, Santana e Tuma”. *Folha de São Paulo*, 18 de Maio de 1994. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/05/18/> e em: <http://www.intocaveis.com.br/Sellinas/PadrinhosArrietaTuma.htm>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. “Crise Federal: policiais grampeiam conversa de diretos do órgão com funcionária que investiga setor de entorpecentes”. *Folha de São Paulo*. 19 de julho de 1998.

GONDIM, Abnor. “Calheiros defende mandato para a PF”. *Folha de São Paulo*. 24 de junho de 1999

Estado de São Paulo

“A Força da Impunidade IV: anatomia da corrupção”. *Estado de São Paulo*, 6 de abril de 1989. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890406-35007-nac-0033-999-33-not> e em: <http://www.gs1.com.br/Impunity/Degravacao.htm>. Acessado 10 de janeiro de 2015.

“DPF, agora ‘Polícia Judiciária da União’”. Brasília. Agência Estado. *O Estado de São Paulo*, 14 de maio de 1987. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/130159/maio87%20-%200659.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

¹ MONTEIRO, Tânia e MARQUES, Hugo. “Ministro da Justiça recebe ordem do Planalto para substituir Vicente Chelotti”. *O Estado de São Paulo*. 04 de março de 1999. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn030417.htm>. Acessado em 17 de julho de 2015.

“Corporativista”. *Estado de São Paulo*, 10 de julho de 2002. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-sem-dinheiro-para-dar-protacao-candidatos,20020710p53371>. Acessado em 20 de julho de 2015.

O Semanário

“Falsário e Contrabandistas Agem Como Querem No Brasil”. *Jornal O Semanário*, 30 de agosto de 1956. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 07 de janeiro de 2015.

“Veterano Repórter de Polícia Aponta os Erros do Aparelho Policial.” *Jornal O Semanário*, de 20 a 27 de dezembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

“A Sorte de 500.000 Famílias de Funcionários Públicos Nas Mãos do Congresso Nacional.” *Jornal o Semanário*, de 10 a 16 de abril de 1958. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=149322&pasta=ano%20195&pesq=DFSP>. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

“A Juventude Transviada e a Imprensa Sadia.” *Jornal O Semanário*, de 24 de julho de 1958. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=1867&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

O Globo

HERDY, Thiago. “Comissão da Verdade convocará agentes estaduais para depor.” *O Globo*, 04 de fevereiro de 2014. <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-agentes-estaduais-para-depor-11495775>. Acessado em 30 de julho de 2014.

“Agente conhecia homens de confiança dos oficiais”. *Jornal O Globo*, 2 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/agente-conhecia-homens-de-confianca-dos-oficiais-11476996>. Acessado em 15 de julho de 2015.

Arquivos eletrônicos e Sites consultados

www.arqanalagoa.ufscar.br

www.fafich.ufmg.br/ceig/

franciscogaristo.blogspot.com

Artigos:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100012.

Acessado em 06 de novembro de 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. “Poder militar entre o autoritarismo e a democracia.” *São Paulo em Perspectiva*. V.15. n.4. São Paulo out/dez. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400009>. Acesso em 15 de julho de 2015

Agência Brasileira de Inteligência:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros> arquivo consultado em março de 2014.

Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro (Aperj):

http://www.aperj.rj.gov.br/g_dep_ord_pol_social.htm. Acessado em 01 de setembro de 2014.

<http://www.aperj.rj.gov.br/publicacoeslivros.htm>. Acesso em 15 de abril de 2015.

Associação dos Magistrados Brasileiros:

http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem_instituicoes.pdf. Acessado em 21 de julho de 2014.

Câmara Nacional:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 21 de fevereiro de 2014.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em 29 de julho de 2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8462-26-dezembro-1945-458500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 17 de agosto de 2015.

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17AGO1985.pdf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

www.fgv.br/cpdoc

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros> arquivo consultado em março de 2014.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

Comissão Nacional da Verdade:

<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/408-em-depoimento-a-cnv-delegado-que-atuou-no-doi-codi-se-contradiz.html>. Acessado em 10 de julho de 2015.

www.cnv.gov.br, acesso em 20 de julho de 2015.

<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1.html>

Departamento de Polícia Federal:

<http://www.dpf.gov.br/institucional/historia>. Acessado em 2 de março de 2014

Fundação Getúlio Vargas (FGV):

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 30 de agosto de 2014.

Periódicos:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 07 de janeiro de 2015.

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=4711&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=149322&pasta=ano%20195&pesq=DFSP>

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=1867&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<http://oglobo.globo.com/brasil/agente-conhecia-homens-de-confianca-dos-oficiais-11476996>. Acessado em 15 de julho de 2015

<http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/11/06/2/>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

<http://www.intocaveis.com.br/Sellinas/PadrinhosArrietaTuma.htm>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890406-35007-nac-0033-999-33-not>. Acessado em 10 de janeiro de 2015

[emhttp://www.gs1.com.br/Impunity/Degravacao.htm](http://www.gs1.com.br/Impunity/Degravacao.htm). Acessado 10 de janeiro de 2015.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/130159/maio87%20-%200659.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0407/br0407e.htm. Acessado em 15 de julho de 2015.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd201299.htm>. Acessado em 20 de julho de 2015.

<http://www.dgabc.com.br/Noticia/276715/agilio-monteiro-e-o-novo-diretor-da-pf>. Acessado em 15 de julho de 2015.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-sem-dinheiro-para-dar-protacao-candidatos,20020710p53371>. Acessado em 20 de julho de 2015.

Revistas e Reportagens:

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

<http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/283/>. Acessado em 27 de abril de 2015.

http://www.istoe.com.br/reportagens/22226_A+CIA+CONTINUA+NO+BRASIL. Acessado em 15 de maio de 2015.

<http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/97/>. Acessado em 01 de maio de 2015.

<http://editoraconfianca.com.br/aceso/html5/cc/287/>. Acessado em 07 de maio de 2015

<http://www.terra.com.br/istoe-temp/vermelha/155102.htm>. Acessado em 14 de julho de 2015.

FORTES, Leandro. “A Polícia contra a caserna”. *Revista Época on line*. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0.EMI160653-15518,00.html>. Acessado em 15 de julho de 2015.

“Aparecido Calandra”. *Memórias da Ditadura*. <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/calandra/>. Acessado em 15 de abril de 2015.

ALVES, Josias Fernandes. “Os coronéis da Polícia Federal”. <http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/37209>. Acessado em 15 de julho de 2015.

<http://www.alessandrogarcia.org/news/manifesto-de-generais-de-alta-patente-da-reserva-ataca-comiss%C3%A3o-da-verdade/>. Acessado em 15 de julho de 2015.

FENAPEF reuniu-se com o diretor-geral do DPF”. FENAPEF, Brasília, 28 de março de 2002. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwjg1rzkWJXHAhUGHx4KHQluAHc&url=http%3A%2F%2Fwww.sindipoldf.org.br%2Farquivos%2FFENAPEFreuniu.doc&ei=ut_DVeCRDYaeIncgbgH&usq=AFQjCNEOh7dmqGWHAOXIrBWGziB00eIbkQ&sig2=LFOkVSAMG23pBJ8UvD_hYw&bvm=bv.99556055,d.dmo. Acessado em 15 de julho de 2015.

“PLEBISCITO: 4.100 Policiais votaram e 91,8% rejeitaram Lacerda”. FENAPEF. Brasília, 29 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.sinpefrs.org.br/site/plebiscito-4-100-policiais-federais-votaram-e-918-rejeitam-paulo-lacerda/>. Acessado em 25 de julho de 2015.

Planalto Central:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4878.htm. Acessado em 13 de agosto de 2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59310.htm. Acessado em 13 de agosto de 2015.

Procuradoria da República do Rio de Janeiro:

<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-documentos-digitalizados-da-denuncia/monografia-de-freddie-perdigao-pereira-apresentada-a-escola-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-em-1977/view>. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Senado Federal:

LUIZ, Edson. “Cargo deixado há um mês e meio por Chelotti deve continuar vago até fim de apuração envolvendo BC”. Página do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/4/zn041729.htm> Acessado em 15 de agosto de 2015

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119329/1988_07%20a%2010%20de%20Outubro_%20%20064d.pdf?sequence=3. Acessado em 15 de julho de 2015.

<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn030417.htm>. Acessado em 17 de julho de 2015.

Legislação

- Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.
- Decreto nº 2232, de 10 de maio de 1933.
- Lei nº 38, de 4, de Abril de 1935
- Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938.
- Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944.
- Decreto-Lei nº 6.461, de 2 de maio de 1944.
- Decreto-Lei nº 7.887, de 21 de agosto de 1945.
- Decreto-Lei nº 8.168, de 9 de novembro de 1945.
- Decreto-Lei nº 8.198, de 20 de novembro de 1945.
- Decreto-Lei nº 8.265, de 1 de dezembro de 1945.
- Decreto nº 37.008, de 8 de março de 1955.
- Lei nº 2364 de 9, de dezembro de 1958.
- Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.
- Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.
- Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962.
- Decreto nº 28, de 15 de julho de 1963.
- Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.
- Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.
- Decreto nº 55.649, de 28 de janeiro de 1965.
- Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965
- Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965.
- Decreto nº 59.310, de 23 de setembro de 1966.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.
- Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 9 de abril de 1987.
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 15 de maio de 1987.
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 21 de maio de 1987.
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 25 de agosto de 1988.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Portaria 297 DG/DPF, de 02 de abril de 2002.
- Portaria 598 DG/DPF, de 15 de junho de 2004.
- Ata da Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizada no dia 26 de maio de 2004.
- Relatório da Comissão da Verdade, Volume I.
- Relatório do Grupo *Tortura Nunca Mais*.
- Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.